

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2008

Aprovado pela Comissão de  
Acompanhamento de 24.06.2009



**Programa Operacional Regional de Lisboa  
2007 – 2013  
CCI 2007PT162PO001**

Objectivo: “Competitividade Regional e Emprego”

Zona Elegível: NUTS III – Grande Lisboa e Península de Setúbal



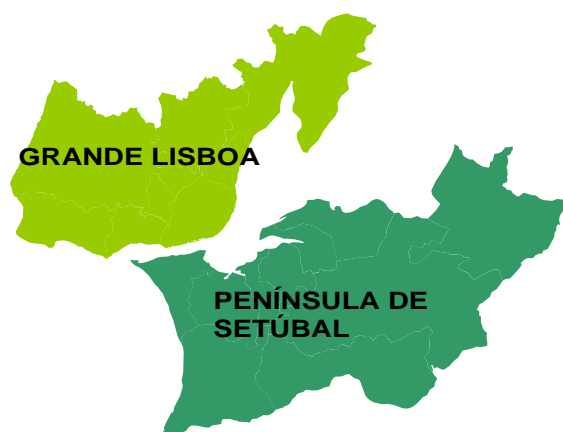
## Nota Introdutória

O Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013 (POR Lisboa) é um instrumento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com aplicação exclusiva à Região de Lisboa e foi aprovado pela Comissão Europeia a 12 de Outubro de 2007. Assenta nas grandes recomendações da Política de Coesão, no desígnio estratégico do QREN e ancora-se na Estratégia Regional, Lisboa 2020.

A Região evoluiu no sentido da modernização e crescimento económico, entrando no actual período de programação para o objectivo “Competitividade Regional e Emprego”, realidade que lhe coloca novos e decisivos desafios.

Uma nova configuração territorial – a Região de Lisboa (NUTS II) passa a ser constituída apenas por duas NUTS III – Grande Lisboa e Península de Setúbal – e a redução significativa dos fundos estruturais para estes 7 anos, conduziram à elaboração de um Programa Regional com grandes preocupações de focalização selectividade e concentração das prioridades regionais.

FIG. 0.: A REGIÃO DE LISBOA



Dispõe de uma dotação FEDER de 306,7 milhões de euros, a que se associa uma comparticipação pública nacional de cerca de 165,8 milhões de euros, um financiamento privado nacional de cerca de 208,9 milhões de euros alavancando um investimento total de 681,4 milhões de euros nos sete anos de realização do programa.

O presente relatório de execução, pretende assim, ser um marco no caminho traçado para o POR Lisboa, permitindo efectuar uma síntese da evolução ocorrida durante o exercício de 2008, ano de início de implementação do Programa, e perspectivar a evolução para o exercício seguinte.

## Índice de Conteúdos

Sumário Executivo .....	9
1. Enquadramento do Programa Operacional .....	11
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA .....	11
1.2 SISTEMAS DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLO.....	21
1.2.1 GOVERNAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	21
1.2.2 PROCEDIMENTOS INTERNOS – DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO.....	31
1.2.3 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	45
1.2.4 COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO .....	61
1.2.5 OUTRAS TAREFAS DE ACOMPANHAMENTO.....	64
1.2.6 REGULAMENTOS ESPECÍFICOS .....	65
1.2.7 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER .....	68
1.2.8 AVALIAÇÃO .....	69
2. Evolução do contexto sócio-económico .....	79
3. Análise do progresso do Programa Operacional.....	95
3.1 CANDIDATURAS: APRESENTADAS, ADMITIDAS, APROVADAS E CONTRATADAS .....	95
3.2 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	110
3.3 FLUXOS FINANCEIROS DO PROGRAMA OPERACIONAL .....	128
3.4 EXECUÇÃO FÍSICA .....	128
3.5 PONTO DE SITUAÇÃO DOS GRANDES PROJECTOS.....	132
3.6 INSTRUMENTOS DE ENGENHARIA FINANCEIRA .....	132
3.7 IRREGULARIDADES – REUTILIZAÇÃO DE VERBAS.....	135
3.8 DURABILIDADE DAS OPERAÇÕES.....	135
3.9 ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	135
4. Acções de divulgação, informação e publicidade.....	141
5. Compatibilidade com as Políticas Comunitárias.....	159
6. Conclusão .....	169



**Anexos**

Anexo I – Ficha de Programa .....	
Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário .....	
Anexo III - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário .....	
Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário .....	
Anexo V – Combinação das dimensões 1 a 5 do (anexo II do Reg. 1828/2006).....	
Anexo VI - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário .....	
Anexo VII - Aprovações e execução por NUT III .....	
Anexo VIII - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento .....	
Anexo IX - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território .....	
Anexo X - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica .....	
Anexo XI - Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.....	
Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006.....	
Anexo XIII - Realização física dos Indicadores Comuns (CE) .....	







# Sumário Executivo



SE



## Sumário Executivo

O presente Relatório de Execução visa dar cumprimento ao disposto no artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083 do Conselho, de 11 de Julho de 2006.

O Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013, enquanto intervenção operacional regional, foi negociado durante o exercício de 2007.

A sua formalização ocorreu em Outubro de 2007 (Decisão CCI 2007PT162PO001), de 12 de Outubro. O conjunto de tarefas associadas à construção do programa conduziu a uma estruturação em quatro eixos prioritários, num total de 306,7 milhões de euros de FEDER.

A estrutura de Missão do POR Lisboa foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2007, de 3 de Outubro (D.R., 1ª série, nº 202 de 19 de Outubro de 2007), bem como a nomeação dos vogais da Comissão Directiva.

Os secretariados técnicos (nº de elementos) que integram as respectivas estruturas de missão foram criados pela Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2008, de 17 de Janeiro de 2008 (D.R., 1ª série, nº 31 de 13 de Fevereiro de 2008).

Os Secretários Técnicos do PORLisboa foram nomeados por Despacho nº 1465/2008, de 8 de Maio, do Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (D.R., 2ª série, nº 101 de 27 de Maio de 2008).

Por sua vez o Despacho nº 26403/2008, de 8 de Outubro, do Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (D.R., 2ª série, nº 204 de 21 de Outubro de 2008), fez a transição de elementos da estrutura de Apoio técnico do PORLVT para o Secretariado Técnico do PORLisboa.

No ano 2008, realizou-se em 11 de Abril a 2ª Comissão de Acompanhamento do POR Lisboa, tendo sido aprovados os critérios de selecção sobre treze regulamentos específicos, perfazendo um total de vinte e três acumulados com o ano 2007.

Quanto aos Sistemas de Gestão e Controlo foram desenvolvidos diversos procedimentos, designadamente:

- Elaboração do “Plano e Estratégia de Comunicação para o Programa Operacional Regional de Lisboa 2007-2013” (aceite pela Comissão Europeia a 11/06/2008)
- A versão 7 da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo foi apresentada em 6 de Outubro de 2008 ;
- Elaboração do Manual de Procedimentos do PorLisboa da Autoridade de Gestão, cuja versão 4, foi aprovado pela Comissão Directiva do PORLisboa em reunião de 13-02-2009
- Elaboração do Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN, que se encontra aprovado no âmbito da rede dos Sistemas de Incentivos QREN (versão 01 de 30/01/2009) e ratificado pela Comissão Directiva do PORL a 05/02/2009.

Também no ano de 2008, foram publicados 33 Avisos de Concurso, um convite, que a acumular aos 4 que tinham sido abertos ainda no ano 2007, envolveram a disponibilização de 103 554 013 €. Durante este período verificou-se a aprovação de 218 candidaturas, envolvendo 80 098 724 € de FEDER.

Quanto ao Sistema de informação há a destacar a plena implementação do mesmo durante o ano de 2008, sendo de destacar que nenhuma candidatura ao Programa foi submetida fora do sistema.

Em termos de divulgação do Programa é de salientar o número de visitas ao site do PORLisboa, que em 2008 ascendeu a 36 181.



# Enquadramento do Programa Operacional





## 1. Enquadramento do Programa Operacional

### 1.1 - Apresentação do Programa

O POR Lisboa foi apresentado à Comissão Europeia formalmente no início de 2007.

As negociações formais com a CE decorreram ao longo do ano 2007. O POR Lisboa foi aprovado por parte da CE através da Decisão nºC(2007) 5100, de 12/10/2007.

O montante de Investimento global previsto no Programa é de 681,36 Milhões de euros, ao qual está associado um financiamento comunitário FEDER de 306,68 Milhões de euros, uma comparticipação pública nacional de cerca de 165,8 milhões de euros e um financiamento privado nacional de cerca de 208,9 Milhões de euros, representando uma taxa de co-financiamento média de 45,01%.

Foram definidos 4 eixos de intervenção:

- Competitividade, Inovação e Conhecimento
- Sustentabilidade Territorial
- Coesão Social
- Assistência Técnica

que se apresentam na tabela seguinte, bem como a respectiva dotação financeira.

Quadro 1-1: Eixos de Intervenção e Respectiva Programação Financeira (euros).

EIXOS	FEDER	
	Euros	% total
Competitividade, Inovação e Conhecimento	155 273 945	51%
Sustentabilidade Territorial	70 723 914	23%
Coesão Social	70 723 914	23%
Assistência Técnica	9 967 398	3%

Em termos de dotações anuais o PORLisboa apresenta a seguinte repartição:

Quadro 1-2: Dotação anual do PO (euros)

Ano	FEDER
2007	41 253 361
2008	42 078 428
2009	41 919 996
2010	43 778 396
2011	44 653 963
2013	45 547 043
2013	46 457 984
TOTAL	306 689 171



Os objectivos/orientações de estratégia da intervenção e sua articulação com os objectivos gerais estão representados na tabela seguinte.

Quadro 1-3 : Objectivos da Intervenção

Objectivos/ Orientações de estratégia	Objectivos gerais			
Afirmar Lisboa internacionalmente como espaço de intermediação	Reforçar e afirmar a competitividade apostando na posição de charneira da Região, como agente valorizador do país e como agente mediador face ao exterior			
Reforçar a responsabilidade de Lisboa como motor do desenvolvimento do País				
Qualificar um sistema de I&D dinâmico mas ainda vulnerável				
Capacitar Lisboa como meio acolhedor e lugar de encontro multicultural		Qualificar os recursos humanos e incentivar a coesão social por via do encontro harmonioso de culturas e da valorização dos espaços urbanos e suburbanos		
Combater défices acentuados na qualificação dos recursos humanos				
(Re) Qualificar o tecido urbano			Promover o ordenamento do território numa perspectiva policêntrica e num quadro de sustentabilidade	
Esbater a fragmentação do espaço metropolitano				
Valorizar recursos paisagísticos e patrimoniais singulares				
Vencer obstáculos à mobilidade e tornar mais eficiente a gestão do espaço público				Garantir uma Governança mais eficaz e mais participada
Fortalecer a cooperação institucional e territorial				

## O Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento

Este eixo prioritário, que condensa as acções que visam o reforço da competitividade territorial por via da aposta em actividades inovadoras e intensivas em conhecimento num contexto de progressiva internacionalização, é moldado por três grandes princípios:

- Princípio de diferenciação territorial, ancorado pela afirmação de vantagens competitivas específicas em espaços regionais que se configuram como “distritos industriais”, onde redes de cooperação empresarial, nomeadamente de PME’s, alimentam modelos de especialização na produção para o mercado mundial de bens transaccionáveis diferenciados segundo formas de concorrência monopolística;
- Princípio de desintegração vertical, ancorado pelo desdobramento das múltiplas actividades de produção e distribuição ao longo de cadeias de valor globalizadas ou, pelo menos, “continentalizadas”, onde conglomerados empresariais transnacionais ou, pelo menos, multi-mercado, vão optimizando custos e tempos de resposta às necessidades dos mercados através de sucessivas deslocalizações e realocações dessas mesmas actividades parciais subordinadas, acompanhando as oportunidades de custos dos factores abertas pelas sucessivas vagas de economias emergentes e/ou em transição;
- Princípio de modularidade de processos e produtos, ancorado pela capacidade de empresas e instituições de I&D de partilharem referências e códigos científicos e tecnológicos numa perspectiva “forward-looking”, onde empresas inovadoras, integradoras vão dando corpo a novas formas de produção global (“made in world”) de produtos que chegam aos mercados através de cadeias de actividades polarizadas pela mobilização do conhecimento no quadro de lógicas de dominante técnica e comercial, simultaneamente mais complexas e equilibradas.

Para este eixo de intervenção foram definidas as tipologias de projecto elegíveis, bem como os objectivos específicos que se pretendem atingir. A tabela seguinte apresenta os objectivos específicos e as tipologias de projectos enquadráveis:

Quadro 1-4: Objectivos específicos e Tipologias de Projecto do Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento

Objectivos Específicos	Tipologia de Projectos
Qualificar o sistema científico e tecnológico e potenciar o acesso de instituições e empresas a recursos/programas internacionais de I&D	Incentivos I&DT
	Apoio às acções de transferência de tecnologia
	Apoio às entidades de I&D para a internacionalização
Apoiar a instalação de start-ups de base tecnológica e indústrias criativas e o desenvolvimento de PME's em sectores estratégicos para a competitividade regional, tendo em consideração o empreendedorismo feminino	Apoios à criação de empresas de base tecnológica e indústrias criativas
	Estímulos à capacidade de inovar e empreender / FININOVA <sup>1</sup>
	Incentivos inovação e qualificação de PME'S de sectores estratégicos
Promover o processo de projecção competitiva da Região à escala internacional	Instrumentos (organizacionais e outros) que acompanhem e facilitem o desenvolvimento de políticas públicas regionais, designadamente nos domínios da inovação, ciência e tecnologia, na perspectiva do reforço capacidade regional no contexto da sua internacionalização
	Regions for Economic Change
Promover a atractividade turística da Região	Apoios à participação e/ou organização de eventos de projecção internacional
Reforçar a <i>Governance</i> regional	Redução dos custos públicos de contexto
	Estabelecimento de parcerias

## O Eixo 2 - Valorização territorial

O eixo prioritário para a valorização territorial pretende enquadrar acções para o reforço da organização policêntrica da região e para a promoção do desenvolvimento sustentável. A qualificação urbana e a contenção dos perímetros urbanos, a melhoria das condições de mobilidade e a eficiência e sustentabilidade ambiental são prioridades significativas com grande relevo para a competitividade e coesão da região.

<sup>1</sup> FININOVA – Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, (no quadro dos mecanismos de engenharia financeira)

Com este Eixo pretende-se promover a articulação de Lisboa, a nível interno e externo, num modelo policentrico, através de um Desenvolvimento Territorial Sustentado e Qualificado.

As grandes linhas da intervenção territorial são as seguintes:

Princípio da integração dinâmica da região no contexto ibérico e internacional através da articulação e reforço de infra-estruturas (viárias, rodoviárias, ferroviárias, portuárias, aeroportuárias), de acessibilidades alargadas e qualificadas - incluindo o alargamento das capacidades logísticas e funcionais - conquistando um lugar mais proeminente na rede europeia de cidades.

Princípio da eficiência e sustentabilidade ambiental, que pretende desenvolver estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais e paisagens da região através do seu uso racional, da despistagem de alternativas amigas do ambiente e garantindo qualidade e eficácia.

Princípio da requalificação e revitalização do território, do património habitacional e patrimonial assegurando a coerência territorial, controlando o uso extensivo do solo, apoiando uma renovação de funções e formas de apropriação da terra e, sobretudo, conjugando tradição e modernidade no uso da cidade.

Para este eixo de intervenção foram definidas as tipologias de projecto elegíveis, bem como os objectivos específicos que se pretendem atingir. A tabela seguinte apresenta os objectivos específicos e as tipologias de projectos enquadráveis:

QUADRO 1-5 : OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E TIPOLOGIAS DE PROJECTO DO EIXO 2:  
SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL

Objectivos Específicos	Tipologia de Projectos
Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos factores	<p>Soluções inovadoras para problemas urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas Inteligentes de Transportes</li> <li>• Apoio a acções de micro-logística local</li> <li>• Apoio a acções locais na óptica da eficiência da mobilidade da população</li> <li>• Incentivos ao reforço dos projectos de transporte ecológicos</li> <li>• Reforço da capacidade de planeamento</li> </ul>
Promover a eficiência e a sustentabilidade ambientais	<p>Soluções inovadoras para problemas urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimulo à eco-eficiência</li> <li>• Estímulo à reciclagem e reutilização de resíduos</li> <li>• Apoio à criação de Eco-bairros</li> </ul>
	<p>Estímulo ao aumento da eficiência ambiental nos serviços da Administração Pública e ao reforço da capacidade de monitorização, vigilância e prevenção ambientais, designadamente através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• estudos de caracterização e suporte à elaboração de planos especiais, bem como programas de conservação de espécies e habitats;</li> <li>• acções de manejo de espécies e habitats</li> <li>• trilhos e percursos de interpretação</li> <li>• centros de informação e de interpretação e/ou educação ambiental</li> <li>• sinalização</li> <li>• acções de divulgação e sensibilização ambiental</li> <li>• aquisição de equipamentos destinados à rede de qualidade do ar e da medição do ruído.</li> </ul>
	Consolidação da Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental

### O Eixo 3 - Coesão Social

A coesão social no próximo decénio deverá passar essencialmente por um investimento nas “Pessoas”, com especial relevância para as dimensões de qualificação científica, cultural e social e com particular atenção a grupos sociais que protagonizam parte significativa dos protagonismos sociais e culturais e das dinâmicas demográficas da sociedade actual: jovens, imigrantes e desempregados.

É necessário aumentar a qualificação e a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas, melhorando o acesso à formação, ao emprego e ao mercado de trabalho, especialmente através da promoção e reforço da inclusão social de pessoas com desvantagens e do combate à discriminação.

Mas é também necessário preparar a Região para um bom acolhimento da diversidade social e cultural que é cada vez mais o seu apanágio. Torna-se particularmente relevante o enfoque nos espaços públicos, equipamentos de proximidade e de requalificação urbana, através de processo integrados e participados de intervenção que fomentem uma coexistência positiva na cidade e aumentem a sua democraticidade interna.

Acredita-se que a cidade é o espaço colectivo de pertença a todos os cidadãos que aí têm de encontrar condições e oportunidades para a sua realização pessoal, social, política e económica. Na diversidade das culturas e modos de vida a cidade deve permitir a todos, e a cada um, um espaço de pertença, simbólica mas também de enraizamento material, em condições de qualidade e acessibilidade daquilo que é hoje o bem-estar urbano de uma cidade moderna.

É na diversidade das funções urbanas – trabalho, lazer, cultura e convivência – e na diversidade social e cultural - apanágio dos tempos modernos - que a cidade encontra a sua verdadeira dimensão cosmopolita e em que cada um se sente com o “direito à cidade”.

Assim, a intervenção ao nível da Coesão Social deve centrar-se nos seguintes princípios:

Princípio da pertença e do direito à cidade, através do desenvolvimento de uma identidade urbana, culturalmente dinâmica assente na oferta qualificada de espaços e equipamentos colectivos muito particularmente de educação e formação, permitindo a melhoria da qualidade de vida e

a geração de referentes colectivos, patrimoniais e culturais reforçando a auto-estima pela Região.

Princípio da equidade e coesão sócio-territorial, estabelecendo mecanismos que garantam a igualdade de oportunidades no acesso ao conforto urbano e corrijam os desequilíbrios de partida e dos processos segregacionistas reforçando, quando necessário, medidas de discriminação positiva para garantir a coesão social e territorial

Princípio da diversidade, multiculturalidade e inovação, desenvolvendo e apoiando iniciativas inovadoras em todas as áreas de suporte da vida social, da produção de bens e serviços, à educação e formação passando pela cultura, desporto e convivencialidade urbana, manifestando publicamente a modernidade e multiculturalidade da Região.

Para este eixo de intervenção foram definidas as tipologias de projecto elegíveis, bem como os objectivos específicos que se pretendem atingir. A tabela seguinte apresenta os objectivos específicos e as tipologias de projectos enquadráveis:

QUADRO 1-6: OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E TIPOLOGIAS DE PROJECTO DO EIXO 3: COESÃO SOCIAL

Objectivos Específicos	Tipologia de Projectos
Promover parcerias para a regeneração urbana	Requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social, designadamente, a reabilitação do espaço público, o apoio à educação, particularmente ao nível da rede do 1º Ciclo do Ensino Básico, a formação e inserção profissionais, a acção social, o aumento da rede de equipamentos sociais e a dinamização de iniciativas económicas locais
Apoiar a criação e o desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano potenciadores da conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar	Plataformas de inclusão para a população imigrante, designadamente, Centros de Apoio aos Imigrantes
	Serviços a populações com dificuldades especiais

#### **O Eixo 4 – Assistência Técnica**

Este eixo visa o financiamento das actividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação, reforço da capacidade Técnica e administrativa para a execução do Programa.

Para este eixo de intervenção foram definidas as tipologias de projecto elegíveis, bem como os objectivos específicos que se pretendem atingir. A tabela seguinte apresenta os objectivos específicos e as tipologias de projectos enquadráveis:



QUADRO 1-7: OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E TIPOLOGIAS DE PROJECTO DO EIXO 4: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Objectivos Específicos	Tipologia de Projectos
Implementar, dinamizar, gerir, monitorizar e avaliar de forma eficaz e eficiente o Programa Operacional e promover o desenvolvimento de estudos, acções e instrumentos visando um melhor conhecimento e gestão estratégica da Região.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar o desenvolvimento de acções específicas de formação e de aperfeiçoamento de técnicos, no âmbito das temáticas do Programa;</li> <li>• Apoio às estruturas de coordenação e gestão do programa Operacional;</li> <li>• Acções destinadas a assegurar a gestão, monitorização e avaliação do Programa;</li> <li>• Criação e funcionamento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, designadamente georeferenciada, necessária ao acompanhamento, gestão e avaliação do Programa;</li> <li>• Acções de informação, publicidade, divulgação e promoção do Programa;</li> <li>• Promoção, capacitação e marketing institucional;</li> <li>• Apoio a acontecimentos e manifestações de impacto na Região, relacionados com a acção e papel desempenhado pelos fundos estruturais;</li> <li>• Estudos nos domínios da avaliação e impacto económico e social do Programa, do ordenamento e gestão do território, do desenvolvimento económico e social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento regional.</li> </ul>

## 1.2- Sistemas de gestão, acompanhamento e controlo

### 1.2.1 -Governança do Programa Operacional

A governação do PORLisboa compreende órgãos de direcção política, aconselhamento estratégico, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento, que são:

A governação do PORLisboa compreende órgãos de direcção política, aconselhamento estratégico, órgãos de gestão e órgãos de acompanhamento, que são:

Quadro 1-8: Governação dos PO Regionais do Continente

TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO	CONJUNTO DOS PO REGIONAIS DO CONTINENTE  <b>PORLISBOA</b>
Direcção Política	Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente
Aconselhamento Estratégico	Comissão de Aconselhamento Estratégico Regional
Gestão	Autoridade de Gestão: • Comissão Directiva • Secretariado Técnico
Acompanhamento	Comissão de Acompanhamento

A Comissão Ministerial de Coordenação é composta pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que coordena, Ministro da Economia e da Inovação, Ministro das Obras Públicas, dos Transportes e das Comunicações, Ministro da Saúde, Ministra da Educação, Ministra da Cultura e membro do Governo com a tutela da administração local (alínea d) do n.º 2 do artigo 40º do DL n.º 312/2007).

A Comissão de Aconselhamento Estratégico é composta pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do desenvolvimento regional, que preside, e da administração local, pelo presidente da CCDR, por um representante das instituições do ensino superior, por

.....

um representante das associações empresariais, por um representante das associações sindicais e por um representante de cada uma das associações de municípios organizadas territorialmente de acordo com as unidades de nível III da NUTS, excepto quando necessário para perfazer o número mínimo de três (n.º 2 do artigo 41º do DL n.º 312/2007).

Esta Comissão reuniu pela 1ª vez em 25 de Fevereiro de 2008, tendo sido debatidos os seguintes temas:

Estrutura de PORLisboa; Concursos e Regulamentos Específicos e participação das Associações de municípios de base NUT III na gestão do POR.

A Autoridade de Gestão do PO, presidida pelo Gestor, é composta pelos seguintes órgãos:

- a) Comissão Directiva;
- b) Secretariado Técnico.

A Autoridade de Gestão do PO responde perante a correspondente Comissão Ministerial de Coordenação, competindo ao Ministro Coordenador assegurar as relações de tutela e os procedimentos de coordenação.

A Autoridade de Gestão do PO reporta aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN, de auditoria e controlo e de certificação e ao órgão de aconselhamento estratégico do respectivo PO.

A Comissão Directiva do PO é composta pelo presidente da CCDRLVT, que preside na qualidade de Gestor do PO, por dois vogais não executivos designados por Despacho Conjunto dos Ministros que compõem a Comissão Ministerial de Coordenação dos PO regionais do continente, e por dois vogais não executivos designados pelo conjunto

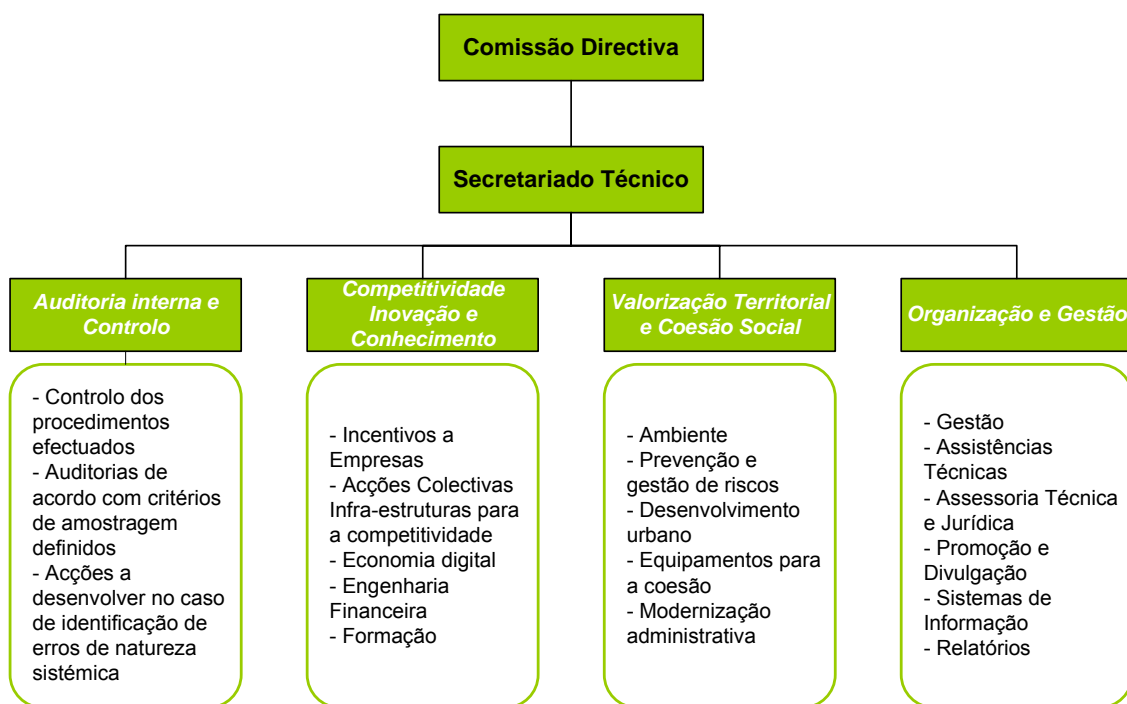
dos municípios que integram a correspondente região (n.º 1 do artigo 53º do DL n.º 312/2007).

De acordo com a RCM n.º 25/2008, o Secretariado Técnico do PO Regional de Lisboa integra um máximo de 18 elementos, entre secretários técnicos, técnicos superiores e assistentes técnicos, em número não superior a:

- a) 4, no que respeita a secretários técnicos;
- b) 11, no que respeita a técnicos superiores;
- c) 3, no que respeita a assistentes técnicos.

O organigrama e descrição de funções das unidades podem ser sistematizados da seguinte forma:

Fig. 1-1: Autoridade de Gestão



A Comissão de Acompanhamento é composta pelo Gestor, que preside, e pelos seguintes membros:

- a) Um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do PO;
- b) Os restantes membros da Comissão Directiva;
- c) Um representante de cada Organismo Intermédio com o qual a Autoridade de Gestão tenha estabelecido um contrato de delegação de competências;
- d) Um representante da Autoridade de Certificação respectiva;
- e) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- f) Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- g) Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente;
- h) Um representante da área da igualdade de género.

As Comissões de Acompanhamento dos PO regionais do continente integram ainda:

- a) Os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico;
- b) Representantes, em número não superior a três, de entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional;
- c) Os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP;
- d) O Presidente do respectivo Conselho da Região;
- e) Um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

As Comissões de Acompanhamento dos PO regionais do continente integram, a título consultivo, um representante da CCDR responsável pelo Plano Regional de Ordenamento do Território sempre que a área de intervenção do mesmo coincida apenas parcialmente com a área de elegibilidade do PO.

As Comissões de Acompanhamento integram representantes da Comissão Europeia a título consultivo.

As Comissões de Acompanhamento podem integrar representantes do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento, a título consultivo, sempre que os correspondentes PO beneficiem de participação financeira dessas instituições.

O Observatório do QREN, o Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, a Autoridade de Auditoria, o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e a Autoridade de Certificação que não integra o elenco dos membros referido no n.º 1 do artigo 42º do DL n.º 312/2007 podem participar nas reuniões das Comissões de Acompanhamento, na qualidade de observadores.

Ao longo do ano de 2008 foram realizadas 17 reuniões da Comissão Directiva do PORLisboa, das quais foi lavrada acta, onde foram tratadas todas as questões relacionadas com a gestão do programa, abertura de concursos, admissibilidade de decisão sobre candidaturas, bem como todos os outros assuntos que lhe estão atribuídos no exercício da competência deste órgão.

O regulamento interno de funcionamento da Comissão Directiva foi aprovado a 3 de Janeiro de 2008.

A Autoridade de Gestão, durante o ano de 2008, desencadeou 15 procedimentos de consulta escrita, sempre que houve necessidade de tomar decisões urgentes e na impossibilidade deste Órgão se reunir.

## Funções delegadas pela Autoridade de Gestão em Organismos Intermédios

### ◆ No âmbito dos Sistemas de Incentivos QREN

A Autoridade de Gestão do PORLisboa celebrou um Protocolo<sup>2</sup> com cada Organismo Intermédio (Instituto de Turismo de Portugal, IP, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP, Agência de Inovação, SA e a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, EPE) no qual se estabelecem os procedimentos, prazos e demais condições aplicáveis no relacionamento entre a Autoridade de Gestão e o Organismo Intermédio no âmbito do exercício das funções que são atribuídas a estes por força do DL n.º 287/2007, de 17 de Agosto, e das Portarias n.ºs 1462/2007, 1463/2007 e 1464/2007, todas de 15 de Novembro de 2007, em particular no que respeita ao modelo de gestão dos sistemas de incentivos às empresas do QREN.

Foram assim assinados os seguintes protocolos:

- Protocolo para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros celebrado entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto de Turismo de Portugal, IP, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros celebrado entre o Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, IP, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;

---

<sup>2</sup> Sem subvenção financeira

- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e a Agência de Inovação, SA, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e o Instituto do Turismo de Portugal, IP, no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;
- Protocolo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa e a Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E., no âmbito da Gestão dos Sistemas de Incentivos QREN, assinado a 20 de Junho de 2008;

Os protocolos acima referidos produzem efeitos a partir da data da sua assinatura, inclusive.

As funções delegadas nos Organismos Intermédios são as seguintes:

- Pré-avaliação de projectos no âmbito do SI Inovação;
- Análise das candidaturas e emissão de parecer sobre as mesmas;
- Emissão de parecer no âmbito das Comissões de Selecção sobre as propostas de decisão de financiamento;
- Notificação ao promotor;
- Análise de alegações contrárias;
- Formalização do contrato de financiamento
- Formalização do pedido de pré-vinculação no caso de projectos do regime especial e de interesse estratégico no âmbito do sistema de incentivos à inovação;
- Notificação individual de projectos



- Acompanhamento da execução dos projectos (reprogramações, verificações de gestão, pagamentos a beneficiários, gestão de reembolsos, encerramento de projectos)
- Desistências e anulações;
- Recuperações e irregularidades;
- Interlocução com os promotores;
- Assegurar a permanente actualização do sistema de informação no que diz respeito aos contratos, pagamentos, etc.

Aos Organismos Intermédios compete a actuação nas áreas de intervenção para que estão vocacionados, conforme estipulado em legislação própria. Assim:

- ◆ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P.

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI) é o Organismo Intermédio competente para:

- a) Todos os projectos contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (“SI I&DT”), aprovado pela Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, com excepção dos referidos nas subalíneas ii) e iii) da alínea a) do n.º 1 do Artigo 5.º;
- b) Todos os projectos contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (“SI Qualificação de PME”), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, com excepção dos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 3 do Artigo 21.º;
- c) Todos os projectos contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (“SI Inovação”), aprovado pela Portaria n.º

1464/2007, de 15 de Novembro, com excepção dos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 3 do Artigo 20º.

◆ Agência de Inovação, S.A.

A Agência de Inovação, S.A. (ADI) é o Organismo Intermédio competente para os Projectos contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas (“SI I&DT”), aprovado pela Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, nas subalíneas ii) e iii) da alínea a) do n.º 1 do Artigo 5.º;

◆ Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP, E. P. E.) é o Organismo Intermédio competente para:

- a) Os Projectos com investimentos maioritariamente relacionados com a área da internacionalização contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (“SI Qualificação de PME”), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, referidos na alínea a) do n.º 3 do Artigo 21.º;
- b) Os Projectos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 5º dos seus estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 245/2007, de 25 de Junho, contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (“SI Inovação”), aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, referido na alínea a) do n.º 3 do Artigo 20.º;

◆ Instituto de Turismo de Portugal, IP

O Instituto do Turismo de Portugal, I.P. (Turismo de Portugal, I.P.) é o Organismo Intermédio competente para:

- a) Os projectos da área de turismo contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME

(“SI Qualificação de PME”), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, referido na alínea b) do n.º 3 do Artigo 21.º;

- b) Os projectos da área de turismo contemplados no Regulamento do Sistema de Incentivos à Inovação (“SI Inovação”) aprovado pela Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, referidos na alínea b) do n.º 3 do Artigo 20º.

### **1.2.2 - Procedimentos internos – descrição dos sistemas de gestão e controlo**

Em 26-09-2008 foi apresentado pela Autoridade de Gestão do PORLisboa a 1ª versão do documento relativo à Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo. Posteriormente, em 07-10-2008 foi enviada uma nova versão do referido documento, o qual incorporava as recomendações constantes no projecto de relatório da IGF – Inspecção-Geral de Finanças, recebido em 03-10-2008.

Em 13-10-2008, o IFDR submeteu à Comissão Europeia, através de SFC, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do PORLisboa, acompanhada da opinião preparada pela IGF.

Em 08-01-2009, também via IFDR, foi recepcionada a carta 11916, de 10-12-2008, da Comissão Europeia que considerou que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do PORLisboa revelavam algumas insuficiências que impediam a sua aceitação, tendo solicitado um conjunto de esclarecimentos adicionais e a reformulação do documento relativamente a algumas questões.

Além da referida Descrição, durante 2008 foram ainda elaborados o Manual de Procedimentos do PORLisboa (Autoridade de Gestão) e o Manual de Procedimentos da Rede Sistema de Incentivos QREN,

processo este liderado pelo PO Factores de Competitividade no qual participou uma secretária técnica do PORLisboa, bem como Orientações de Gestão, disponíveis no site do PORLisboa.

No âmbito da rede de incentivos QREN foi também aprovado um conjunto de Orientações Técnicas e Orientações de Gestão, disponíveis no site do PORLisboa e no portal dos incentivos.

O Manual de Procedimentos do PORLisboa (Autoridade de Gestão), versão 4, foi aprovado pela Comissão Directiva do PORLisboa em reunião de 13-02-2009.

O Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN foi aprovado no âmbito da rede dos Sistemas de Incentivos QREN (versão 01 de 30/01/2009) e ratificado pela Comissão Directiva do PORLisboa a 05/02/2009.

Em termos de Sistema de Informação do PO, além da disponibilização aos promotores das funcionalidades online de submissão de formulários de candidaturas, de pedidos de pagamento e de relatórios de execução, foram também concebidos, e divulgados no respectivo site, os seguintes manuais:

- ➔ Manual do Utilizador, relativo ao sítio público e acesso à área de promotores;
- ➔ Manual do Promotor, relativo à informação de referência sobre a utilização do sistema de promotores.

No que concerne aos Sistemas de Incentivos QREN, todos os trâmites são efectuados via portal: [www.incentivos.qren.pt](http://www.incentivos.qren.pt).

A versão 7 da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo foi apresentada em 6 de Outubro de 2008 e contempla, de uma forma

genérica, os seguintes procedimentos internos aplicados no âmbito do PORLisboa<sup>3</sup>:

#### ▶ APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

As candidaturas são formalizadas junto da Autoridade de Gestão do PORLisboa, em período a definir mediante divulgação pública no sítio do PORLisboa (Aviso de Abertura de Concurso), através de formulário próprio, também ele disponível no sítio do PORLisboa, e devem seguir as indicações nele expressas.

As candidaturas deverão ser acompanhadas de todos os documentos necessários à sua instrução e previstos no Regulamento Específico, no Aviso de Abertura de Concurso e no respectivo formulário de candidatura.

Os beneficiários, para acederem ao respectivo formulário, devem registar-se no SI PORLisboa em [www.porlisboa.qren.pt/si/](http://www.porlisboa.qren.pt/si/).

#### ➤ Recepção da candidatura

Aquando da submissão electrónica da candidatura por parte do beneficiário, o SI PORLisboa gera uma “Declaração do Beneficiário” onde consta, nomeadamente, o número do formulário de candidatura submetido electronicamente e a hora da sua submissão, acusando assim a sua recepção. Este documento deve ser impresso, preenchido e assinado pelo beneficiário, devendo remete-lo ao PORLisboa no prazo de três dias úteis.

#### ➤ Dossier de candidatura

O SI PORLisboa contém toda a documentação referente à operação, desde a sua submissão até ao encerramento.

---

<sup>3</sup> Os apoios no âmbito dos Sistemas de incentivos QREN têm algumas especificidades, de acordo com o estabelecido nos protocolos celebrados e no Manual de Procedimentos da Rede de Incentivos QREN

Contudo, deverá existir um dossier, em suporte papel, onde constam, nomeadamente, os seguintes documentos:

- “Declaração do Beneficiário”
- Parecer de admissibilidade/aceitabilidade assinado
- Ofícios de notificação na fase da admissibilidade/aceitabilidade e da decisão final, incluindo audiência prévia, e eventuais alegações do beneficiário, em fase de audiência dos interessados
- Parecer técnico do ST assinado
- Contrato de financiamento e eventual(ais) adenda(s)

#### ► SELECÇÃO E ANÁLISE DE CANDIDATURAS

##### ➤ Verificação das condições de admissibilidade e aceitabilidade

Após encerramento do respectivo concurso, o técnico efectua a verificação da admissibilidade e aceitabilidade da candidatura de acordo com a legislação geral nacional e comunitária aplicável, o Regulamento Específico e respectivo Aviso de Abertura do Concurso, usando para o efeito o parecer de admissibilidade / aceitabilidade.

Esta análise assenta na validação das condições previstas no art.º 10º do Regulamento FEDER e FC, quanto ao Beneficiário, e no art.º 11º do mesmo Regulamento, quanto à Operação. É também validado o cumprimento das condições específicas referidas no respectivo Regulamento Específico e Aviso de Abertura do Concurso.

No prazo definido no respectivo Aviso de Abertura do Concurso, é comunicado ao beneficiário a admissibilidade ou não admissibilidade da candidatura, sendo neste último caso aplicado o procedimento de audiência dos interessados previsto no CPA, e enviada a proposta de decisão com o parecer técnico que fundamenta a não admissão/não aceitação da candidatura, sendo-lhe dado o prazo de 10 dias úteis para

resposta, contados da data do ofício e respeitada a dilação de 3 dias do correio.

Caso sejam apresentados, dentro daquele prazo, fundamentos para a revisão da intenção de não admissão/não aceitação da candidatura, os mesmos são analisados, sendo elaborado pelo técnico novo parecer devidamente fundamentado e comunicada a decisão ao beneficiário, após despacho do Gestor ou do Secretário Técnico Coordenador, no caso de este ter subdelegação de competência para a prática desse acto.

Após verificação das condições de admissibilidade e aceitabilidade, as candidaturas admitidas/aceites são formalmente analisadas pelo Secretariado Técnico, nas vertentes técnica e financeira.

- Verificação da elegibilidade das despesas

Deverá ser verificada a elegibilidade das despesas afectas à operação nas seguintes vertentes:

- Elegibilidade Temporal
  - Elegibilidade Material
  - Elegibilidade Formal
- 
- Despesas elegíveis

São elegíveis, para financiamento do FEDER, as despesas efectuadas com a realização de operações, aprovadas pela Autoridade de Gestão do PORLisboa, em conformidade com os critérios de selecção aprovados pela respectiva Comissão de Acompanhamento, e que se enquadrem em Regulamento Específico, orientações técnicas gerais e específicas do PO e avisos de abertura dos concursos para apresentação de candidaturas.

- Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis as que se encontram definidas no artigo 7º do Regulamento CE n.º 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, bem como as previstas no Anexo III do Regulamento Geral FEDER e FC.

Os Regulamentos Específicos, bem como os respectivos avisos de abertura dos concursos para apresentação de candidaturas, poderão contemplar regras mais restritivas às anteriormente enunciadas.

- Cálculo do incentivo

A taxa máxima de co-financiamento FEDER para as operações apoiadas é de 75%. Esta taxa poderá ser alterada em sede de Aviso de Abertura de Concurso.

A contrapartida nacional é assegurada através de participação financeira suportada pelo beneficiário.

O tipo de financiamento reveste a forma de ajuda não reembolsável.

As taxas máximas de co-financiamento FEDER para as operações aprovadas no âmbito do PORLisboa incidem sobre a despesa elegível.

- Selecção e hierarquização das operações

A apreciação das operações é efectuada com base nos critérios de selecção.

O SI PORLisboa hierarquiza automaticamente as operações com parecer técnico validado pelo ST por ordem decrescente em função do Mérito da Operação (MO) apurado nos pareceres e, em caso de igualdade, em função do definido no respectivo Aviso de Abertura do Concurso, até ao limite orçamental definido no referido Aviso, ficando os mesmos a aguardar decisão da Comissão Directiva.



➤ Emissão de Parecer pelo ST

Após emissão do parecer sobre todas as operações admitidas, o parecer técnico é apresentado à Comissão Directiva do PORLisboa para decisão ou para proposta de decisão pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais, juntamente com o quadro com a hierarquização das mesmas.

Os pareceres sobre os projectos podem ser de “Aprovação” (seleccionado ou não seleccionado) ou “Não Aprovação”:

- Os Projectos Aprovados Seleccionados são os que têm disponibilidade orçamental;
- Os Projectos Aprovados Não Seleccionados são os que têm um MO igual ou superior ao limiar mínimo definido no Aviso de Abertura do Concurso mas que, devido à posição que ocupam na classificação final, não têm cabimento orçamental na dotação definida para o concurso;
- Os Projectos Não Aprovados são os que têm um MO inferior ao limiar definido no Aviso de Abertura do Concurso.

▶ DECISÃO DE FINANCIAMENTO

➤ Preparação, convocação, elaboração de actas e outros registos das reuniões da Comissão Directiva do PORLisboa

A Comissão Directiva do PORLisboa é composta pelo Presidente da CCDRLVT, que preside na qualidade de Gestor do PORLisboa, e por quatro Vogais; existe ainda um Secretário eleito pelos respectivos membros.

Compete ao Presidente, para além de outras funções que lhe sejam atribuídas, abrir e encerrar as reuniões da Comissão Directiva, dirigir os

trabalhos e assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações. Ao Secretário compete elaborar as actas das reuniões.

De cada reunião será lavrada acta, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações.

#### ➡ Decisão de financiamento

Após análise e emissão de parecer pelo ST, as candidaturas são apresentadas à Comissão Directiva do PORLisboa para decisão ou para proposta de decisão à Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

A decisão sobre um projecto pode ser:

- Aprovação (Seleccionados ou Não Seleccionados) ou
- Não aprovação.

#### ➡ Notificação da decisão de financiamento

A decisão é notificada ao beneficiário pela Autoridade de Gestão, nos termos e nos prazos definidos no CPA e Aviso de Abertura do Concurso.

As propostas de decisão de não aprovação ou não selecção de operações são notificadas aos beneficiários para os mesmos se pronunciarem em fase de audiência dos interessados, no prazo de 10 dias úteis, conforme previsto no CPA.

A apresentação de considerações/elementos fora do prazo acima referido não deverá ser aceite e, portanto, não considerada em termos de parecer final.

- Alegações em fase de audiência dos interessados

Caso o beneficiário se pronuncie em fase de audiência dos interessados, o técnico deverá proceder à sua análise:

- Se os fundamentos/elementos apresentados pelo beneficiário forem aceites, será emitido novo parecer técnico que seguirá os procedimentos normais para decisão da Comissão Directiva.
- Se não forem apresentados fundamentos/elementos pelo beneficiário ou, caso sejam apresentados, os mesmos não forem aceites, é emitido parecer técnico nesse sentido, que será submetido a decisão da Comissão Directiva.

#### ➔ Alterações à decisão de financiamento

As alterações aos elementos relativos a identificação do beneficiário e montante máximo do apoio, taxa de comparticipação, investimento total e investimento elegível deverão dar origem a nova decisão de financiamento.

Os pedidos de alteração devem ser formalizados mediante apresentação à AG do PORLisboa de uma nota justificativa contendo a síntese das alterações solicitadas e informação pormenorizada sobre os respectivos fundamentos.

Quando a alteração solicitada inclua o reforço do co-financiamento FEDER atribuído, deverá ainda o mesmo ser devidamente suportado por documentação comprovativa.

As alterações referidas, após emissão de parecer pelo respectivo Secretariado Técnico, dão lugar a nova decisão de financiamento, a proferir pela entidade que tomou a decisão inicial.

As alterações à decisão de financiamento constarão de adenda ao contrato de financiamento.

#### ► CONTRATAÇÃO DO FINANCIAMENTO

#### ➤ Formalização do contrato de financiamento

A decisão de financiamento é formalizada em contrato escrito a celebrar entre o beneficiário e o Gestor do PORLisboa. Faz ainda parte integrante do contrato de financiamento a “Decisão Favorável de Financiamento” da operação.

O contrato será remetido ao beneficiário juntamente com a comunicação da Decisão Favorável de Financiamento. O beneficiário dispõe de 20 dias úteis, contados da data de envio do contrato, para a sua assinatura e devolução, nos termos do Regulamentos Específico.

A não assinatura do contrato no referido prazo determina a caducidade da decisão de financiamento, salvo nos casos em que a eventual fundamentação invocada venha a ser aceite pela Autoridade de Gestão do PORLisboa.

Nos casos em que não for exigida a celebração de contrato de financiamento será assinado, pelo beneficiário, um Termo de Aceitação, do qual constarão as respectivas obrigações

#### ➤ Adenda ao contrato de financiamento

Todas as alterações aos elementos previstos no n.º 2 do art. 16º do Regulamento Geral FEDER e FC, excepto a relativa à alínea d) pelo seu carácter indicativo, serão objecto de formalização através de adenda ao contrato de financiamento.

#### ➤ Rescisão do contrato de financiamento

O contrato de financiamento poderá ser objecto de rescisão unilateral pela Autoridade de Gestão do PORLisboa, nas situações e condições previstas no artigo 18º do Regulamento Geral FEDER e FC ou nos termos da cláusula 15ª do Contrato de Financiamento.

A rescisão do contrato de financiamento pela Autoridade de Gestão do PORLisboa implica a devolução do apoio financeiro recebido pelo beneficiário.

#### ► PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DAS OPERAÇÕES

As verificações serão de natureza administrativa, cobrindo de forma exhaustiva, sem excepção, todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários e de natureza física, realizadas no local das operações, com base numa amostra aleatória, a rever anualmente.

##### ➡ Verificações de natureza administrativa

Sem excepção, todos os pedidos de reembolso apresentados pelos beneficiários serão sujeitos a verificações administrativas exaustivas baseadas no exame do pedido e da documentação relevante de suporte à realização da despesa, designadamente, cópia dos documentos que enquadram a realização da despesa (v.g. processos de contratação, contratos, informações), facturas e recibos ou documentos de quitação de valor probatório equivalente, cujos originais tenham sido carimbados, e cópias dos documentos que comprovem as transferências bancárias realizadas, devidamente digitalizados.

A Autoridade de Gestão utiliza a check list de análise dos pedidos de pagamento apresentados pelo beneficiário, verificando em cada pedido submetido pelo beneficiário, nomeadamente, os seguintes itens:

- Verificação dos aspectos formais de apresentação do Pedido de Pagamento
- Verificação dos aspectos formais dos documentos de despesa
- Cumprimento de todos os requisitos de regularidade formal previstos no art. 35º do CIVA e legislação complementar, no que diz respeito aos documentos de despesa

- Análise da elegibilidade normativa e temporal da despesa
- Conformidade administrativa e contabilística da despesa
- Condições para efectuar o pagamento
- Contratação pública
- Análise da elegibilidade dos documentos de despesa apresentados
- Financiamento

➔ Verificações no local das operações

As verificações no local têm como referência os termos que serviram de base à aprovação da operação e a conformidade da execução com a mesma e com a descrição dos trabalhos ou fornecimentos realizados, constantes dos documentos de despesa apresentados para co-financiamento em pedidos de pagamento; estas verificações incidirão sobre os seguintes itens: documental, financeiro e técnico/físico.

As verificações no local serão realizadas tendo por base um método de amostragem aleatória, a rever anualmente, em que se calcula a dimensão da amostra e se garante uma cobertura suficiente dos diferentes eixos, tipologias de operações e beneficiários do PORLisboa, incluindo os dos Sistemas de Incentivos.

Após confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, os pagamentos ao Beneficiário são efectuados:

- A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópia dos documentos de despesa realizada e paga pelo beneficiário (factura e recibo ou documentos de valor probatório equivalente);

- A título de adiantamento, mediante a apresentação das cópias das respectivas facturas, ficando neste caso o Beneficiário obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão do PORLISBOA, no prazo máximo de 20 dias úteis, contado a partir da data de pagamento da comparticipação, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento;

Os pagamentos serão efectuados até ao limite de 95% da comparticipação FEDER aprovada para a operação, sendo o pagamento do saldo autorizado após a apresentação do Relatório Final pelo beneficiário e após certificação física e financeira do mesmo.

Será assegurada a segregação de funções de análise de candidaturas e acompanhamento das operações aprovadas, garantido que aquelas funções serão desempenhadas, no âmbito de cada operação, por técnicos diferentes. Isto é, um técnico que analise uma candidatura nunca poderá acompanhar essa operação, designadamente, na verificação dos pedidos de pagamento e no acompanhamento físico da mesma.

Quanto às orientações prestadas aos Organismos Intermédios no âmbito dos sistemas de incentivo QREN, estas revestem a forma de “Orientação Técnica” e “Orientação de Gestão”, e encontram-se publicitadas no site do SI QREN e do PORLisboa:

- Orientações Técnicas
  - Orientação Técnica N.º 01.1/2008 (ajustada), Rede de Incentivos QREN, 19 de Fevereiro de 2008

- SI I&DT: Limites à elegibilidade de despesas, condições específicas de aplicação das despesas elegíveis e metodologia de cálculo das despesas com o pessoal técnico do promotor.
- Orientação Técnica N.º 02/2008, Rede de Incentivos QREN, 07 de Julho de 2008
  - SI Qualificação PME (projectos conjuntos): Metodologia de aferição do impacto no mérito do projecto e no cálculo de despesas elegíveis e incentivo, de variações no número total de empresas participantes no projecto conjunto, identificadas em sede de celebração do contrato de concessão de incentivos, face ao número total de empresas participantes previsto em sede de candidatura.
- Orientação Técnica N.º 03/2008, Rede de Incentivos QREN, 1 de Agosto de 2008
  - SI Qualificação PME e SI I&DT: Despesas Elegíveis no âmbito do Vale Inovação e Vale I&DT
- Orientação Técnica N.º 04/2008, Rede de Incentivos QREN, 1 de Agosto de 2008
  - SI Inovação: Esclarece condições de atribuição da Majoração de Empreendedorismo Feminino ou Jovem
- Orientação Técnica N.º 05/2008, Rede de Incentivos QREN, 6 de Agosto de 2008
  - SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação PME: Aferição do cumprimento da situação económico-financeira equilibrada de uma empresa com início de actividade no ano de apresentação da candidatura
- Orientação de Técnica N.º 06/2008, Rede de Incentivos QREN, 13 de Agosto de 2008



- SI Inovação: Esclarece a elegibilidade de despesas de instalação de sistemas energéticos para consumo próprio utilizando fontes renováveis de energia
- Orientações de Gestão
  - Orientação de Gestão n.º 2/2008, Rede de Incentivos QREN, 23 de Janeiro de 2008
    - SI Inovação: Pré-avaliação de projectos
  - Orientação de Gestão n.º 3/2008, Rede de Incentivos QREN, 21 de Maio de 2008
    - SI Inovação: Mérito do projecto (MP) e Limiar de Selecção do concurso
  - Orientação de Gestão N.º 05/2008, Rede de Incentivos QREN, 19 de Dezembro de 2008
    - SI I&DT e SI Qualificação PME – Vale I&DT e Vale Inovação: Norma de Pagamentos

### **1.2.3 - Sistemas de Informação**

O Sistema de informação do Programa Operacional Regional de Lisboa – SIPORLisboa está operacional desde o final de 2007, com acesso ao público em geral, aos potenciais beneficiários e à equipa de gestão.

É composto por vários módulos, designadamente:

- Publico (acesso ao público em geral, para consulta de informação)

- Promotores (submissão de formulários / candidaturas online; desmaterialização integral de documentos, submissão de pedidos de pagamento)
- Gestão do Sistema (sistema de administração e gestão, incluindo segregação fina de funções e rasterabilidade de operações e acessos)
- Alertas, notificações e mensagens (sistema de comunicação com promotores e de envio de ficheiros)
- Gestão do Projecto (sistema de análise de admissibilidade/aceitação, contratação pública e de análise técnica)
- Exploração de dados/relatórios
- Web – services

## Público

Este módulo é o sítio da internet do Programa Operacional Regional de Lisboa, onde é divulgada a informação de interesse sobre o PORLisboa, nomeadamente sobre os concursos a decorrer, regulamentos específicos de enquadramento, notícias, regras de publicitação, etc.

É neste módulo, na área de “candidaturas”, que se encontra a ligação à Área Reservada dos promotores.

Encontra-se disponível um “Manual do Utilizador” no sítio público e acesso à área reservada de promotores.



Sítio de Internet 1/2



## ● Gestão do Projecto

É o módulo central do sistema que permite, através de um conjunto de operações, acompanhar o desenvolvimento de um projecto desde a candidatura até ao encerramento.

Identificam-se as seguintes rotinas no evoluir do projecto: candidatura, execução, pagamento, reprogramação e encerramento.

Outra possibilidade é o cancelamento.

A evolução do projecto implica o envolvimento de vários actores/utilizadores no sistema.

É garantido que o utilizador tem conhecimento de que é necessária a sua intervenção em determinada fase do processo, através do sistema de alertas orientado ao perfil de utilizador.

O módulo Promotor interage com o módulo de Gestão do Projecto em várias ocasiões. Seja para realizar pedidos à Autoridade de Gestão ou receber informação da evolução de uma rotina, esta interacção é assegurada pela tecnologia denominada “web-services” que disponibiliza um conjunto de funções online a utilizadores autenticados do sistema.

## ● Promotores

O módulo de Promotores permite a integração e o acompanhamento do beneficiário em vários pontos do processo evolutivo das candidaturas/projectos propostas ao PO.

O Promotor pode acompanhar em qualquer altura o ponto de situação dos projectos, e tomar conhecimento de solicitações que lhe sejam dirigidas por parte secretariado técnico, através do sistema de alertas, mensagens e notificações que cruza os módulos do sistema.

O Promotor pode fazer solicitações aos técnicos que acompanham o projecto pelo sistema de mensagens.

É neste módulo que é possível aos Promotores submeterem candidaturas e pedidos de pagamento de operações seleccionadas.

O “Manual do Promotor” está disponível para o efeito.



Para submeter uma candidatura o Promotor acede a este módulo, selecciona o concurso e cria o formulário respectivo.

Os Formulários podem ficar em preenchimento, sendo permitido sair e voltar a entrar no sistema até o formulário estar preparado para ser submetido.

Os formulários de candidatura são compostos por diversos campos relativos a:

- *Operação*
- *Beneficiários*
- *Componentes*
- *Programação financeira da componente por rubrica e anos*
- *Sustentabilidade do Projecto*
- *Indicadores*
- *Informações adicionais*
- *Ficheiros anexos à candidatura*

Quando o formulário não apresenta erros e os documentos obrigatórios já estão anexos à candidatura o beneficiário submete a candidatura.

Após a submissão da candidatura por parte do beneficiário a mesma ficará “fechada” não sendo possível ao utilizador alterá-la. Em simultâneo, o sistema gera automaticamente a seguinte mensagem ao beneficiário:

Assunto:	<b>Submissão de formulário de candidatura</b>
Mensagem:	<b>Confirmamos a submissão online do formulário nº:</b>  <b>Deverá obrigatoriamente imprimir a declaração anexa a esta mensagem e enviá-la, no prazo máximo de três dias úteis, depois de assinada, por correio, ao PORLisboa.</b>

Ficheiros:

- **Declaração\_e.pdf [51.1 KB]**

Quanto aos Formulários de Pedido de Pagamento, os campos a preencher são os seguintes:

#### ■ *Componentes da Operação*

Quando o promotor abre um formulário de pedido de pagamento são mostradas as componentes da operação. A informação deve ser actualizada em cada pedido de pagamento e referenciada em cada documento de despesa, com: Designação; Tipo; Regime; Data de Adjudicação; Valor Elegível; Contrato (se aplicável): N.º/Ref; Objecto

Nos ficheiros, o promotor tem que inserir as check-lists e os documentos necessários para as componentes que tiverem sido actualizadas ou para as quais ainda não tenha enviado informação.

#### ■ *Edição de Documento de despesa*

A lista de documentos de despesa tem os seguintes campos: Tipo; Data; N.º; Fornecedor NIPC; Fornecedor Nome; Valor Total s/ IVA; Valor de IVA; Valor Imputado c/ IVA; Valor IVA Imputado .

Por sua vez este documento de despesa tem que estar associado à componente a que respeita, com a indicação da rubrica e n.º do lançamento contabilístico.

Por último, o beneficiário tem que associar ao pedido todos os documentos de despesa e de quitação referenciados, documentos comprovativos de situação regularizada face à Segurança Social ou às Finanças, se necessário, e as *check lists* de contratação pública para as componentes que tiverem sido actualizadas.

Não havendo erros de preenchimento e estando todos os ficheiros anexados, o formulário pode ser submetido.

Após a submissão, este fica fechado e é permitida a opção de impressão em pdf. Em simultâneo o sistema gera automaticamente a seguinte mensagem ao beneficiário:

Assunto:	<b>Submissão de formulário de pedido de pagamento</b>
Mensagem:	<p><b>Confirmamos a submissão online do formulário de pedido de pagamento com o número:</b></p> <p><b>Deverá obrigatoriamente imprimir a declaração anexa a esta mensagem e enviá-la depois de assinada, por correio, ao PORLisboa.</b></p> <p><b>Nota: o formulário de pedido de pagamento só será analisado após a recepção desta declaração.</b></p>
Ficheiros:	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>DeclaraçãoPedido.pdf [51.1 KB]</b></li> </ul>

■ *Formulários de Pedido de alteração :*

Sempre que um beneficiário pretender submeter um pedido de alteração, solicita ao PO o pedido por e-mail, identificando as alterações pretendidas e o ST, após análise do mesmo, abre através do SI um formulário de pedido de alteração. O sistema gera automaticamente a seguinte mensagem ao beneficiário:

Concurso	
Formulário	
Assunto	<b>Formulário de alteração à candidatura</b>
<b>Informa-se que foi aberto um formulário de alteração de candidatura para os elementos</b>	

constantes na operação LISBOA....., propostos no formulário .....
---

Os campos a preencher são idênticos aos de um formulário de candidatura<sup>4</sup>, podendo o beneficiário fazer as alterações pretendidas. Após a submissão, o sistema gera automaticamente a seguinte mensagem ao beneficiário:

Assunto:	<b>Submissão de formulário de pedido de alteração</b>
Mensagem:	<p><b>Confirmamos a submissão online do formulário.</b></p> <p><b>Código do formulário:</b></p> <p><b>Deverá obrigatoriamente imprimir a declaração anexa a esta mensagem e enviá-la, no prazo máximo de três dias úteis, depois de assinada ao PORLisboa</b></p>
Ficheiros:	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Declaração.pdf [51.1 KB]</b></li> </ul>

Faz também parte do Sistema de informação a submissão electrónica dos relatórios de execução da operação. Sempre que o PO pretende saber o ponto de situação da evolução de uma operação abre um relatório da Operação reportado a determinada data, que o beneficiário preenche e submete.

Concurso	
Formulário	
Assunto	<b>Relatório da Operação LISBOA.....</b>
<b>Informa-se que foi aberto um formulário para actualização da evolução da operação LISBOA....., reportada à data de xxx.</b>	

Os **campos** de preenchimento do relatório são os que a seguir se apresentam:

**Eixo Prioritário:**

**Regulamento específico de acesso:**

Identificação da Operação
Designação da Operação
Código da Operação

<sup>4</sup> O SI PORLisboa gera uma cópia do formulário inicial

Entidade Beneficiária  
Calendário da Operação  
(conforme última Decisão Favorável de Financiamento)  
Data de Início  
Data de Conclusão

### Financiamento da Operação

	Decisão de Financiamento	Previsão Actual
Custo Total		
Despesa não elegível		
Despesa total elegível		
Taxa de co-financiamento		
Comparticipação (Fundo)		

### Evolução da execução física da operação

Componentes	Data Início prevista	Data Conclusão prevista	Investimento Total	Investimento Elegível	Data Início efectiva	Data Conclusão efectiva
Total						

### Evolução dos custos elegíveis associados à realização e financeira

Componentes	Valor programado	Valor Físico Executado	% Execução Física	Valor Financeiro Executado	% Execução Financeira
Total					
Ponto de Situação / Justificação dos desvios:					

### Indicadores

	Quant. Exec.
Indicadores de Realização	
Indicadores de resultado	
Indicadores de Caracterização	
Indicadores de Emprego	
Ponto de Situação / Justificação dos desvios:	

### Medidas de Publicidade Adoptadas

Tipo de Publicidade
Data de Início
Duração da Acção (meses)



Custo da Acção Co-Financiada Público-alvo População Abrangida
--

## ● Relatórios

Consulta de toda a informação relevante do sistema na forma de listagens formatadas, gráficos e mapas geo-referenciados.

Os relatórios estão disponíveis como página de HTML, ficheiro Excel ou PDF.

## ● Alertas/notificações/mensagens

É disponibilizado um meio de comunicação interno entre os utilizadores do sistema através de um sistema de mensagens, semelhante a uma aplicação de correio electrónico mas mais fiável e com os dados arquivados em sistema.

Este sistema será usado como forma de comunicação "manual" ou automática de mensagens, pedidos de informação, alertas ou notificações.

## ● Utilizadores

Permite criar e alterar a informação e permissões dos utilizadores.

As permissões do utilizador no sistema são definidas por um ou mais perfis associados a um ou mais módulos.

A articulação entre os diferentes módulos/sistemas, nomeadamente: área pública, promotores, gestão de projectos é a seguinte:

*Área pública* – divulgação de informação e registo de utilizadores do sistema de promotores

A comunicação que existe é com a entidade "UTILIZADOR" que é partilhada com o sistema de promotores e com o sistema de administração.

*Área de promotores* – entrada de promotores, consulta e envio de mensagens e submissão de candidaturas.

A área/módulo relaciona-se com a área pública como descrito e com a área de gestão na partilha da entidade "CANDIDATURAS" (e de pendentes) e na "MENSAGENS".

*Área de Gestão* – gestão de operações, de candidaturas, de mensagens, de utilizadores, decisão/comissão directiva, reporting e administração de sistema.

Esta área permite actuar e monitorizar entidades específicas – que não são visíveis nas outras – áreas, mas também todas as que se gerem tanto na dos promotores como na pública.

O sistema será aberto a um conjunto de entidades que consideramos parceiras no âmbito do Programa Operacional, entre as quais:

- IFDR
- Tutelas
- Entidades de auditoria e controlo
- Entidades emissoras de pareceres técnicos
- Organismos intermédios

Estas entidades terão acesso directo ao SI PORLisboa com níveis de acesso diversificados e poderão ser consumidoras ou produtoras de informação que alimenta o sistema. Algumas delas terão sistemas de informação próprios em que será privilegiada a comunicação automática periódica de dados.

O sistema de informação prevê a abertura de uma "Extranet" para o acesso "manual" dos utilizadores destas entidades e a disponibilização de web-services para a comunicação inter-sistemas de forma aberta, segura e fiável de todas as acções previstas.

Em termos de rede, optou-se por uma solução de alojamento externo num data center que oferece um acesso rápido e seguro ao elevado número de utilizadores diários do sistema.

O sistema está definido de forma escalável e decomposta, com uma camada de topo de filtragem e serviço em HTTP/HTTPS (em hardware e software separado) que é suportado por servidores de aplicações Java EE com a componente da lógica do negócio e com servidores de SGBD na tecnologia Microsoft SQLServer.

O modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos no âmbito do QREN prevê um sistema de “guichet” único para a recepção das candidaturas e refere ainda que a respectiva porta de entrada deve ser suportada num sistema centralizado que recebe, valida e faz o seu encaminhamento para as entidades competentes (Organismos Técnicos e Autoridades de Gestão dos PO financiadores envolvidos).

A concepção do sistema está centrada na lógica dos referidos sistemas. Um princípio importante é o de tratar uniformemente os projectos da mesma medida, independentemente do Organismo Técnico ou da Autoridade de Gestão do PO financiador.

A primeira concretização deste princípio é a existência de um Formulário de Candidatura único por "tipologia de projecto" e independente do organismo responsável pela análise da candidatura.

A segunda é a existência de uma rede comum que permite a articulação entre as entidades envolvidas no processo de análise, decisão e execução dos projectos.

Com esses objectivos, foram uniformizados critérios e métricas, no tratamento dos processos e na disponibilização de ferramentas de análise comuns sendo estas normas e procedimentos extensíveis a todas as fases do ciclo de vida dos projectos.

Nesse pressuposto, qualquer projecto é submetido a um sistema de incentivos e não a um PO em concreto.

.....

Todas as medidas funcionam com base em formulários electrónicos disponibilizados nos portais da rede e cuja utilização permite concretizar esse objectivo.

A rede QREN - Incentivos suporta os serviços essenciais de um sistema de “**front office**” que recebe, valida, numera e distribui as candidaturas aos Programas Operacionais que intervêm na gestão do sistema dos incentivos, aos Organismos Técnicos que analisam e emitem pareceres. Incorpora ainda um sistema de “back office” (SGO), que disponibiliza funcionalidades especializadas que permitem alimentar os sistemas dos PO com informação relativa aos processos de análise, decisão e execução dos projectos.

A operacionalização deste sistema, que pressupõe um diálogo concertado, através de protocolos automatizados, com os sistemas das entidades que intervêm na gestão dos Sistemas de Incentivos é da responsabilidade da estrutura de gestão do Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE).

Esta rede inter-sistemas traduz a lógica da Organização Institucional do QREN porque disponibiliza serviços comuns a várias entidades, entre as quais se incluem as Autoridades de Gestão, os Organismos Intermédios e outras entidades especializadas (Comissões de Coordenação das Regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, o Instituto Português da Juventude, a Comissão para a Cidadania e Igualdade no Género), e visa facilitar a articulação e o diálogo entre os intervenientes permitindo de forma simples e eficaz a troca automatizada de dados e o acesso à informação pertinente numa lógica de funcionamento em rede e no respeito pela missão, competências e áreas de intervenção de cada um. Facilita ainda as relações institucionais e operacionais com os promotores das candidaturas.

A sua implementação envolveu dois aspectos essenciais: o aspecto material da existência de uma infra-estrutura de rede, suportada na rede informática do Ministério da Economia, e o aspecto, mais delicado, de

traduzir em mecanismos automáticos as relações institucionais entre todas as entidades intervenientes.

A arquitectura geral da rede QREN – Incentivos baseia-se essencialmente em três subsistemas:

- A. O Atendimento Automático de Candidaturas – com ligação directa e permanente à Internet e que recebe as candidaturas preparadas com os formulários disponibilizados nos portais dos Incentivos QREN na sequência dos avisos de abertura de concursos publicados nos referidos portais. Emite recibos provisórios de aceitação de candidatura, verifica versões de formulários, emite alertas sobre fechos de concurso e formulários desactualizados;
- B. O Sistema de Incentivos QREN – SiQREN. Recolhe as candidaturas do atendedor e mediante algoritmos específicos e parametrizáveis em função dos avisos de abertura dos concursos e das tipologias de projectos faz:
  - a validação dos dados da candidatura;
  - a atribuição da data de candidatura e a respectiva numeração;
  - a determinação do Organismo Técnico de Análise;
  - a determinação da Autoridade de Gestão competente (nacional ou regional) através da imputação regional dos investimentos da candidatura;
  - a afectação da candidatura a uma Autoridade de Gestão e respectiva distribuição a um Organismo Técnico;
  - a afectação da candidatura a entidades específicas para recolha de pareceres especializados;

- a disponibilização de dados para o acompanhamento da situação dos projectos nos portais dos incentivos QREN e nas consolas de clientes dos Organismos Técnicos.

Disponibiliza ainda a interface electrónica suportada em webservices para que, quer os Organismos Técnicos, com sistemas próprios ou não, quer as entidades emissoras de pareceres especializados possam alimentar os sistemas dos PO através da utilização de uma porta única. O inverso também é verdadeiro, ou seja, os Organismos Técnicos também recebem as decisões das Autoridades de Gestão através deste sub-sistema.

Não fosse a necessidade de disponibilizar, no âmbito do Plano de Contingência, o acesso dos PO Regionais às bases de dados relativas aos respectivos projectos e no âmbito dos sistemas de incentivos, este sistema não careceria de interface de utilizador (SGO), já que o seu papel principal é receber e enviar dados aos destinatários pertinentes facilitando a troca de informação entre os utilizadores da rede.

- C. O Sistema de Gestão Operacional (SGO) – através de um interface web, fornece aos utilizadores um conjunto especializado de serviços de natureza operacional acessíveis em função da sua tipologia e perfil, bem como instrumentos de trabalho tais como formulários electrónicos, importadores de candidaturas, ferramentas de análise de projectos, etc., e disponibiliza ainda um conjunto de outras ferramentas adequadas a cada processo e para cada Sistema de Incentivos (ex: pareceres especializados) de forma a garantir a uniformidade de actuação e de critérios aos Organismos Técnicos. Permite ainda o controlo de versões dos instrumentos em função dos parâmetros anunciados nos Avisos de Abertura de Concurso.

A ligação à Entidade Pagadora (SIEP) é feita por webservices, sendo submetidos os pedidos de transferência para os beneficiários e para os organismos intermédios.

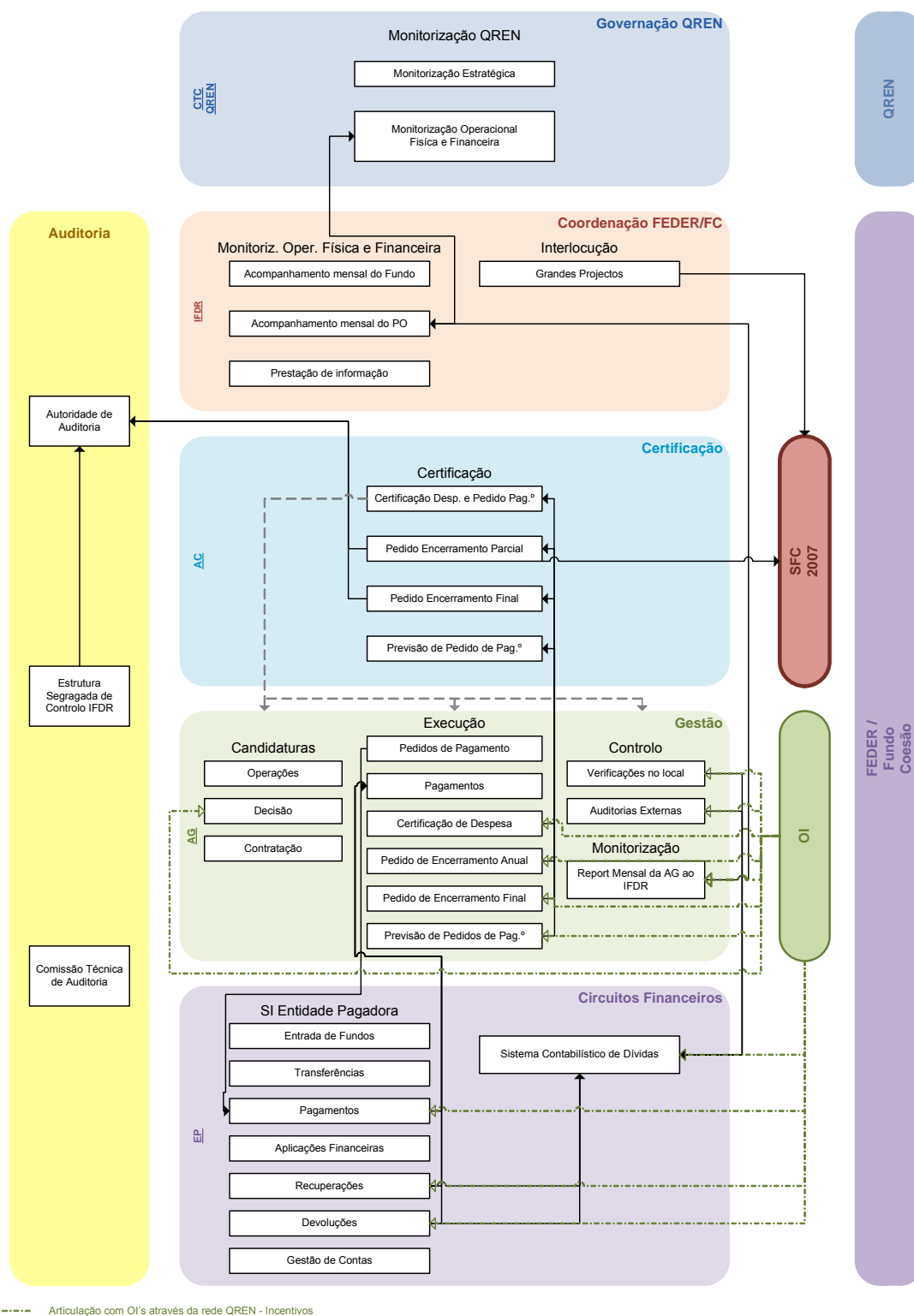
Quanto à interoperabilidade com os Sistema de Informação da Entidade de Certificação (SIGA AC FEDER) do IFDR, foi iniciado em 2008, com as especificações dos webservices para as Autoridades de Gestão (sendo a 1ª versão de Agosto 2008 e a ultima de versão de Dezembro 2008), encontrando-se em fase de desenvolvimento, prevendo-se sua conclusão em 2009.

A interoperabilidade com os sistemas de Informação SGOQREN e SIQREN, será efectuada no decurso de 2009.

O fluxograma global dos sistemas de informação e respectivas articulações com os organismos incluídos nos sistemas de gestão e controlo do PORLisboa é o seguinte:

Fig 1-2: Fluxograma dos Sistemas de Informação

**Sistema de Informação**  
**Programa Operacional Regional de Lisboa**





#### **1.2.4 - Comissão de Acompanhamento**

Nos termos do disposto no capítulo II, artigo 63.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, e do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, a Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Regional de Lisboa é composta pelo Gestor, que preside, e por três categorias de membros:

- Membros com direito de voto;
- Membros com estatuto consultivo, sem direito de voto;
- Membros com estatuto de observador, sem direito de voto.

Os membros com direito de voto são:

- a) O Gestor do Programa Operacional, que preside;
- b) Um representante de cada membro da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa Operacional;
- c) Os restantes membros executivos e não executivos da Comissão Directiva do Programa Operacional;
- d) Um representante de cada um dos organismos intermédios com os quais a Autoridade de Gestão estabeleceu ou poderá vir a estabelecer contratos de delegação de competências:
  - i) Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal E.P.E (AICEP, E.P.E);
  - ii) Turismo de Portugal, I.P;
  - iii) Agência de Inovação , SA (ADI);
  - iv) Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P (IAPMEI).
- e) Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;

- f) Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- g) Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- h) Quatro representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente, com representatividade regional;
- i) Um representante da área de igualdade de género, com representatividade regional;
- j) Os membros da Comissão de Aconselhamento Estratégico;
- k) Um representante de cada uma das entidades institucionais pertinentes em razão da transversalidade, com representatividade regional;
  - i) Alto Comissário para a Imigração e dialogo inter cultural;
  - ii) Representante das Entidades representativas do Turismo na Região;
  - iii) Representante do Instituto Nacional de Reabilitação, IP.
- l) Os responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP;
- m) O Presidente do Conselho Regional;
- n) Um representante da Associação Nacional das Agências de Desenvolvimento Regional.

Os membros com estatuto consultivo, sem direito de voto, são:

- a) Representantes da Comissão Europeia;
- b) Representantes do BEI e do FEI;
- c) Mediante proposta do seu Presidente, representantes de entidades públicas com competências específicas em políticas

públicas relacionadas com o Programa Operacional, de personalidades ou de especialistas.

Os membros com estatuto de observador, sem direito de voto, são:

- a) Representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE;
- b) As Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos e PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Foram efectuadas consultas escritas para efeitos do previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 3º do Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento do PORLisboa, em 3 de Janeiro de 2008 para análise e posterior aprovação, os critérios de selecção do Regulamento Específico "Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar"; a 15 de Fevereiro de 2008 para análise e aprovação dos critérios de selecção dos Regulamentos Específicos - "Optimização da Gestão de Resíduos" e "Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais", a 10 de Outubro para a análise e aprovação dos critérios de selecção dos Regulamento Específico "Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas" e 22 de Outubro para a análise e aprovação dos critérios de selecção do SAFPRI.

A 2ª reunião da Comissão de Acompanhamento do PORLisboa realizou-se no dia 11 de Abril de 2008 e teve como agenda: Informações; Ponto de situação do PORLisboa; Análise e aprovação de Critérios de Selecção referentes aos seguintes Regulamentos Específicos:

#### Eixo 1

- Parques Ciência e Tecnologia
- Promoção e capacitação institucional
- Infra-estruturas científica tecnológicas
- Sistema de apoio a acções colectivas

#### Eixo 2

- Mobilidade Territorial
- Riscos – imateriais
- Optimização de resíduos
- Energia

#### Eixo 3

- Equipamentos para a coesão local
- Equipamentos culturais
- Requalificação da rede escolar do 1º ciclo - revisão
- Economia Digital e Sociedade de Conhecimento

#### Eixo 4

- Assistência Técnica

### 1.2.5 - Outras tarefas de Acompanhamento

No decurso de 2008 promoveu-se o acompanhamento aos potenciais beneficiários do Programa, através de reuniões de trabalho sobre as especificidades dos avisos de abertura de concursos.

É de salientar os contactos estabelecidos com os Municípios, em áreas como a do ensino básico e pré-escolar, actuação que incidiu sobre a prestação de esclarecimentos, na fase de preparação das candidaturas, sobretudo nos meses de arranque do primeiro aviso de concurso.

Outra das tarefas de acompanhamento diz respeito à recolha e prestação de informação sobre a monitorização do programa.

O IFDR emitiu uma nota sobre “Conceitos e notas explicativas no âmbito da monitorização operacional FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do QREN”, com o objectivo de uniformização dos conceitos, que suportam o contributo mensal do IFDR para o relatório da Comissão Técnica de Coordenação do QREN “Indicadores conjunturais de Monitorização”.

Assim mensalmente é enviada ao IFDR a informação sobre concursos e operações do PORLisboa, para tramitação subsequente.

### **1.2.6 - Regulamentos Específicos**

Durante o ano de 2008 foram aprovados e/ou alterados os seguintes regulamentos específicos:

#### **➡ Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento**

Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos I&DT (Portaria n.º 711/2008, de 31 de Julho)

Alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação de PME (Portaria n.º 250/2008, de 4 de Abril)

Regulamento Específico Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 28/03/2008)

Regulamento Específico Economia Digital e Sociedade do Conhecimento - EDSC (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 04/04/2008 e revisto em 23/04/2008, após CA de Abril 2008; alterado a 9/11/2008)

Regulamento Específico Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 04/04/2008; alterado a 9/11/2008)

Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas - SIAC (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 04/04/2008 e pela CMC do POFC em 08/05/2008)

Regulamento Específico Promoção e Capacitação Institucional (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 01/04/2008 e revisto após CA de Abril de 2008)

Regulamento Específico dos Apoios à Formação Profissional (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais e pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC em 30/04/2008)

Regulamento do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação - SAFPRI (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC e pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais em 02/07/2008 e revisto em 31/12/2008)

## ➔ Eixo 2 – Sustentabilidade Territorial

Regulamento Específico Optimização da Gestão de Resíduos (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 08/02/2008)

No fim de 2008 estavam aprovados no âmbito do Eixo Prioritário 2 do POR Lisboa, 8 Regulamentos Específicos, 7 na área de intervenção AI 07 -Promover a eficiência e a sustentabilidade ambientais e 1 na área de intervenção AI 06 -Melhorar a sustentabilidade e as condições de mobilidade urbana e metropolitana de forma a garantir ganhos na produtividade total dos factores.

Para os regulamentos da Energia e da Optimização da Gestão de Resíduos não houve abertura de concursos até ao final do ano.

### ➤ **Eixo 3 – Coesão Social**

Regulamento Específico Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (Revisão aprovada em 19/11/2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente)

Regulamento Específico Equipamentos para a Coesão Local (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 26/03/2008 e revisto após CA de Abril de 2008)

Regulamento Específico Rede de Equipamentos Culturais (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 28/03/2008 e revisto em 23/04/2008)

No Eixo Prioritário 3 foram aprovados 4 regulamentos na área de intervenção AI 09 -Apoiar a criação e desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano. Destes, não houve abertura de concursos para Equipamentos para a Coesão Local; Rede de Equipamentos Culturais; Saúde Lisboa.

Neste Eixo, foi também aberto um concurso referente à área de intervenção AI 08 -Promover parcerias para a Regeneração Urbana, sendo o regulamento comum entre os Eixos 2 e 3.

### ➤ **Eixo 4 – Assistência Técnica**

Regulamento Específico Assistência Técnica (Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais do Continente em 19/03/2008 e revisto após CA de Abril de 2008)

No Eixo Prioritário 4 está aprovado o Regulamento da Assistência Técnica o qual foi objecto da abertura de 2 concursos no decurso do ano 2008.

### **1.2.7 - Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver**

O ano de 2008 foi um ano dedicado essencialmente à montagem do sistema de gestão e controlo do programa, que incluiu a consolidação dos Sistema de Informação, elaboração dos manuais de procedimentos, check-list de análise de candidaturas e de pedidos de pagamento, orientações técnicas e de gestão, bem como da equipa do Secretariado Técnico do Programa.

Outro dos aspectos fundamentais foi o arranque em pleno dos avisos de abertura de concursos, colocando assim à disposição dos potenciais beneficiários os instrumentos para que pudessem beneficiar dos apoios do programa.

Um dos constrangimentos sentidos relacionou-se com a necessidade de encerrar o QCA III em simultâneo com o arranque em pleno do programa, o que obrigou a um grande esforço de coordenação e empenho da parte de todos os envolvidos neste processo.

Outro dos problemas sentidos relacionou-se com alguma dificuldade inicial dos beneficiários com o novo modelo de apresentação de candidaturas, via electrónica. Com os esclarecimentos que foram dados, a elaboração do Manual do Utilizador e do Manual do Promotor e a experiência que foi sendo adquirida pelos mesmos, foi possível ultrapassar este tipo de dificuldades.

Por outro lado, ao nível dos sistemas de incentivos, com um modelo organizativo de funcionamento em rede, com intervenção de diversas entidades, desde as autoridades de gestão dos vários programas, passando pelos organismos intermédios e comissões de coordenação e desenvolvimento



regional, obrigou a uma grande esforço colectivo de coordenação e de definição de procedimentos e processos de actuação em rede.

De referir ainda as dificuldades que começaram a sentir-se em 2008 relacionadas com a crise económico-financeira que atingiu o mercado internacional e nacional e que se fizeram sentir ao nível do programa com o abrandamento do ritmo de execução. Neste contexto, foram tomadas algumas medidas, já no decurso de 2009, em consonância com as orientações comunitárias e com o Plano Europeu de Recuperação, com vista a dar resposta a esta situação. Procedeu-se nomeadamente, dentro da flexibilidade permitida pela programação e no respeito da legislação aplicável, à revisão da legislação relativa aos sistemas de incentivos e à flexibilização dos adiantamentos na tipologia relativa à requalificação da rede escolar.

### **1.2.8 - Avaliação**

#### Enquadramento normativo comunitário e nacional

Os normativos comunitários e nacionais enquadram os exercícios de avaliação a realizar no âmbito do período de programação 2007/2013.

O Regulamento CE (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho, que estabelece as disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, estipula nos artigos 47º a 49º as disposições gerais e as responsabilidades dos Estados Membros e da Comissão em matéria de avaliação, pretendendo-se “... melhorar a qualidade, a eficácia e a coerência da intervenção dos fundos e a estratégia e execução dos programas operacionais no que respeita aos problemas estruturais específicos que afectam os Estados-Membros e as regiões em causa”.

As avaliações a realizar durante o período de programação têm obrigatoriamente lugar no quadro dos processos de revisão ou de reprogramação dos Programas Operacionais de acordo com o artigo 48.º do mesmo regulamento.

De referir que a nova filosofia de avaliação assenta numa abordagem on going, próxima do acompanhamento, devendo ser levada a cabo em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objectivos inicialmente fixados ou sempre que sejam apresentadas propostas de revisão dos programas operacionais.

O enquadramento legislativo nacional no que diz respeito à Avaliação é abordado no artigo 14º do Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de Setembro, alterado pelo Decreto-lei nº74/2008, de 22 de Abril efectua, verificando-se mais especificamente no nº4 do artigo 14º uma referência à natureza e tipo de processos de avaliação a implementar designadamente quando refere que as avaliações a realizar durante o período de programação podem assumir uma natureza estratégica ou uma natureza operacional.

#### Mecanismos de articulação no âmbito do QREN

Neste contexto, foram estabelecidos ao nível nacional mecanismos de articulação entre as entidades pertinentes envolvidas no modelo de governação do QREN, por forma a assegurar a necessária articulação e coordenação do planeamento dos exercícios de avaliação a realizar, bem como do seu acompanhamento.

A responsabilidade desta coordenação incumbe ao Observatório do QREN, tendo para o efeito sido constituída a Rede de Avaliação do QREN 2007/20013, composta pelo Observatório do QREN, que coordena, por representantes do IFDR, do IGFSE, das autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais, dos Centros de

Racionalidade Temática e dos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais.

No âmbito do modelo de Governação acima referido, foi elaborado o Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 (PGA), bem como os Planos de Avaliação dos Programas Operacionais, cujos exercícios estão integrados no PGA, e vêm dar cumprimento ao determinado pelo modelo de governação do QREN neste domínio [alínea f) do n.º 1 do art.º 8, alínea r) do n.º 1 do artigo 45.º e alínea m) do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril e decorre da possibilidade prevista no n.º 1 do art.º 48º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de Julho<sup>5</sup>.

O PGA tomou em consideração as propostas das Autoridades de gestão dos programas operacionais, do IFDR e do IGFSE, fazendo a coordenação e a articulação dos exercícios de planeamento a realizar, dando-lhe coerência em termos de articulação entre si, quer em termos de conteúdos quer em termos dos *timings* de implementação.

De destacar neste âmbito, as avaliações de natureza temática ou global, transversais aos vários programas e/ou fundos, como é o caso dos incentivos ao investimento das empresas no caso da Agenda Factores de Competitividade, ou a política de Cidades no âmbito da Agenda Valorização do Território, que serão objecto de avaliação a realizar pelo IFDR ou pelo Observatório do QREN, pelo que os aspectos destas temáticas a abordar por exemplo no âmbito da avaliação da operacionalização do PORL terão uma natureza complementar àquela que vai ser efectuada nas avaliações transversais.

De referir ainda avaliações específicas que vão ser efectuadas de âmbito transversal e de cujos resultados o PORL também irá beneficiar (ex.: avaliação da difusão de informação no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão; Avaliação do modelo de elaboração de regulamentos específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão).

---

<sup>5</sup> Pág. 2 do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO, 2007/2013

O PGA engloba as avaliações de âmbito estratégico e operacional e inclui uma lista indicativa e fichas síntese dos exercícios de avaliação previstos para o período 2007 -2013, a sua natureza e calendário respectivos. Inclui portanto os exercícios de avaliação de cada um dos PO, incluindo do POR Lisboa bem como os exercícios de avaliação de natureza temática. As avaliações programadas para o PORL inserem-se nos grandes momentos de avaliação definidos no Plano de Avaliação do QREN, a destacar o momento relativos às avaliações sobre a operacionalização dos PO, a realizar em 2009, ou as avaliações intercalares, a realizar em 2010/2011.

#### Plano Global de Avaliação do POR Lisboa 2007 – 2013

O PORL elaborou o Plano de Avaliação do Programa Operacional Regional de Lisboa 2007 – 2013, no contexto dos exercícios de avaliação do QREN para o período 2007 - 2013, tendo o mesmo sido aprovado em 23 De Dezembro de 2008 pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

O Plano engloba uma lista indicativa dos exercícios de avaliação programados, podendo o mesmo ser objecto de adaptação ou actualização anual sempre que se considere necessário.

Quadro 1-9: Síntese da Proposta de Plano de Avaliação do POR Lisboa e do QREN 2007-2013

DESIGNAÇÃO	INCIDÊNCIA	PRINCIPAIS OBJECTIVOS E FINALIDADES
Avaliação Global da Implementação do QREN (2007-2008)	QREN	Avaliar o contributo das intervenções operacionais no âmbito do QREN, para a prossecução dos respectivos objectivos globais, para os objectivos da Política de Coesão e para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias. Contributo para a revisão intercalar da política de coesão e <i>input</i> para contributo do Observatório do QREN para o relatório sobre o contributo dos PO para a execução das políticas de coesão e outras políticas comunitárias, a apresentar em 2009
Avaliação da	POR	Avaliar o modo de operacionalização do POR

DESIGNAÇÃO	INCIDÊNCIA	PRINCIPAIS OBJECTIVOS E FINALIDADES
<b>Operacionalização do POR Lisboa no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008)</b>	<b>Lisboa</b>	<b>Lisboa na prossecução das prioridades estratégicas do QREN.</b>
<b>Avaliação do Sistema de Incentivos do POR Lisboa (2007-2008)</b>	<b>POR Lisboa</b>	<b>Avaliar o contributo do SI do POR Lisboa na promoção da competitividade e na dinamização da economia do conhecimento</b>
Avaliação Intercalar do Impacte Macroeconómico do QREN (2007-2009)	QREN	Avaliar, com base na execução global o impacte macroeconómico do QREN no curto, médio e longo prazo.
<b>Avaliação do POR Lisboa na Prioridade Qualificação das Cidades (2007-2009)</b>	<b>POR Lisboa</b>	<b>Avaliar o contributo do POR Lisboa no âmbito da prioridade estratégica de qualificação das cidades.</b>
<b>Avaliação Intercalar do POR Lisboa (2007-2010)</b>	<b>POR Lisboa</b>	<b>Avaliar a performance e o impacte dos PO a meio do seu período de vigência, tendo em vista sobretudo eventuais necessidades de reprogramação no interior do PO</b>
Avaliação Intercalar do QREN (2007-2010)	QREN	Avaliar o impacte global do QREN sobre as respectivas prioridades, tendo em conta a avaliação intercalar dos PO e com vista a reprogramações inter-programas e agendas
Avaliação Global da Execução do QREN (2007-2011)	QREN	Avaliar, com base na execução até à data, o contributo das intervenções operacionais no âmbito do QREN para os objectivos da Política de Coesão, para a prossecução das Orientações Estratégicas Comunitárias e para a prossecução dos respectivos objectivos globais. Avaliação destinada sobretudo a fundamentar a preparação do novo ciclo da política de coesão, sendo ainda um <i>input</i> para contributo do Observatório para o “relatório sobre o contributo dos PO para a execução das políticas de coesão e outras políticas comunitárias” a apresentar em 2012
<b>Actualização da Avaliação Intercalar do POR Lisboa (2010-2011)</b>	<b>POR Lisboa</b>	<b>Actualizar a avaliação intercalar do POR Lisboa e aprofundar a análise e as recomendações em matéria de operacionalização da intervenção.</b>

Fonte: Observatório do QREN e Autoridade de Gestão do POR Lisboa, 2007-2013

O cronograma previsto no Plano de Avaliação do PORL para os exercícios de avaliação acima mencionados é o seguinte:

Quadro 1-10: Calendarização dos exercícios de Avaliação do POR Lisboa e do QREN 2007-2013

Ano	2007				2008				2009				2010				2011				2012				2013			
Trimestre	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Exercícios de avaliação global do PORLisboa									Avaliação da Operacionalização do PORLisboa 2007-2008								Avaliação intercalar do PORLisboa 2007-2010				Actualização da avaliação intercalar do PORLisboa 2010-2013							
Exercícios de Avaliação Temática do PORLisboa									Avaliação do Sistema de Incentivos do PORLisboa 2007-2008				Avaliação do PORLisboa - Qualificação das Cidades 2007-2009															

A proposta do plano de avaliação do POR Lisboa contempla dois níveis distintos:

- ✓ exercícios de avaliação global - Avaliação da Operacionalização do POR Lisboa no Contexto da Estratégia do QREN (2007-2008), Avaliação Intercalar do POR Lisboa (2007-2010), Actualização da Avaliação Intercalar do POR Lisboa (2010-2011);
- ✓ exercícios de avaliação temática - Avaliação do Sistema de Incentivos do POR Lisboa (2007-2008), Avaliação do POR Lisboa na Prioridade Qualificação das Cidades (2007-2009).

Sublinhe-se que os dois tipos de exercícios de avaliação têm uma natureza estratégica no sentido em que a avaliação foca as dimensões operacionais, objectivos e prioridades estratégicas em articulação com as dinâmicas do contexto sócio-económico da região e do seu quadro de inserção nacional e internacional.

A proposta de avaliação global inclui três exercícios. Com o último exercício pretende-se efectuar um exercício de actualização da avaliação intercalar 2007-2010 a realizar até ao final do 2º trimestre de

2012, de forma a informar um eventual novo ciclo de programação e, obviamente, a sistematizar os resultados e impacto do POR Lisboa.

No que diz respeito à avaliação temática, a Autoridade de Gestão do POR Lisboa considera desejável avaliar a eficácia do sistema de incentivos do programa, de forma a analisar os impactos – e eventuais desvios – especialmente na vertente da promoção da competitividade e internacionalização da região, bem como na dinamização da economia do conhecimento.

De referir que no quadro da Rede de Avaliação do QREN foi decidido elaborar uma avaliação de natureza temática/transversal aos vários PO relativa aos Sistemas de Incentivos QREN, pelo que a avaliação dos Sistemas de Incentivos que está prevista no Plano de Avaliação do PORL será incorporada nessa avaliação transversal não havendo assim lugar à realização de uma avaliação específica no âmbito do PORL, sem prejuízo dos aspectos a incorporar na avaliação da operacionalização do POR Lisboa a realizar durante o ano de 2009.

A proposta de avaliação temática do POR Lisboa na Prioridade Qualificação das Cidades destina-se a avaliar o contributo do programa para a qualificação das cidades, particularmente os seus efeitos em três vertentes essenciais na estratégia da região nesta matéria: qualificação da frente ribeirinha, requalificação dos centros históricos e recuperação de áreas críticas. A centralidade desta temática no POR Lisboa e a centralidade da política de cidades na agenda territorial ao nível nacional justificam este exercício de avaliação; por outro lado, a relevância social que o programa desejavelmente deve ter também pesou nesta proposta.







## Evolução do contexto sócio-económico





## 2. Evolução do contexto sócio-económico

De acordo com as mais recentes estimativas divulgadas pelo INE – Instituto Nacional de Estatística, a população residente na Região de Lisboa deverá ter ultrapassado os 2,8 milhões de habitantes em 2007 (cf. Quadro 2-1). Desta forma, a região poderá concentrar, actualmente, quase 28% dos cerca de 10,1 milhões de habitantes do Continente quando, em 2001, essa proporção se cifrava nos 26,9%.

QUADRO 2-1 – EVOLUÇÃO RECENTE (2001-2007) DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO DE LISBOA POR REGIÃO NUTS III E CONCELHO

Território	População Residente			Taxa de Crescimento Médio Anual (a)		Índice de envelhecimento (b)	Densidade populacional
	N.º de habitantes			%		%	Hab/Km <sup>2</sup>
	2001	2006	2007	2001-06	2006-07	2001	2007
Continente	9.869.343	10.096.213	10.118.576	0,5	0,2	115,2	114,0
<b>Região de Lisboa</b>	<b>2.661.850</b>	<b>2.786.662</b>	<b>2.801.320</b>	<b>0,9</b>	<b>0,5</b>	<b>106,6</b>	<b>977,9</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1.947.261</b>	<b>2.016.227</b>	<b>2.022.579</b>	<b>0,7</b>	<b>0,3</b>	<b>109,6</b>	<b>1.501,7</b>
Amadora	175.872	175.001	173.962	-0,1	-0,6	112,3	7.472,6
Cascais	170.683	184.426	186.113	1,6	0,9	99,2	1.917,3
Lisboa	564.657	514.773	504.726	-1,8	-2,0	178,9	5.964,6
Loures	199.059	198.103	197.017	-0,1	-0,5	94,2	1.168,9
Mafra	54.358	65.335	67.581	3,7	3,4	95,4	231,7
Odivelas	133.847	147.720	150.132	2,0	1,6	99,8	5.637,7
Oeiras	162.128	170.161	171.075	1,0	0,5	112,9	3.732,8
Sintra	363.749	423.926	432.971	3,1	2,1	71,5	1.380,7
Vila Franca de Xira	122.908	136.783	139.003	2,2	1,6	79,2	470,2
<b>Península de Setúbal</b>	<b>714.589</b>	<b>770.435</b>	<b>778.742</b>	<b>1,5</b>	<b>1,1</b>	<b>99,0</b>	<b>513,1</b>
Alcochete	13.010	15.872	16.504	4,1	4,0	100,8	174,6
Almada	160.825	165.892	166.081	0,6	0,1	116,9	2.365,8
Barreiro	79.012	78.707	78.444	-0,1	-0,3	132,1	2.469,1
Moita	67.449	70.829	71.197	1,0	0,5	83,8	1.288,4
Montijo	39.168	40.822	41.081	0,8	0,6	106,7	120,6
Palmela	53.353	60.009	61.189	2,4	2,0	102,3	132,2
Seixal	150.271	169.233	172.016	2,4	1,6	73,9	1.800,8
Sesimbra	37.567	47.104	49.173	4,6	4,4	98,7	252,2
Setúbal	113.934	121.969	123.059	1,4	0,9	98,7	715,7

(a)  $TCMA \text{ (ano } m \text{ - ano } n) = [(Pop_n / Pop_m)^{1/(n-m)} - 1] * 100$

(b)  $IE = (Pop_{65+anos} / Pop_{0-14anos}) * 100$

Fonte: INE (2001) (2004) (2009)

Fig. 2-1: População residente – Grande Lisboa

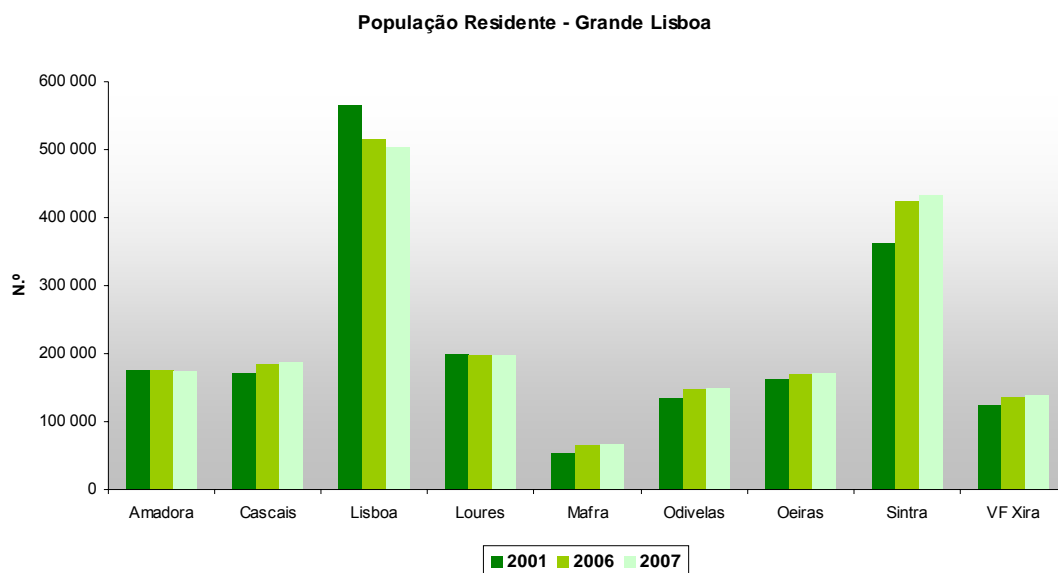
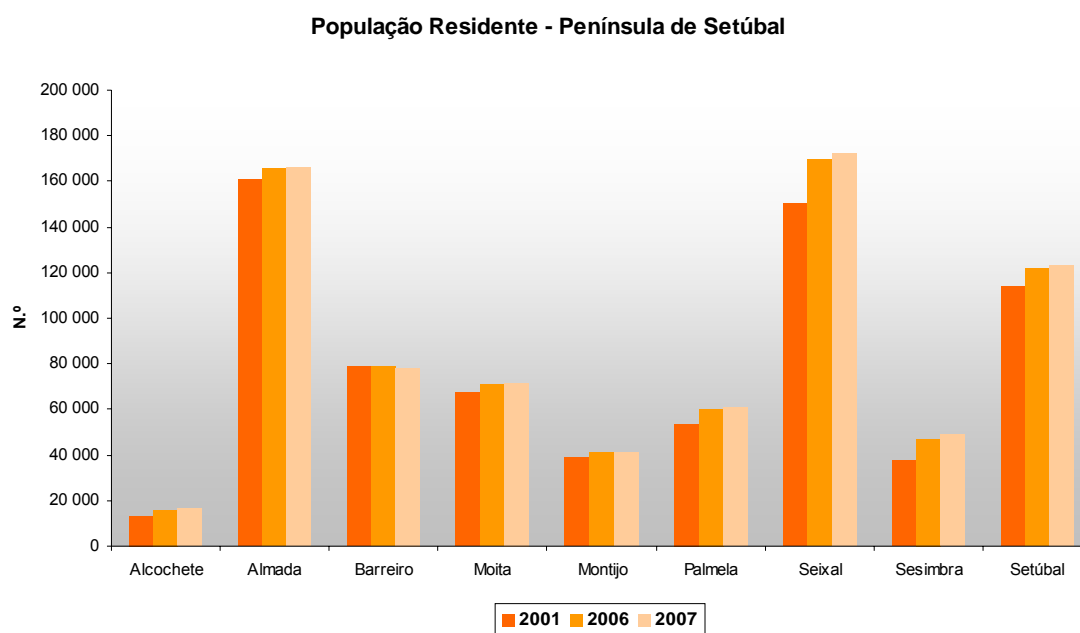


Fig. 2-2: População residente – Península de Setúbal



De facto, a população residente na Região de Lisboa tem apresentado taxas de crescimento médio anual superiores às observadas para o Continente desde o último Recenseamento Geral da População, de

+0,9% entre 2001 e 2006, e de +0,5% entre esse último ano e 2007 (cf. Quadro 2-1). A Península de Setúbal tem-se apresentado mais dinâmica neste âmbito, com taxas de +1,5% e +1,1% nos mesmos períodos, respectivamente – fenómeno que se deverá, porventura, acentuar com o desenvolvimento do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) no Campo de Tiro de Alcochete. Não obstante, a maioria (72%) dos habitantes da Região de Lisboa continua a residir na margem norte do Tejo, ou seja, na Grande Lisboa (cerca de 2 milhões de habitantes), onde se localiza a capital do País, os principais equipamentos colectivos e a maioria dos locais de trabalho.

Lisboa é o concelho mais envelhecido da respectiva região metropolitana (179 pessoas com pelo menos 65 anos por cada 100 crianças ou jovens com menos de 15 anos) e continua a perder população a ritmo muito elevado, com sinais recentes de aceleração desse processo. De facto, ao longo de 2007, Lisboa deverá ter perdido 2% dos respectivos residentes quando, entre 2001 e 2006, esse decréscimo se tinha cifrado em -1,8% ao ano (cf. Quadro 2-1).

Ao invés, a dinâmica demográfica da Região de Lisboa tem sido liderada por concelhos mais peri-urbanos (como Mafra, Alcochete, Palmela, Seixal ou Sesimbra) e também por alguns concelhos da primeira coroa suburbana (como Odivelas ou Sintra), que têm sido os principais beneficiados dos investimentos em acessibilidades co-financiados pelo FEDER ou pelo Fundo de Coesão (exemplos: CRIL, CREL, Eixo Norte-Sul – IP7, entre outros).

Estas dinâmicas são igualmente explicadas pela consolidação da oferta de grandes superfícies comerciais, tipicamente localizadas na periferia próxima da Cidade de Lisboa e junto aos principais (novos) eixos viários. Ora, estes equipamentos fomentam o desenvolvimento de novas centralidades à escala metropolitana, pela oferta de bens e serviços que propiciam – na qual o lazer assume particular importância (Silva Graça, 2007) – e pelo importante efeito que acarretam em termos de criação de emprego, nomeadamente, dirigido a recursos humanos pouco ou nada qualificados, que são ainda importantes em termos da

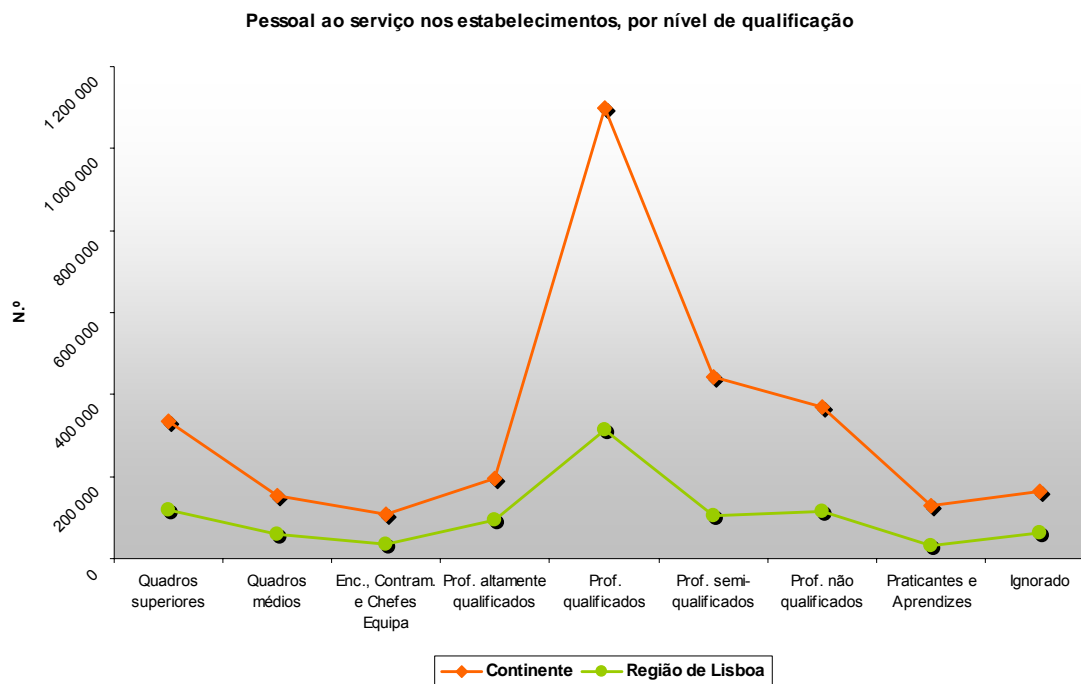
estrutura do emprego da Região de Lisboa (cf. Quadro 2 – “Profissionais não qualificados”).

Quadro 2-2 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos por nível de qualificação – Continente e Região de Lisboa (2005)

Nível de Qualificação	Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos			
	Continente		Região de Lisboa	
	n.º	% Vertical	n.º	% Vertical
Quadros superiores	333.309	11,1	117.330	12,6
Quadros médios	153.858	5,1	58.352	6,3
Encarregados, Contramestres e Chefes de Equipa	106.927	3,6	33.388	3,6
Profissionais altamente qualificados	195.057	6,5	94.922	10,2
Profissionais qualificados	1.098.282	36,7	313.499	33,6
Profissionais semi-qualificados	443.040	14,8	105.919	11,4
Profissionais não qualificados	369.101	12,3	116.069	12,5
Praticantes e Aprendizizes	128.193	4,3	31.139	3,3
Ignorado	163.226	5,5	61.581	6,6
<b>Total</b>	<b>2.990.993</b>	<b>100,0</b>	<b>932.199</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - GEP / SISED

Fig. 2-3: Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos por níveis de qualificação



A densificação da periferia próxima de Lisboa, bem patente no preenchimento dos últimos espaços intersticiais sobrantes, não apenas pelas citadas superfícies comerciais, mas também por habitação (por vezes, de elevada qualidade) bem como por parques de escritórios e outros equipamentos empresariais, também se tem observado na Península de Setúbal, sobretudo no eixo Almada-Seixal-Palmela, particularmente favorecido pelos recentes investimentos ferroviários (Eixo Ferroviário Norte-Sul e Metro Sul do Tejo).

QUADRO 2-3 – EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS – NUTS III  
PENÍNSULA DE SETÚBAL

(1996-2006)

Sector de Actividade Económica (CAE Revisão 2)		Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos				1996-06 TCMA (%)
		1996		2006		
Código	Descrição	n.º	% Vertical	n.º	% Vertical	
A	Agricultura, Prod. Animal, Caça, Silvicultura e Serv. Assoc.	2.993	2,6	2.560	1,6	-1,6
B	Pesca	227	0,2	706	0,4	12,0
C	Indústrias Extractivas	371	0,3	279	0,2	-2,8
DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	5.215	4,5	5.161	3,2	-0,1
DB	Indústria Têxtil	4.041	3,5	514	0,3	-18,6
DC	Indústria do Couro e dos Produtos do Couro	67	0,1	17	0,0	-12,8
DD	Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas obras	3.234	2,8	1.370	0,8	-8,2
DE	Indústrias de Pasta, Papel, Cartão; Edição e Impressão	2.119	1,8	1.147	0,7	-6,0
DF	Fabricação de Coque e Produtos Petrolíferos Refinados	0	0,0	9	0,0	+∞
DG	Fabricação de Produtos Químicos e Fibras	2.251	1,9	1.790	1,1	-2,3
DH	Fabricação de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas	849	0,7	1.081	0,7	2,4
DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos	1.353	1,2	1.138	0,7	-1,7
DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	5.405	4,7	5.568	3,4	0,3
DK	Fabricação de Máquinas e Equipamentos, N.E.	1.181	1,0	1.105	0,7	-0,7
DL	Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	5.685	4,9	3.232	2,0	-5,5
DM	Fabricação de Material de Transporte	7.926	6,8	7.274	4,4	-0,9
DN	Indústrias Transformadoras, N.E.	524	0,5	1.016	0,6	6,8
E	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água	1.207	1,0	699	0,4	-5,3
F	Construção	11.342	9,8	22.153	13,5	6,9
G	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação	24.732	21,3	36.856	22,5	4,1
H	Alojamento e Restauração	8.994	7,7	12.640	7,7	3,5
I	Transporte, Armazenagem e Comunicações	6.883	5,9	8.299	5,1	1,9
J	Actividades Financeiras	2.535	2,2	2.670	1,6	0,5
K	Actividades Imobiliárias, Aluguers e Serv. Prest. Empresas	8.169	7,0	24.346	14,9	11,5
M	Educação	2.434	2,1	4.852	3,0	7,1
N	Saúde e Acção Social	3.984	3,4	10.898	6,7	10,6
O	Outras Actividades de Serv. Colectivos, Sociais e Pessoais	2.404	2,1	6.218	3,8	10,0
Q	Organismos Internacionais e O. Instituições Extra-territoriais	0	0,0	0	0,0	-
<b>Total</b>		<b>116.125</b>	<b>100,0</b>	<b>163.598</b>	<b>100,0</b>	<b>3,5</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - GEP / SISED

Em todo o caso, a margem sul do Tejo continua a apresentar um perfil produtivo diverso do observado na margem norte. De facto, a Indústria Transformadora representa ainda 19% do respectivo emprego estruturado (na Grande Lisboa, essa proporção é inferior a 11%) e a

Construção quase 14% (9% na margem norte). Não obstante, entre 1996 e 2006, as actividades terciárias apresentaram taxas de crescimento do emprego na Península de Setúbal, em geral, superiores às observadas na Grande Lisboa, sobretudo nas Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas, na Saúde e Acção Social, nas Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais, no Comércio ou nas Actividades Financeiras (cf. Quadro 2-4 )

QUADRO 2-4 – EVOLUÇÃO DO PESSOAL AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS – NUTS III  
GRANDE LISBOA (1996-2006)

Sector de Actividade Económica (CAE Revisão 2)		Pessoal ao Serviço nos Estabelecimentos				
		1996		2006		1996-06
Código	Descrição	n.º	% Vertical	n.º	% Vertical	TCMA (%)
A	Agricultura, Prod. Animal, Caça, Silvicultura e Serv. Assoc.	1.675	0,3	2.500	0,3	4,1
B	Pesca	480	0,1	227	0,0	-7,2
C	Indústrias Extractivas	555	0,1	475	0,1	-1,5
DA	Indústrias Alimentares, das Bebidas e do Tabaco	17.371	3,1	14.873	1,9	-1,5
DB	Indústria Têxtil	7.683	1,4	2.935	0,4	-9,2
DC	Indústria do Couro e dos Produtos do Couro	665	0,1	231	0,0	-10,0
DD	Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas obras	1.570	0,3	1.167	0,2	-2,9
DE	Indústrias de Pasta, Papel, Cartão; Edição e Impressão	16.548	2,9	16.638	2,1	0,1
DF	Fabricação de Coque e Produtos Petrolíferos Refinados	187	0,0	795	0,1	15,6
DG	Fabricação de Produtos Químicos e Fibras	9.583	1,7	9.130	1,2	-0,5
DH	Fabricação de Artigos de Borracha e Matérias Plásticas	1.872	0,3	1.439	0,2	-2,6
DI	Fabricação de Outros Produtos Minerais Não Metálicos	7.597	1,3	5.444	0,7	-3,3
DJ	Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos	12.230	2,2	9.103	1,2	-2,9
DK	Fabricação de Máquinas e Equipamentos, N.E.	7.234	1,3	5.771	0,7	-2,2
DL	Fabricação de Equipamento Eléctrico e de Óptica	11.754	2,1	8.200	1,1	-3,5
DM	Fabricação de Material de Transporte	3.793	0,7	2.648	0,3	-3,5
DN	Indústrias Transformadoras, N.E.	4.212	0,7	3.694	0,5	-1,3
E	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água	5.006	0,9	3.186	0,4	-4,4
F	Construção	49.333	8,7	70.011	9,0	3,6
G	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação	126.990	22,5	161.492	20,8	2,4
H	Alojamento e Restauração	49.080	8,7	62.567	8,1	2,5
I	Transporte, Armazenagem e Comunicações	58.630	10,4	63.000	8,1	0,7
J	Actividades Financeiras	43.605	7,7	40.447	5,2	-0,7
K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serv. Prest. Empresas	71.406	12,7	196.627	25,3	10,7
M	Educação	14.163	2,5	17.586	2,3	2,2
N	Saúde e Acção Social	17.791	3,2	39.602	5,1	8,3
O	Outras Actividades de Serv. Colectivos, Sociais e Pessoais	22.871	4,1	36.230	4,7	4,7
Q	Organismos Internacionais e O. Instituições Extra-territoriais	18	0,0	38	0,0	7,8
<b>Total</b>		<b>563.902</b>	<b>100,0</b>	<b>776.056</b>	<b>100,0</b>	<b>3,2</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - GEP / SISED

Comum a ambos os territórios tem sido a tendência (estrutural) de destruição de postos de trabalho pelas indústrias transformadoras (cf. os mesmos quadros). Fenómeno mais premente na Península de Setúbal, responsável por crises sociais agudas que tiveram o seu auge na década de 80 do Séc. XX e que permanecem na memória colectiva tem afectado também a Grande Lisboa, sobretudo a frente ribeirinha



norte, ou seja, os concelhos de Loures (parcial) e Vila Franca de Xira. Nesta frente tem-se acentuado, nos últimos anos, a transformação de solo outrora de uso industrial (ou militar) para outros usos, inclusive, o residencial – replicando-se, a uma escala menor, práticas despoletadas com a intervenção da Expo'98 e prosseguidas com a urbanização do Parque das Nações.

O aprofundamento da dimensão metropolitana da Região de Lisboa nas suas múltiplas vertentes (circulação, habitat, emprego, lazer,...) tem exposto as assimetrias territoriais e sociais que a caracterizam, que o recente crescimento do desemprego acentua.

De facto, a Região de Lisboa tem sido particularmente fustigada pelo desemprego nos últimos anos. Apesar de apresentar taxas de desemprego mais moderadas face às observadas em outras regiões NUTS II do Continente (Norte, Alentejo e, mais recentemente, Algarve), desde 2006 que a Região de Lisboa tem vindo a registar níveis de desemprego acima dos observados em Portugal (e no Continente) bem como na União Europeia e na Zona Euro (cf. Quadro 2-5).

QUADRO 2-5 – EVOLUÇÃO RECENTE (2006-2009) DA TAXA DE DESEMPREGO NA ZONA EURO, NA UNIÃO EUROPEIA, EM PORTUGAL E NAS REGIÕES NUTS II DO CONTINENTE

Território	2006	2007	2008		2009
	1.º Trimetre	1.º Trimetre	1.º Trimetre	4.º Trimetre	1.º Trimetre
	%	%	%	%	%
Zona Euro	9,1	7,9	7,5	8,0	8,7
União Europeia (UE-27)	8,9	7,7	7,1	7,4	8,1
<b>Portugal</b>	<b>7,7</b>	<b>8,4</b>	<b>7,6</b>	<b>7,8</b>	<b>8,9</b>
Continente	7,9	8,5	7,7	7,9	9,0
Norte	8,9	9,5	8,6	8,7	10,1
Centro	5,5	6,7	5,1	5,7	6,7
<b>Lisboa</b>	<b>8,5</b>	<b>8,8</b>	<b>8,6</b>	<b>8,5</b>	<b>9,1</b>
Alentejo	9,8	9,5	8,3	10,0	10,2
Algarve	5,9	6,9	8,0	6,7	10,3

Fontes: Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>) e INE (<http://www.ine.pt/>)

Fig. 2-4: Evolução da Taxa de Desemprego na Zona Euro, na União Europeia, em Portugal

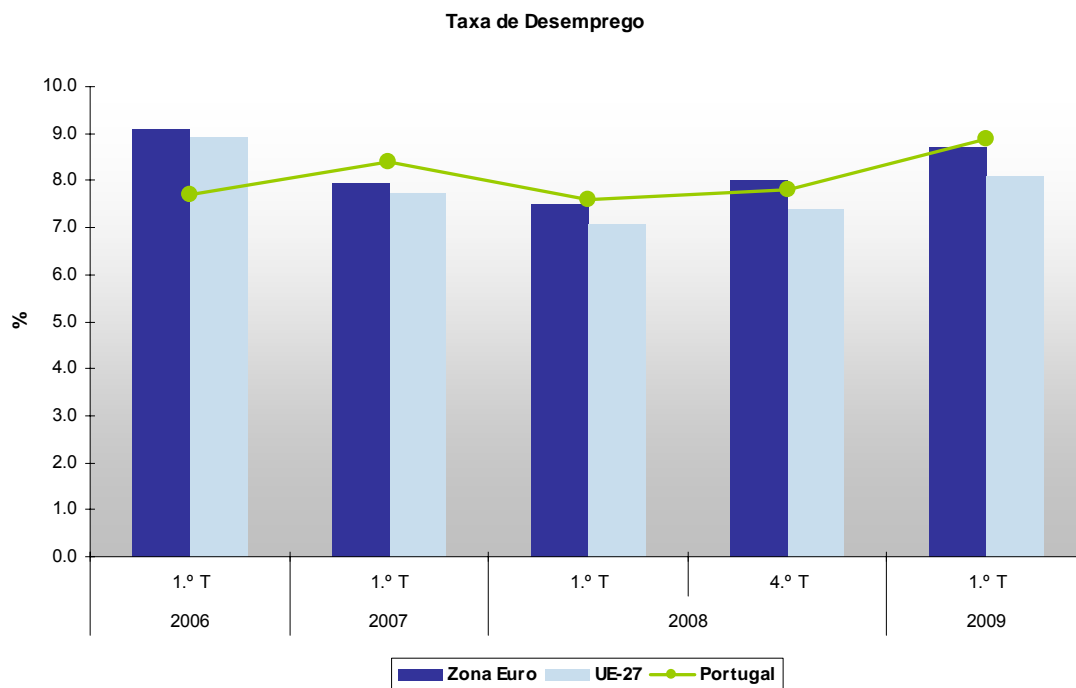
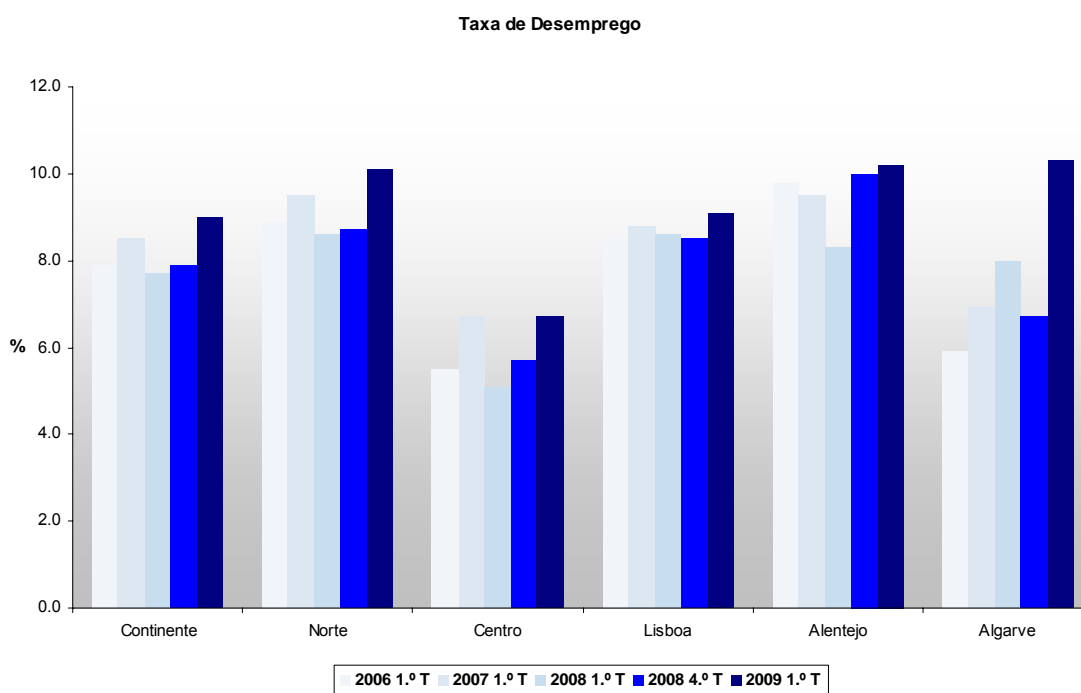


Fig. 2-5: Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal e nas regiões NUTS II do Continente



Dados muito recentes (Abril de 2009) divulgados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) evidenciam o carácter mais agudo do fenómeno na Península de Setúbal: o desemprego registado nos respectivos centros de emprego corresponde a cerca de 8,7% da população activa (estimada), quando essa proporção é de 7,4% na Grande Lisboa (cf. Quadro 6). Particularmente críticos parecem ser os casos dos concelhos do Barreiro (10%), da Moita (10,3%), do Montijo (10,5%) e de Setúbal (10,2%) – todos localizados na Península de Setúbal – bem como da Amadora (9,5%) – que se caracteriza igualmente pelo seu passado industrial.

O desemprego registado na Península de Setúbal encerra outros factores de risco para além da sua dimensão (absoluta e relativa), como uma proporção mais elevada de mulheres e de jovens<sup>6</sup> (face ao caso da Grande Lisboa, cf. Quadro 2-6), que são, como se sabe, dois segmentos particularmente críticos em termos de inserção no mercado de trabalho.

---

<sup>6</sup> Com menos de 25 anos.

QUADRO 2-6 – ESTRUTURA DO DESEMPREGO REGISTRADO NA REGIÃO DE LISBOA POR REGIÃO NUTS III E CONCELHO (ABRIL DE 2009)

Território	Desemprego Registrado nos Centros de Emprego (Abril 2009)								
	Total	Mulheres		DLD	1.º emp.	< 25 anos	< 1.º CEB	Ens. Sup.	Rácio (b)
	N.º	% (a)	%	%	%	%	%	%	%
Continente	474.960	100,0	54,7	31,8	7,2	13,4	5,4	8,3	9,7
<b>Região de Lisboa</b>	<b>112.852</b>	<b>23,8</b>	<b>50,6</b>	<b>30,6</b>	<b>4,6</b>	<b>10,9</b>	<b>5,1</b>	<b>10,4</b>	<b>7,7</b>
<b>Grande Lisboa</b>	<b>78.331</b>	<b>69,4</b>	<b>50,0</b>	<b>31,8</b>	<b>4,6</b>	<b>10,6</b>	<b>5,5</b>	<b>11,6</b>	<b>7,4</b>
Amadora	8.802	7,8	50,9	39,1	4,6	11,0	5,9	8,2	9,5
Cascais	7.262	6,4	52,1	28,9	4,0	9,1	4,0	14,3	7,4
Lisboa	20.771	18,4	46,8	32,5	6,8	10,8	9,2	17,3	8,6
Loures	7.180	6,4	46,1	27,9	3,3	11,4	4,5	7,9	6,8
Mafra	2.355	2,1	54,3	21,8	5,3	15,0	2,4	9,9	6,8
Odivelas	4.624	4,1	47,1	28,1	3,4	9,3	5,6	8,7	5,5
Oeiras	5.015	4,4	51,9	32,3	4,6	8,3	3,7	19,4	5,5
Sintra	16.406	14,5	53,4	34,4	3,4	10,1	3,3	7,0	6,7
Vila Franca de Xira	5.916	5,2	52,4	25,5	3,8	13,4	3,8	7,0	7,8
<b>Península de Setúbal</b>	<b>34.521</b>	<b>30,6</b>	<b>51,9</b>	<b>27,8</b>	<b>4,4</b>	<b>11,6</b>	<b>4,2</b>	<b>7,6</b>	<b>8,7</b>
Alcochete	544	0,5	49,3	26,7	3,7	13,1	5,1	9,0	6,5
Almada	6.833	6,1	50,4	28,9	4,4	11,0	4,4	9,4	8,1
Barreiro	3.894	3,5	51,3	32,3	6,5	11,8	3,6	8,0	10,0
Moita	3.703	3,3	49,9	27,7	5,1	12,6	5,1	4,6	10,3
Montijo	2.145	1,9	49,4	26,7	2,9	11,4	7,9	5,8	10,5
Palmela	2.721	2,4	53,7	24,7	3,3	11,4	4,8	6,9	8,8
Seixal	6.754	6,0	53,8	29,9	4,0	10,7	3,4	7,7	7,2
Sesimbra	1.550	1,4	56,3	27,0	3,3	10,3	2,6	9,4	6,3
Setúbal	6.377	5,7	52,3	23,9	4,3	12,7	3,6	7,5	10,2

(a) Para os concelhos e NUTS III da Grande Lisboa: % relativa ao total dessa região; para os demais casos: % face ao Continente

(b) Rácio *Desemprego Registrado / População Activa Estimada* (2007) - Aproximação à taxa de desemprego

Fontes: IEFP (2009) e INE (2009)

Não obstante, o desemprego na Região de Lisboa caracteriza-se, em geral e face às médias do Continente, por menores proporções de mulheres, de desemprego de longa duração (12 meses contínuos ou mais), de situações de procura de primeiro emprego e de jovens (cf. Quadro 2-6).

Neste contexto, apenas se observa uma elevada proporção (10,4%) de licenciados entre os desempregados inscritos nos centros de emprego. Tal poderá evidenciar, para além de uma dotação regional mais favorável em termos de habilitações (como os dados do Quadro 2-2 já sugeriam indirectamente), acrescidas dificuldades, inclusive dos recursos humanos mais habilitados e qualificados, em acederem a uma ocupação remunerada na presente conjuntura económica desfavorável,

com o desenvolvimento de fenómenos de “nova pobreza” abrangendo largas franjas da classe média metropolitana.

O desemprego por concelho encontra-se representado nos gráficos seguintes:

Fig. 2-6: N° de desempregados na Grande Lisboa (Abril 2009)

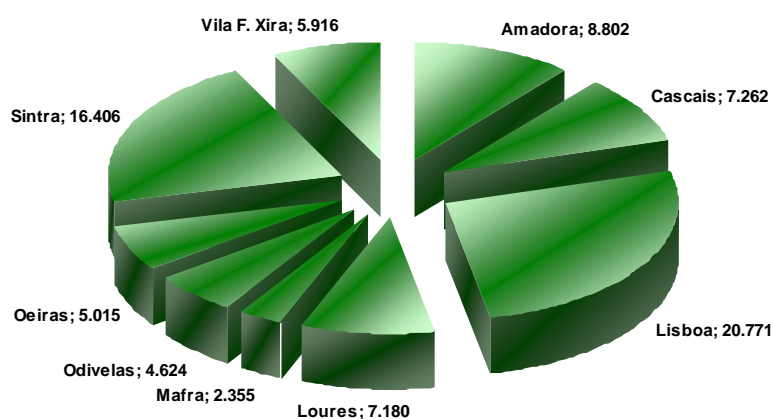
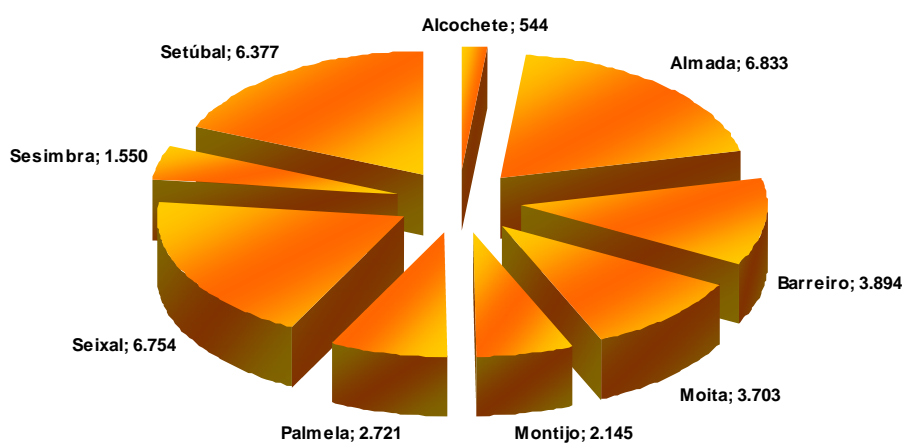
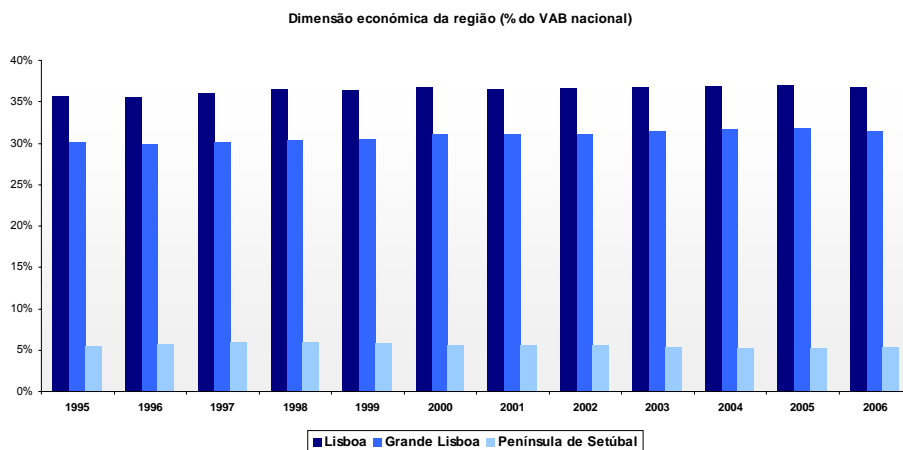


Fig. 2-7: N° de desempregados na Península de Setúbal (Abril 2009)



A região de Lisboa apresenta uma dimensão económica relativamente estável no contexto nacional, representando cerca de 37% em 2006, de acordo com o referencial de NUTS2 “Lisboa”. Dentro desta, a região Grande Lisboa representa 31% e a Península de Setúbal 5%.

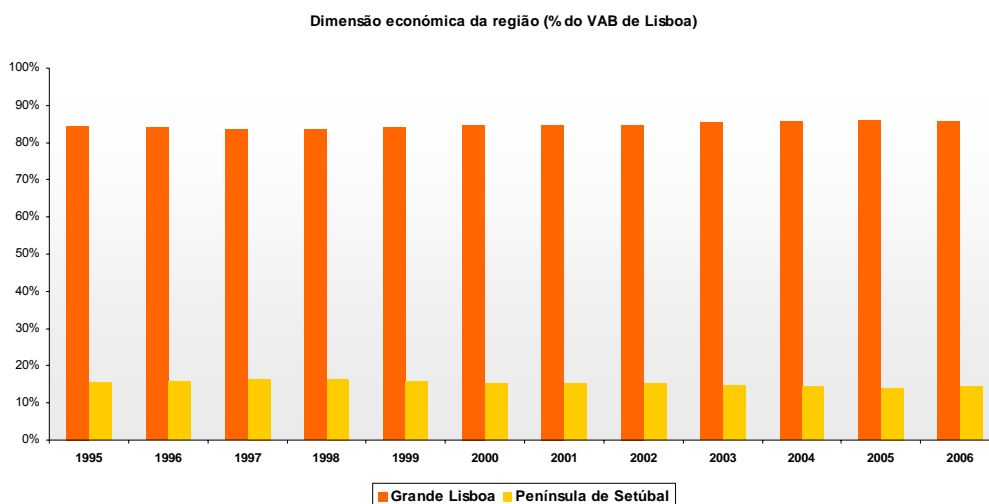
Fig. 2-8



Fonte: INE (2008) - Contas Regionais 1995-2005, retropolação da base 2000

Internamente, mantém-se uma certa estabilidade na dispersão deste indicador ao longo do período considerado.

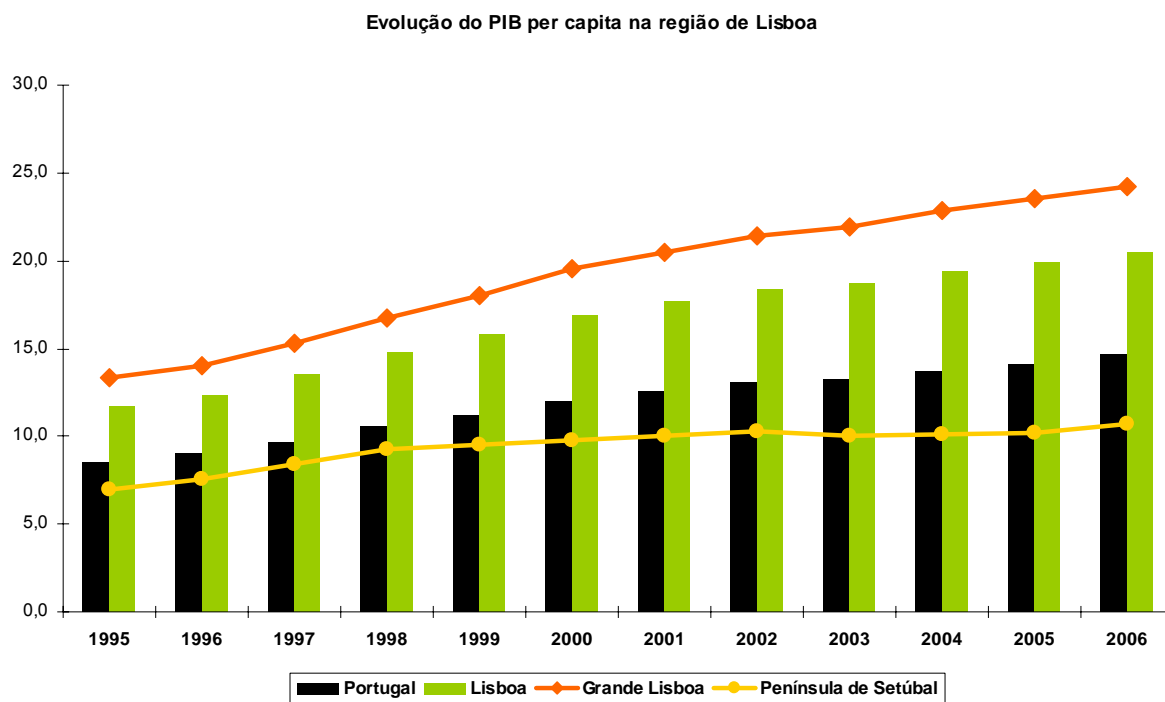
Fig. 2-9



Fonte: INE (2008) - Contas Regionais 1995-2005, retropolação da base 2000

O PIB per capita da região de Lisboa tem registado um valor relativamente estável face à média nacional, com cerca de 40 pontos acima dessa média. Internamente, mantém-se uma certa estabilidade na dispersão deste indicador.


Fig. 2-10:



Fonte: INE (2008) - Contas Regionais 1995-2005, retropolação da base 2000







# Análise do progresso do Programa Operacional





### 3. Análise do progresso do Programa Operacional

#### 3.1 - Candidaturas: apresentadas, admitidas, aprovadas e contratadas

##### Concursos

Até 31/12/2008, foi aberto um total de 33 concursos, disponibilizando um montante FEDER de 103 54 013 €, representando 34% do Fundo programado para o Programa.

QUADRO 3-1 – CONCURSOS

Designação de Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura							
		Total até 31-12-2008			em aberto a 31-12-2008		Encerrados a 31-12-2008		
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos
				% do PO					
	euros	Nº	euros		Nº	euros	Nº	euros	Nº
<b>Total</b>	<b>306 689 171</b>	<b>33</b>	<b>103 554 013</b>	<b>34%</b>	<b>4</b>	<b>10 000 000</b>	<b>29</b>	<b>93 554 013</b>	<b>25</b>
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	155 273 945	24	66 554 013	43%	3	7 500 000	21	59 054 013	18
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	70 723 914	5	9 000 000	13%	0	0	5	9 000 000	4
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	70 723 914	2	24 000 000	34%	0	0	2	24 000 000	2
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	9 967 398	2	4 000 000	40%	1	2 500 000	1	1 500 000	1
									<b>80 098 724</b>

A preponderância destes concursos incidiu no Eixo Prioritário 1, com um total de 24 concursos e um montante FEDER de 66 554 013 € (43% da dotação FEDER do eixo), 4 dos quais abertos em Novembro de 2007. No final de 2008, encontravam-se já decididos, neste Eixo, 18 concursos, representando um total de 53 78 565 € de FEDER aprovado. Este valor inclui o montante FEDER aprovado no âmbito de um Projecto de Interesse Estratégico - SI Inovação, bem como no âmbito da

Participação no FINOVA - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, num total de 8.722.013€, cujo procedimento de candidatura foi efectuado, respectivamente, por negociação e por convite.

Neste Eixo, à data de 31/12/2008, encontravam-se ainda em período de candidatura 3 concursos e estavam já encerrados, mas ainda em fase de decisão, 3 concursos.

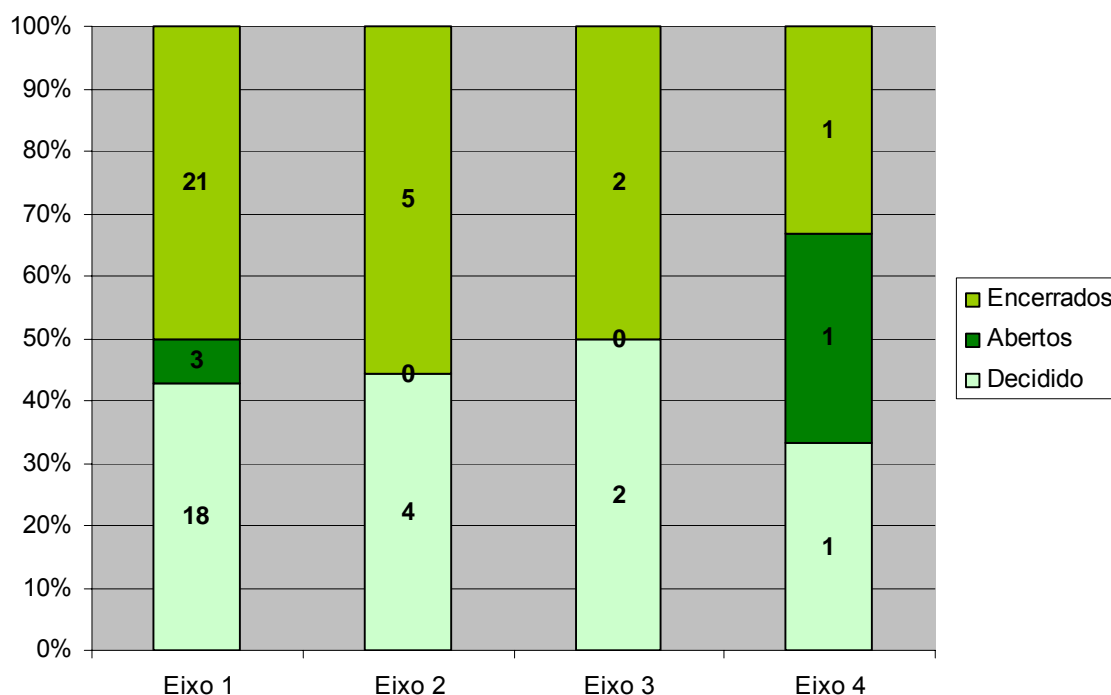
No Eixo Prioritário 2 foi disponibilizado um montante FEDER de 9 000 000 € (13% da dotação FEDER do eixo), tendo sido abertos 5 concursos, dos quais 4 se encontravam no final do ano decididos e 1 já encerrado. O FEDER aprovado foi de 4 941 063 €.

No Eixo Prioritário 3, foi disponibilizado um montante FEDER de 24 000 000 € (34% da dotação FEDER do eixo), foram abertos 2 concursos em 2008, encontrando-se todos decididos no final do ano.

O total FEDER aprovado foi de 20 529 095 €.

No Eixo Prioritário 4 foram abertos dois períodos de candidatura no âmbito da Assistência Técnica, com um montante FEDER a concurso de 4 000 000 € (40% da dotação FEDER do eixo), tendo no primeiro sido aprovado um FEDER de 1.050 000 €. O segundo concurso estava ainda aberto, no final do ano.

Fig. 3-1: Concursos por Eixo



É ainda de referir que durante o ano de 2008 foram abertos 4 concursos no âmbito da “ Política de Cidades”, envolvendo um montante FEDER a concurso de 51 000 000 €. Estes concursos inserem-se, um no eixo 1 no âmbito de regulamento específico “Política de Cidades - Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação” com um montante FEDER a concurso de 6 000 000 €. Os outros 3 concursos inserem-se no regulamento específico “ Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana”, sendo um no eixo 2, abrangendo candidaturas a Programas de Acção de valorização de Frentes Ribeirinhas e Marítimas, com um montante FEDER a concurso de 15 000 000 € e dois no eixo 3 abrangendo candidaturas a Programas de Acção de requalificação e reintegração de Bairros Críticos e Programas de Acção de requalificação de Centros Históricos, com um montante FEDER a concurso de 15 000 000 € cada um dos concursos.

A 31 de Dezembro encontrava-se no eixo 1 o concurso encerrado, no eixo 2 o concurso encontrava-se decidido tendo sido aprovado um montante FEDER de 16 047 770 € e no eixo 3, um estava ainda a decorrer e outro estava decidido, tendo sido aprovado o montante FEDER de 4 895 827 €.

### Tempos Médios de Decisão

Na média global do POR Lisboa, constatou-se que o tempo médio efectivo de decisão<sup>7</sup> sobre os concursos (61 dias) foi ligeiramente inferior ao previsto (64 dias).

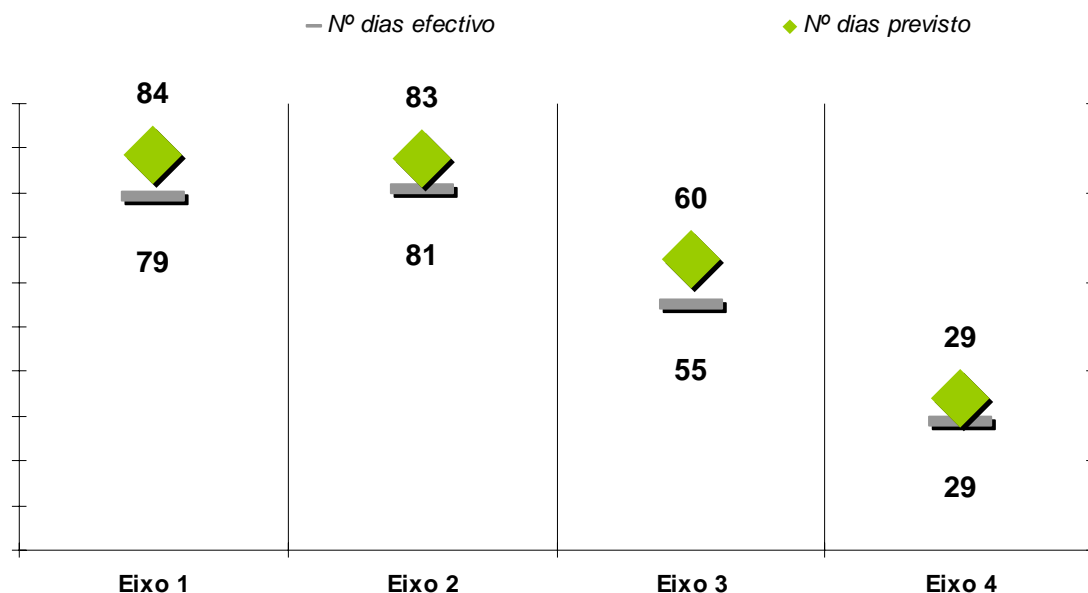
Não obstante, a média dos tempos de decisão, por Eixo Prioritário, foi diferenciada: no Eixo 1, o prazo efectivo (79 dias) foi inferior ao previsto (84 dias); no Eixo 2, o tempo médio de decisão efectivo (81 dias), foi ligeiramente inferior ao previsto (83 dias). Também no Eixo 3 o prazo efectivo (55 dias) foi inferior ao previsto (60 dias). Já no Eixo 4, o tempo médio de decisão coincidiu em rigor com o previsto (29 dias).

QUADRO 3-2 – TEMPOS MÉDIOS DE DECISÃO

<i>Designação de Eixo Prioritário</i>	Tempos médios de decisão	
	Previsto	Efectivo
	dias	dias
<b>Total</b>	-	-
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	84	79
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	83	81
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	60	55
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	29	29

<sup>7</sup> Tempo que decorre entre o encerramento do concurso e a deliberação da comissão directiva do programa

Fig. 3-2: Tempos médios de decisão



No âmbito dos concursos da “ Política de Cidades”, é de salientar que o tempo médio de decisão efectivo se situou em média nos 85 dias, ligeiramente inferior aos 93 dias previstos.

### Grau de Admissibilidade das Operações

No PORLisboa, das 793 candidaturas apresentadas com um investimento total previsto de 1 097 358 236 €, foram admitidas 360 candidaturas com um investimento previsto de 429 547 996 €, representando cerca de 45% das candidaturas apresentadas a concurso.

Esta taxa de admissibilidade foi calculada apenas com as candidaturas apresentadas correspondentes a concursos cuja análise de admissibilidade estava concluída, ou no caso dos sistemas de

incentivos, correspondentes a concursos com decisão. A taxa de aprovação bruta foi calculada apenas com as candidaturas apresentadas correspondentes a concursos cuja análise de mérito estava concluída, ou no caso dos sistemas de incentivos, correspondentes a concursos com decisão.

QUADRO 3-3 – ADMISSIBILIDADE

<i>Designação de Eixo Prioritário</i>	Candidaturas apresentadas*			Candidaturas admitidas		
	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura	Nº	Custo total previsto	Invest. Médio por candidatura
	Nº	euros	euros	Nº	euros	euros
<b>Total</b>	<b>793</b>	<b>1 097 358 236</b>	<b>1 383 806</b>	<b>360</b>	<b>429 547 996</b>	<b>1 193 189</b>
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	644	899 295 504	1 396 422	255	257 312 953	1 009 070
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	70	36 041 828	514 883	28	13 414 139	479 076
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	78	160 520 904	2 057 960	76	157 320 904	2 070 012
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	1	1 500 000	1 500 000	1	1 500 000	1 500 000

\* Inclui desistências, anulações e concursos não decididos em 2008

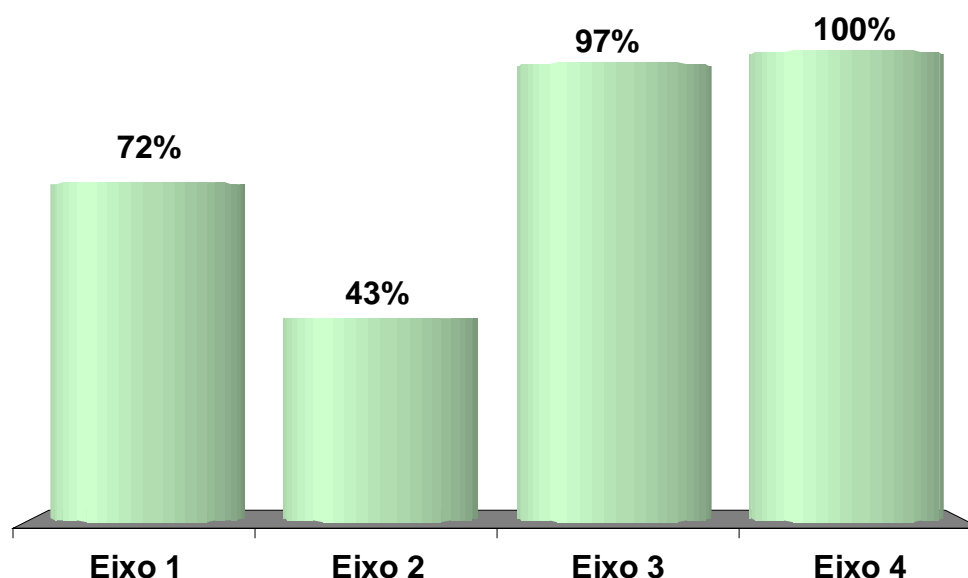
Por média de Eixo Prioritário, o grau de admissibilidade revelou-se diferenciado: no Eixo 1 foi de 72%, no Eixo 2 foi de 43%; no Eixo 3 de 97% e no Eixo 4 foi de 100%.

Como se verifica, o grau de admissibilidade por eixo foi elevado, com excepção do Eixo 2.

A não admissibilidade, de uma forma geral, prendeu-se com o incumprimento das condições gerais ou específicas de acesso do promotor ou do projecto.



Fig. 3-3: Taxa de Admissibilidade por Eixo



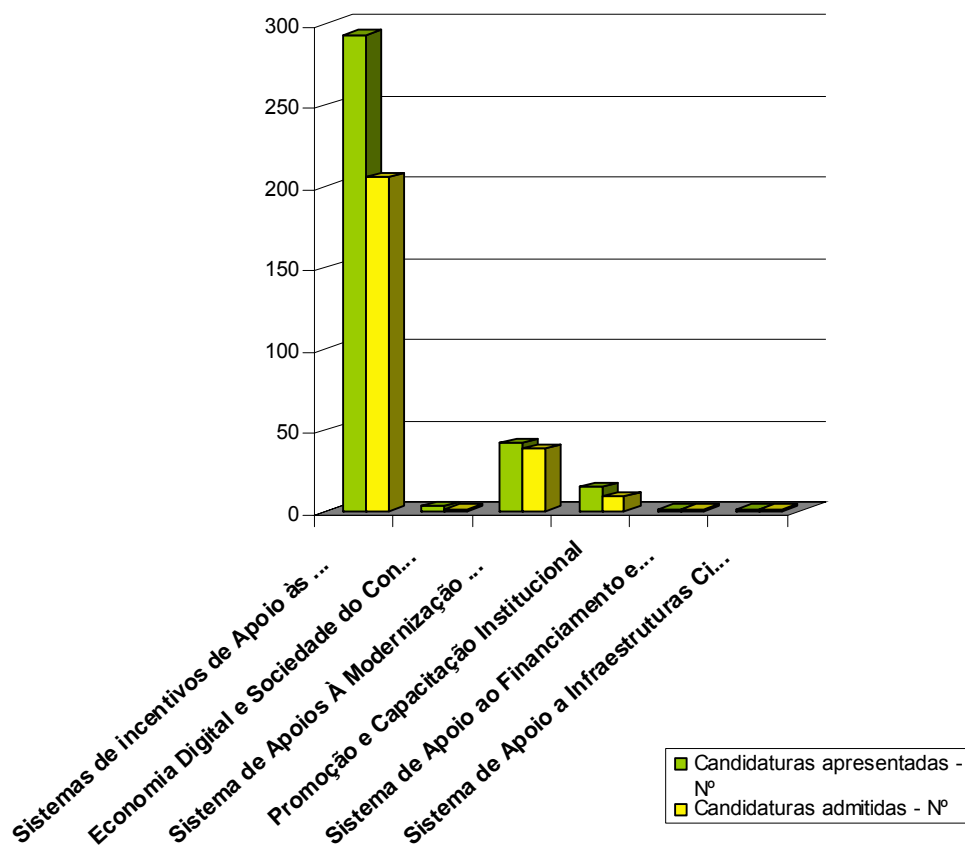
Relativamente ao eixo 1, o grau de admissibilidade neste eixo variou conforme o domínio/ regulamento específico.

No domínio/ regulamento específico relativo ao Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas e Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, cada um com apenas uma candidatura, a admissibilidade foi de 100%. O Sistema de Apoios À Modernização Administrativa contou com 42 candidaturas apresentadas e 38 candidaturas admitidas. Na Promoção e Capacitação Institucional foram admitidas 9 das 15 candidaturas e na Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, foram admitidas 1 das 3 candidaturas apresentadas. Os motivos da não elegibilidade destas três tipologias prenderam-se fundamentalmente com o não enquadramento nos objectivos/tipologias a concurso ou com insuficiências do ponto de vista processual.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos de Apoio às Empresas, foram “admitidas” 205 das 293 candidaturas decididas em 2008. Cerca de

54% das candidaturas “não admitidas” foram-no por motivos relacionados com a não inserção nos objectivos e prioridades do Aviso (27%), o não enquadramento no âmbito sectorial (14%), ou o não cumprimento da exigência regulamentar relativa à situação económica e financeira equilibrada (13%); outros motivos a destacar prendem-se com a insuficiência de capitais próprios ou o dispor de uma despesa mínima elegível.

Fig. 3-4: Admissibilidade Eixo I – Por reg. Especifico



**Quanto ao eixo 2 o grau de admissibilidade variou conforme o domínio / regulamento específico. No concurso do domínio/ regulamento específico “Acções de Valorização e Qualificação Ambiental” das 13 candidaturas apresentadas foram admitidas 7.**

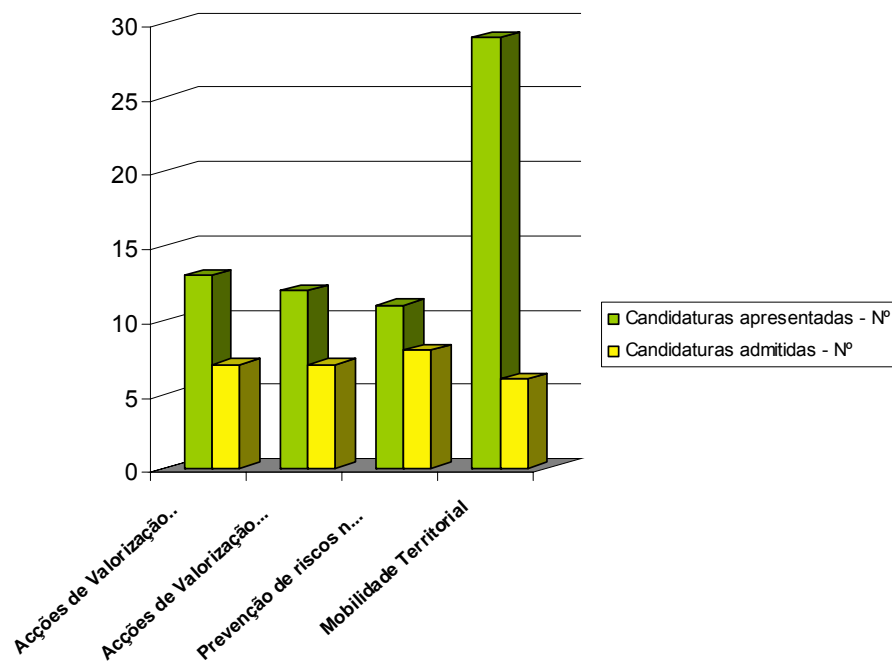
**No concurso do domínio/ regulamento específico “Acções de Valorização do Litoral” das 12 candidaturas apresentadas, verificou-se a desistência de uma candidatura e foram admitidas 7.**

**No concurso do domínio/ regulamento específico “Prevenção de riscos naturais e Tecnológicos - acções imateriais” das 11 candidaturas apresentadas foram admitidas 8.**

**Já concurso do domínio/ regulamento específico “Mobilidade Territorial” das 29 candidaturas apresentadas, verificou-se 2 desistências e foram apenas admitidas 6. A não admissibilidade neste caso prendeu-se, de um modo geral com o não cumprimento das condições de acesso da operação.**

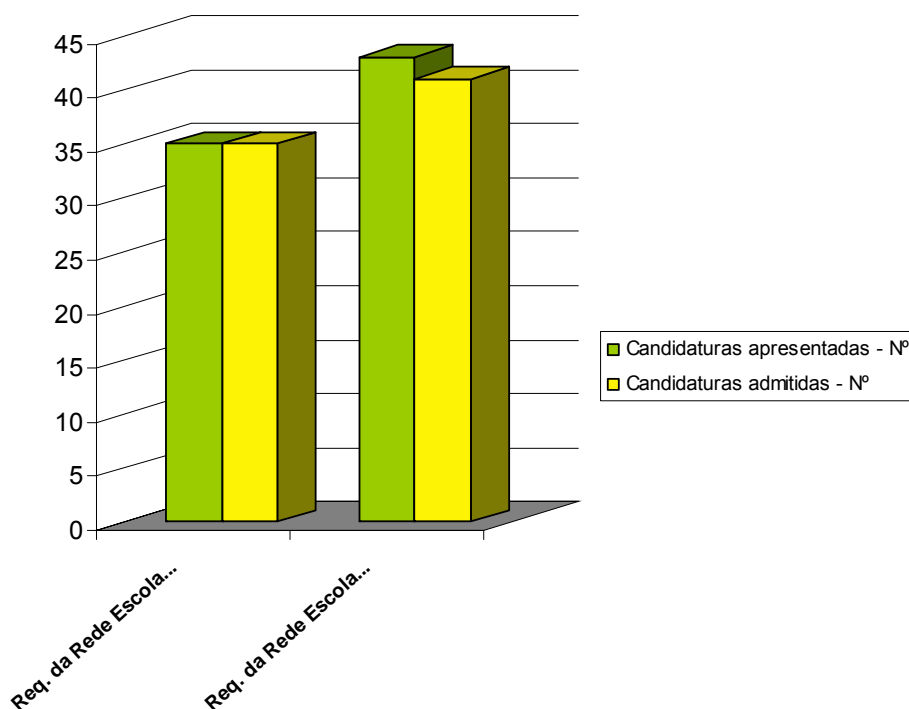
**No concurso do domínio/ regulamento específico “Gestão activa de Espaços Protegidos e Classificados” encerrado a 29/12/2008 foram apresentadas 5 candidaturas, não tendo sido feita a admissibilidade no ano de 2008.**

Fig. 3-5: Admissibilidade Eixo II– por reg. Especifico



Quanto ao eixo 3 foram abertos dois concursos do domínio/regulamento específico “Requalificação da Rede Escolar 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar” tendo no 1º concurso as 35 candidaturas apresentadas sido todas admitidas e no 2º concurso das 43 apresentadas foram admitidas 41.

Fig. 3-6: Admissibilidade Eixo III– por reg. Especifico



No âmbito dos concursos da “ Política de Cidades”, é de salientar que das 18 candidaturas apresentadas, foram admitidas 17.

### **Taxa de Aprovação líquida (grau de selectividade das operações)**

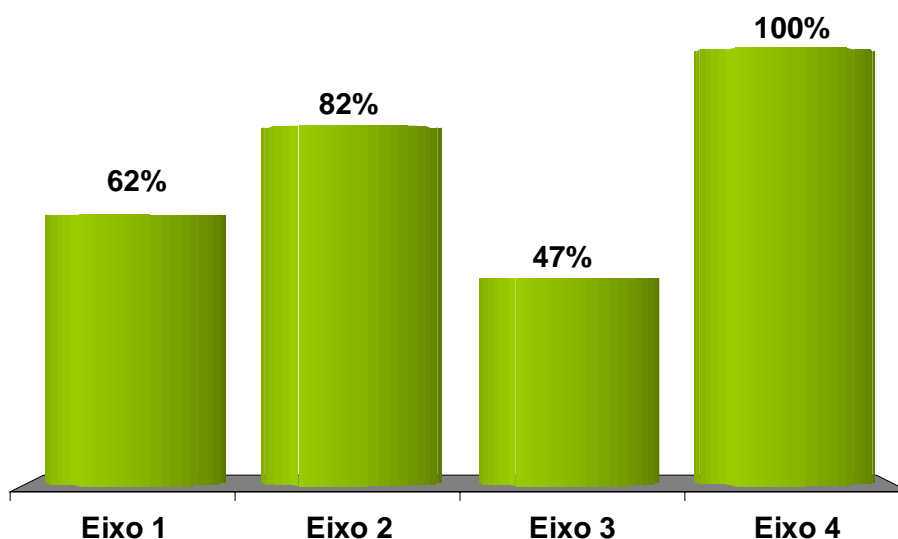
Já quanto à selectividade das operações, no global do Programa, verificou-se que, das operações admitidas a concurso, foram aprovadas 61%.

A nível das médias por Eixo Prioritário, no Eixo 1 a selectividade foi de 62%, se bem que, por domínio/regulamento específico, tenham ocorrido

situações diferenciadas, no Eixo 2, foi obtida uma taxa média de selectividade de 82% e no Eixo 3, a selectividade apenas atingiu os 47% e no Eixo 4 atingiu os 100%

Esta taxa prendeu-se de um modo geral com o facto de algumas operações não atingirem o mínimo de mérito estabelecido nos avisos de concurso e nalguns casos com o limite máximo estabelecido para o concurso, montante que não permitiu a selecção de candidaturas por ter sido excedido o plafond definido no mesmo.

Fig. 3-7: Taxa de Aprovação líquida por Eixo



Quanto ao eixo 1 o grau de selectividade variou conforme o domínio / regulamento específico. Nas tipologias/ regulamentos relativos Economia Digital e Sociedade do Conhecimento, Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação e Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas, aprovaram-se todas as candidaturas admitidas, pelo que o grau de selectividade foi de 100%.

Relativamente aos Avisos da Promoção e capacitação Institucional, e do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, o motivo da não aprovação prendeu-se fundamentalmente com uma pontuação de mérito inferior ao mínimo legalmente exigido.

Relativamente aos Sistemas de Incentivos de Apoio às empresas, 57% das candidaturas não foram aprovadas porque tiveram pontuação de mérito inferior ao mínimo legalmente exigido e 34% não foram aprovadas por indisponibilidade orçamental no respectivo aviso de abertura de concurso.

Quadro. 3-4: Selectividade Eixo I – por reg. Especifico

<b>Domínio/Regulamento específico</b>	<b>Candidaturas admitidas - Nº</b>	<b>Candidaturas aprovadas - Nº</b>
Sistemas de incentivos de Apoio às Empresas	205	118
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	1
Sistema de Apoios À Modernização Administrativa	38	34
Promoção e Capacitação Institucional	9	3
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	1
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	1	1

Quanto ao eixo 2 o grau de selectividade variou conforme o domínio / regulamento específico. No concurso do domínio/ regulamento específico “Acções de Valorização e Qualificação Ambiental” as 7 candidaturas admitidas foram aprovadas.

No concurso do domínio/ regulamento específico “Acções de Valorização do Litoral” das 7 candidaturas admitidas foram aprovadas 6.

No concurso do domínio/ regulamento específico “Prevenção de riscos naturais e Tecnológicos - acções imateriais” das 8 admitidas foram aprovadas 7.

Já concurso do domínio/ regulamento específico “Mobilidade Territorial” das 6 admitidas foram apenas aprovadas 3.

A não aprovação das candidaturas neste eixo deveu-se ao facto dessas candidaturas não terem atingido os valores mínimos de mérito definido no aviso de abertura dos concursos, para efeito de aprovação.

Quadro. 3-5: Selectividade Eixo II– por reg. Especifico

Dominio/Regulamento especifico	Candidaturas admitidas - Nº	Candidaturas aprovadas - Nº
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	7	7
Acções de Valorização do Litoral	7	6
Prevenção de riscos naturais e Tecnológicos - acções imateriais	8	7
Mobilidade Territorial	6	3

Quanto ao eixo 3 no domínio/ regulamento especifico “Requalificação da Rede Escolar 1º Ciclo e Educação Pré-Escolar” do 1º concurso das 35 candidaturas admitidas apenas foram aprovadas 14, sendo que 8 devido à falta de dotação orçamental disponível e 14 por falta de mérito.

Já no 2º concurso das 41 admitidas foram apenas aprovadas 22 dado que as restantes não atingiram os valores mínimos de mérito.



Quadro. 3-6: Selectividade Eixo III– por reg. Especifico

Dominio/Regulamento especifico	Candidaturas admitidas - Nº	Candidaturas aprovadas - Nº
Req. da Rede Escolar 1º Ciclo Edu. Pré-Escolar - Aviso 1	35	14
Req. da Rede Escolar 1º Ciclo Edu. Pré-Escolar - Aviso 2	41	22

**Quanto à Política das Cidades foram aprovadas 8 candidaturas a Planos de Acção, englobando um montante FEDER de 20 943 597 € É de salientar que o concurso do eixo 1 – Programas Estratégicos das Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação ainda se encontrava em análise de mérito no final de 2008.**

### **Montantes Contratados**

Em resultado dos concursos acima mencionados, e até ao final de 2008, das 218 operações aprovadas, encontravam-se já contratadas e com termo de aceitação assinado, um total de 154 operações o que representa uma taxa de 71%

No eixo 1 das 158 operações aprovadas foram contratadas 116 (73%)

No eixo 2 das 23 operações aprovadas foram contratadas 23 (100%)

No eixo 3 das 36 operações aprovadas foram contratadas 14 (39%)

No eixo 4 a operação aprovada foi contratada (100%)

Verifica-se que as taxas de contratação são elevadas, com excepção do Eixo Prioritário 3, facto relacionado com a tipologia/ regulamento específico “Requalificação da Rede Escolar” cuja decisão do segundo concurso ocorreu em 31 de Dezembro, pelo que os respectivos contratos foram assinados no ano seguinte.

Estão expressos no quadro seguinte os montantes de investimento FEDER que foram contratados, no âmbito das várias tipologias de operações, e o respectivo número de contratos/termos de aceitação.

Quadro 3-7: Montantes contratados por Eixo

Unidade: euros

Nº eixo	Fundo Comunitário das Candidaturas contratadas/ termo de aceitação	Candidaturas contratadas/ termo de aceitação - Nº
I	27 947 333	116
II	4 941 063	23
III	8 330 841	14
IV	1 050 000	1
<b>Total Geral</b>	<b>42 269 237</b>	<b>154</b>

**Quanto à Política das Cidades foram contratados todos os Planos de Acção aprovados, englobando um montante FEDER de 20 943 597 €**

### 3.2 - Execução Financeira do Programa Operacional

#### Aprovações por Eixo

A 31 de Dezembro de 2008 encontravam-se aprovadas 218 operações, com um investimento total de 261 296 267 €, um investimento elegível de 186 197 518 €, um investimento privado de 35 717 032 € e um FEDER de 80 098 724 €, repartido pelos 4 eixos prioritários de acordo com o quadro seguinte.

Quadro 3-8: Candidaturas aprovadas por Eixo

Designação de Eixo Prioritário	Candidaturas aprovadas					
	Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Privados	Fundo
	Nº	euros	euros	euros	euros	euros
<b>Total</b>	<b>218</b>	<b>261 296 267</b>	<b>186 197 518</b>	<b>151 080 485</b>	<b>35 117 032</b>	<b>80 098 724</b>
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	158	177 576 927	133 757 201	98 640 169	35 117 032	53 578 565
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	23	11 302 608	9 882 126	9 882 126	0	4 941 063
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	36	70 916 732	41 058 190	41 058 190	0	20 529 095
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	1	1 500 000	1500000	1500000	0	1 050 000

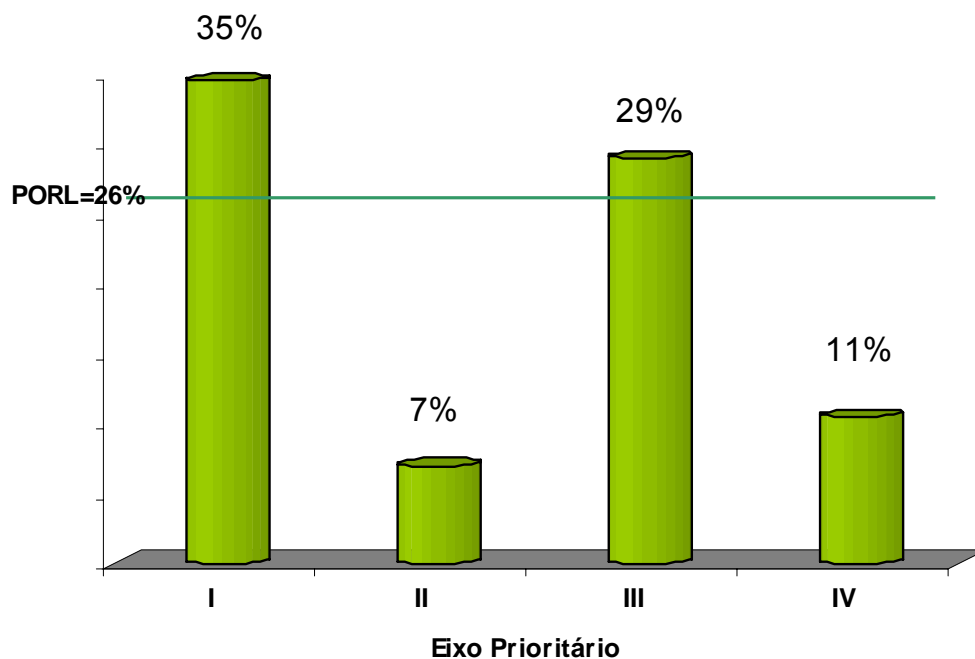
Para cada eixo os montantes FEDER alocados e aprovados constam do quadro seguinte e do Anexo III do presente relatório:

Quadro 3-9: Taxas de Compromisso por Eixo

Eixo	Unidade: euros		
	Fundo Programado	Fundo Aprovado	Taxa Compromisso
I	155 273 945	53 578 565	35%
II	70 723 914	4 941 063	7%
III	70 723 914	20 529 095	29%
IV	9 967 398	1 050 000	11%
<b>POR L</b>	<b>306 689 171</b>	<b>80 098 724</b>	<b>26%</b>

Face à programação financeira, no final do ano de 2008 o PORL tinha já comprometido 26% da dotação FEDER disponível. Foi no Eixo I que se verificou uma maior taxa de compromisso, atingindo os 35% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida no Eixo II foi de 7%, no Eixo III foi de 29% e no Eixo IV de 11%.

Fig. 3-8: Taxas de Compromisso por Eixo



Nestes valores, a contribuição do Eixo Prioritário I – Competitividade, Inovação e Conhecimento, foi predominante, com um total de 158 operações aprovadas, representando um investimento total de 133 757 201 €, e uma comparticipação FEDER de 53 578 565 €.

Neste eixo assumiu maior peso as candidaturas aprovadas no âmbito dos apoios às empresas, quer através dos Sistemas de Incentivos de Apoio às Empresas, quer através das medidas de Engenharia Financeira, que no total representam 77% do incentivo aprovado.

As medidas de engenharia financeira estão enquadradas no Regulamento/Tipologia de intervenção denominado “Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação”, tal como identificado no quadro 3-3: “Aprovações por Tipologia de Operação” e descrito com maior detalhe no ponto do Relatório 3.6 “Instrumentos de Engenharia financeira”.

## Aprovações Eixo I

Quadro: 3-10: Aprovações por Tipologia de Operação

Euros					
Operações aprovadas Eixo I	Nº	Investimento Elegível	Incentivo	% (Nº Projectos)	% (Incentivo)
Sistemas de Incentivos de Apoio às Empresas	118	68.608.910	33.491.877	75%	63%
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	1	15.525.491	6.210.196	1%	12%
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	34	8.416.156	2.993.021	22%	6%
Promoção e capacitação institucional	3	2.052.627	821.051	2%	2%
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	33.508.000	7.804.013	1%	15%
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	1	5.646.018	2.258.407	1%	4%
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>133.757.201</b>	<b>53.578.565</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

No que diz respeito aos Sistemas de Incentivos de Apoio às Empresas - SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização de PME, destacam-se os seguintes aspectos:

- a principal tipologia de projectos apoiados é da área de apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico, com 52% do nº de projectos aprovados e 72% do incentivo aprovado.

Quadro 3-11: Aprovações Sistemas de Incentivos por tipologia do investimento

Euros					
Tipologia Investimento	Nº	Investimento Elegível	Incentivo	% (Nº Projectos)	% (Incentivo)
SI I&DT	61	43.681.787,53	24.106.455,29	52%	72%
SI Inovação	18	14.333.330,86	4.699.989,67	15%	14%
SI QPME	39	10.593.791,28	4.685.432,24	33%	14%
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>68.608.909,67</b>	<b>33.491.877,20</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

- no que diz respeito ao apoio por sector de actividade, a maior parte dos projectos aprovados são da área dos serviços, com 75% do nº de

projectos aprovados e 67% do incentivo aprovado, seguido da área da indústria, com 17% do nº de projectos aprovados e 26% do incentivo aprovado.

Quadro 3-12: Aprovações Sistemas de Incentivos por Sector de Actividade

Euros

Sector de Actividade	Nº	Investimento Elegível	Incentivo	% (Nº Projectos)	% (Incentivo)
Serviços	88	45.033.566	22.311.983	75%	67%
Indústria	20	19.477.346	8.761.584	17%	26%
Comércio	6	986.213	434.404	5%	1%
Energia	1	1.783.746	1.246.431	1%	4%
Transportes	1	96.168	33.659	1%	0%
Turismo	2	1.231.871	703.816	2%	2%
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>68.608.910</b>	<b>33.491.877</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

- predominaram candidaturas apresentadas por PME's, com 87% dos projectos e 73% do investimento elegível.

Quadro 3-13: Aprovações Sistemas de Incentivos por dimensão da empresa

Euros

Dimensão da Empresa	Nº	Investimento Elegível	Incentivo	% (Nº Projectos)	% (Incentivo)
<b>PME</b>	<b>103</b>	<b>43.093.447</b>	<b>24.439.879</b>	<b>87%</b>	<b>73%</b>
Micro empresa	42	14.055.431	8.531.326	36%	25%
Pequena empresa	45	22.695.816	12.475.201	38%	37%
Média empresa	16	6.342.200	3.433.353	14%	10%
<b>Não PME</b>	<b>15</b>	<b>25.515.462</b>	<b>9.051.998</b>	<b>13%</b>	<b>27%</b>
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>68.608.910</b>	<b>33.491.877</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

## Aprovações Eixo II

A contribuição do Eixo Prioritário II – Sustentabilidade Territorial, com um total de 23 operações aprovadas), representou um investimento elegível total de 9 882 126 €, e uma comparticipação FEDER de 4 941 063 €, e 6 Planos de Acção relativos à Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração (Frentes Ribeirinhas e Marítimas), representou um investimento elegível total de 39 263 621 €, e uma comparticipação FEDER de 16 047 770 €.

Foram aprovadas operações nas áreas da Valorização e Qualificação Ambiental, da Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos, da Mobilidade Territorial e das Acções de Valorização do Litoral.

Quadro 3-14: Aprovações por Tipologia de Operação/ Regulamento específico

Euros			
Tipologia de Aprovações Eixo II	Nº	Investimento Elegível	Incentivo
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	7	1.215.950	607.975
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais	7	587.612	293.806
Mobilidade Territorial	3	4.992.248	2.496.124
Acções de Valorização do Litoral	6	3.086.316	1.543.158
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana (Frentes Ribeirinhas e Marítimas)	6	39.263.621	16.047.770
<b>Total sem Planos de Acção</b>	<b>23</b>	<b>9.882.126</b>	<b>4.941.063</b>
<b>Total com Planos de Acção</b>	<b>29</b>	<b>49.145.747</b>	<b>20.988.833</b>

## Aprovações Eixo II

A contribuição do Eixo Prioritário III - Coesão Social, com um total de 36 operações aprovadas, representou um investimento elegível total de 41 058 190 €, e uma comparticipação FEDER de 20 529 095 €, e dois Planos de Acção relativos à Política das Cidades – Parcerias para a

Regeneração (Bairros Críticos), representou um investimento total elegível de 10 250 224 €, e uma comparticipação FEDER de 4 895 827 €

As operações aprovadas foram na área da requalificação da Rede Escolar.

Quadro 3-15: Aprovações por Tipologia de Operação

Euros			
Tipologia de Aprovações Eixo III	Nº	Investimento Elegível	Incentivo
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	36	41.058.190	20.529.095
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana ( Bairros Críticos)	2	10.250.224	4.895.827
<b>Total sem Planos de Acção</b>	<b>36</b>	<b>41.058.190</b>	<b>20.529.095</b>
<b>Total com Planos de Acção</b>	<b>38</b>	<b>51.308.415</b>	<b>25.424.922</b>

#### Aprovações Eixo IV

A contribuição do Eixo Prioritário IV – Assistência Técnica, com uma operação aprovada, representou um investimento total elegível de 1 500 000 €, e uma comparticipação FEDER de 1 050 000 €.

- Aprovações por Tema Prioritário

Relativamente ao contributo dos valores FEDER aprovados até final de 2008, no que respeita a temas prioritários que integram despesas *earmarking*, registaram-se as seguintes taxas de aprovação face ao Programado para cada um dos respectivos temas (não foram consideradas as Aprovações dos Planos de Acção, dado que a nível das Operações a candidatar não se registou a entrada de nenhuma durante o ano de 2008).



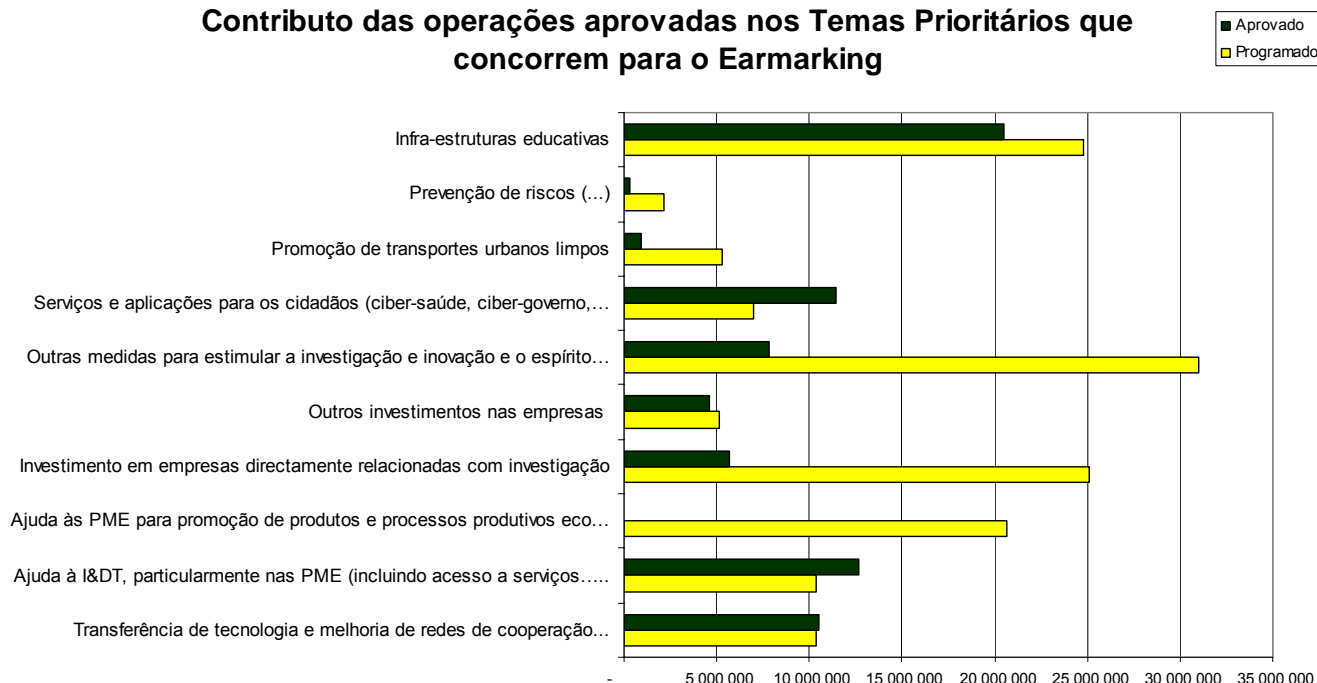
- 03 - Inovação e transferências de tecnologia, melhoria das redes de cooperação entre pequenas e médias empresas (PME), entre estas e outras empresas, universidades e todo o tipo de estabelecimentos de ensino pós-secundário, autoridades regionais, centros de investigação e pólos científicos e tecnológicos – 102%
- 04 - Apoio à I&DT, em especial nas PME (incluindo acesso a serviços de I&DT em centros de investigação) – 123%
- 06 - Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos - 0.5%
- 07 - Investimento em empresas directamente ligadas à investigação e à inovação (tecnologias inovadoras, estabelecimento de novas empresas por universidades, centros e empresas de I&DT existentes, etc.) – 23%
- 08 - Outros investimentos nas empresas – 89%
- 09 - Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME – 25%
- 13 - Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciberadministração, ciber-aprendizagem, ciber-inclusão, etc.) – 164%
- 52 - Promoção de transportes urbanos limpos – 17%
- 53 - Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos) – 14%
- 75 - Infra-estruturas de ensino – 83%

No total, nas operações que abrangem despesas earmarking foi aprovado um FEDER de 74.477.431,07 €, o que ascende a 34% do FEDER previsto para a totalidade deste tipo de despesas, 220.677.170€.

De referir que 72% das despesas previstas no PO são despesas earmarking.

Fig. 3-9:

**Contributo das operações aprovadas nos Temas Prioritários que concorrem para o Earmarking**

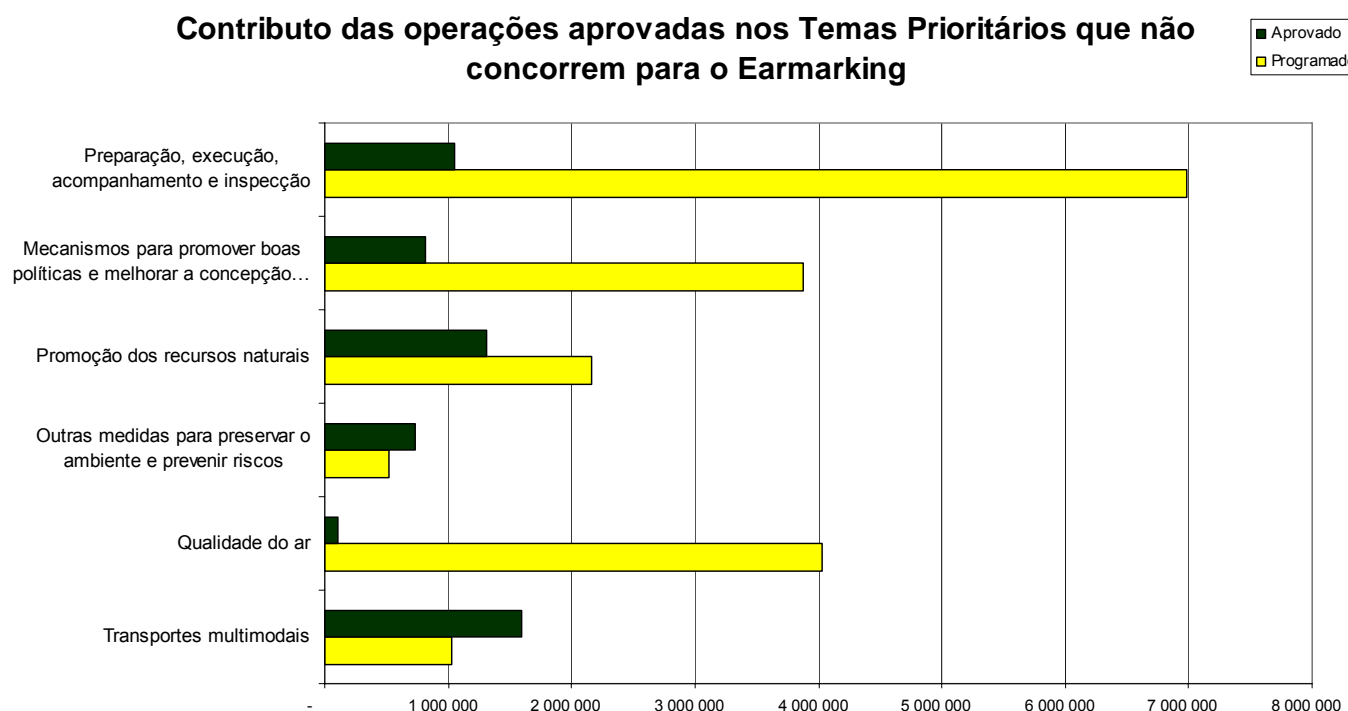


Quanto ao contributo das aprovações nos temas prioritários que não integram despesas earmarking, verificou-se o seguinte:

- 26 - Transportes multimodais – 155%
- 47 - Qualidade do ar – 3%
- 54 - Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos – 143%
- 55 - Promoção dos recursos naturais – 60%
- 81 - Mecanismos para melhorar a concepção, o acompanhamento e a avaliação de políticas e programas aos níveis nacional, regional e local, reforço das capacidades de execução de políticas e programas – 21%
- 85 - Preparação, execução, acompanhamento e inspecção – 15%

Nestes últimos temas, o investimento FEDER aprovado foi de 5 621 292.48 € representando 7% da dotação FEDER prevista para a totalidade dos temas prioritários não *earmarking*, 86.012.001 €.

Fig. 3-10:



Quadro 3-15: Aprovações por tema prioritário

Código	Designação	Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedoris		119	41 295 890	519 113	1.26%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação				
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia				
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	18	10 485 085		
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços.....	37	12 654 284	59 414	0.47%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais				
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	2	93 883		
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	24	5 667 075	143 065	2.52%
8	Outros investimentos nas empresas	37	4 591 549	316 635	6.90%
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	1	7 804 013		
Sociedade da Informação		36	11 461 624	0	
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	36	11 461 624		
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...				
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...				
Transportes		2	1 599 109	0	
26	Transportes multimodais	2	1 599 109		
28	Sistemas de transportes inteligentes				
Energia		0	0	0	
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia				
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		19	2 035 688	0	
44	Gestão dos resíduos privados e industriais				
47	Qualidade do ar	1	107 756		
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas				
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...				
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1	897 015		
53	Prevenção de riscos (...)	7	293 806		
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	10	737 110		
Turismo		2	1 306 267	0	
55	Promoção dos recursos naturais	2	1 306 267		
56	Protecção e desenvolvimento do património natural				
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo				
Actividades culturais		0	0	0	
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural				
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais				
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais				
Reabilitação urbana e rural		0	0	0	
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural				
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		0	0	0	
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo...				
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas...				
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		0	0	0	
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e...				
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação...				
70	Ações específicas para fomentar a participação dos migrantes...				
Melhorar o capital humano		0	0	0	
74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação...				
Investimento em infra-estruturas sociais		36	20 529 095	0	
75	Infra-estruturas educativas	36	20 529 095		
77	Infra-estruturas de assistência à criança				
78	Infra-estrutura de habitação				
79	Outras infra-estruturas sociais				
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		0	0		
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes...				
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		3	821 051		
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	3	821 051		
Assistência técnica		1	1 050 000		
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	1	1 050 000		
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação				
Total Temas Prioritários		218	80 098 724	519 113	0.65%
Total EARMARKING			74 477 431	519 113	0.70%

### Aprovações por NUT

Até ao final do ano de 2008, verificou-se que:

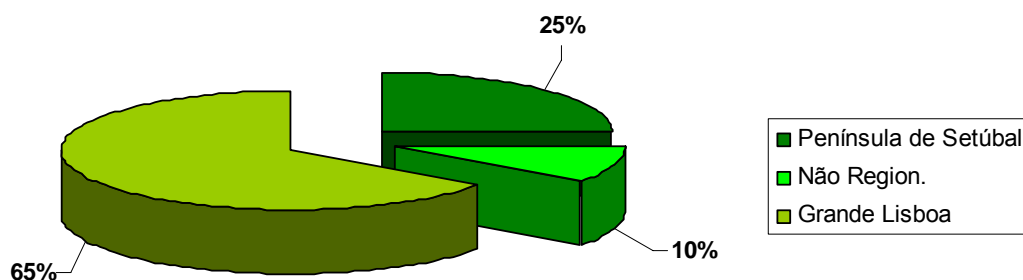
Na NUT III correspondente à Grande Lisboa, foi aprovado um total de FEDER de 52 614 544 € o que corresponde a 65% do montante FEDER total aprovado para a Região de Lisboa, nesse mesmo período.

Para a NUT III correspondente à Península de Setúbal, foram aprovados 19 680 166 € de FEDER, os quais representam 25% do total aprovado.

Relativamente a operações de carácter Não Regionalizável, ou seja, cujos investimentos podem abranger ambas as NUT III, foram aprovados 7 804 013 €. Este investimento corresponde essencialmente à operação aprovada no âmbito do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, e representa 10% do total FEDER aprovado na Região de Lisboa.

A distribuição do financiamento FEDER aprovado na totalidade da Região está patente no gráfico seguinte.

Fig. 3-11: Aprovações por NUT III



Relativamente à distribuição destes valores por Eixo, importa referir que, no Eixo Prioritário I, o montante FEDER aprovado para a Grande Lisboa foi de 38 772 873 €, para a Península de Setúbal de 7 001 680 €. O FEDER relativo a operações Não Regionalizáveis foi de 7 804 013 €.

No Eixo Prioritário II, foi aprovado na Grande Lisboa um montante FEDER de 2 724 024 € e na Península de Setúbal um FEDER 2 217 039 €.

No Eixo Prioritário III, foi aprovado na Grande Lisboa um montante FEDER de 10 067 648 € e na Península de Setúbal um FEDER de 10 461 448 €.

A distribuição percentual destes montantes está reflectida nos gráficos abaixo.

Fig. 3-12: Aprovações por NUT III – Eixo 1

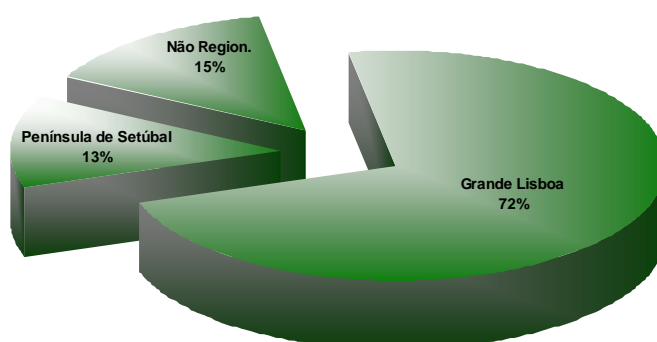


Fig. 3-13: Aprovações por NUT III – Eixo 2

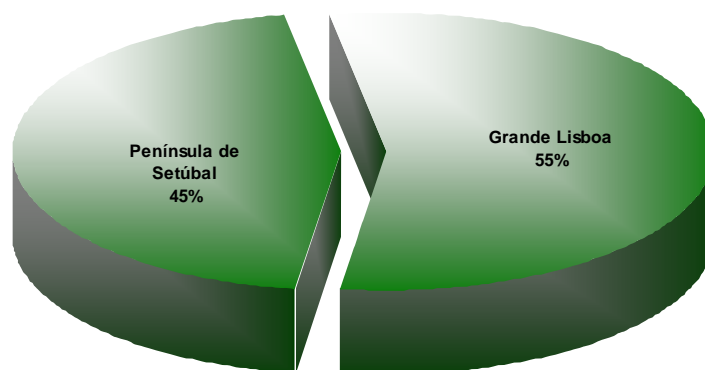
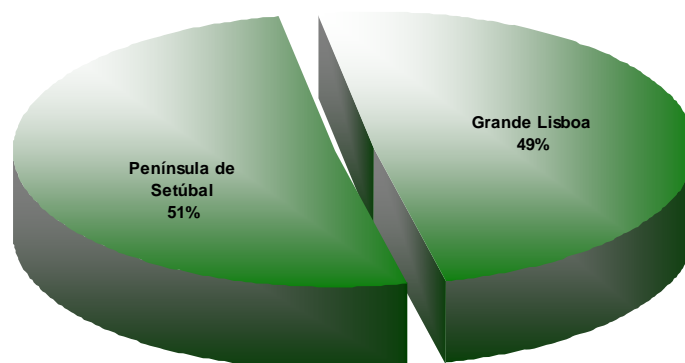
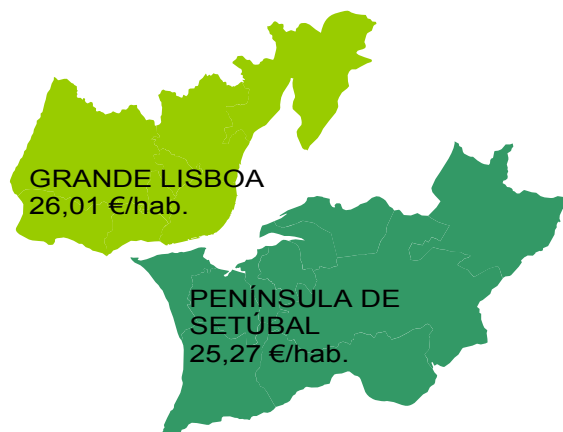


Fig. 3-14: Aprovações por NUT III – Eixo 3



Quanto ao FEDER aprovado por habitante, tendo em consideração os dados da população residente de 2007, verificou-se uma aprovação de 26,01 euros/habitante na Grande Lisboa e 25,27 euros/habitante na Península de Setúbal

Fig. 3-15: FEDER regionalizável. Por habitante



### Execução Financeira

Relativamente ao Eixo 1 verificou-se uma execução de 519 113 €, referente aos sistemas de incentivos.

Não se verificou execução financeira nos Eixos 2, 3,e 4, atendendo a que os primeiros contratos apenas foram assinados no fim de Julho de 2008.

### Pagamentos aos beneficiários

Durante o ano de 2008, foram efectuados pagamentos aos beneficiários no montante FEDER de 1 842 623 €.

Estes pagamentos foram efectuados no âmbito de operações aprovadas do Eixo I - Competitividade, Inovação e Conhecimento e Eixo IV – Assistência Técnica, conforme quadro seguinte:



Quadro 3-16: Pagamentos aos beneficiários

Euros

Designação de Eixo Prioritário	Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)
Total Programa Operacional FEDER	1 842 623
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	1 685 123
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	0
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	0
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	157 500

## Aprovações por Forma de Financiamento

Durante o ano de 2008, no que respeita às formas de financiamento a maior parte dos Projectos integram ajudas não reembolsáveis e, tendo-se registado execução em ajudas não reembolsáveis e Ajuda (Empréstimo)

Quadro 3-17: Aprovação/Execução por Forma de Financiamento

Código	Designação	Aprovação		Execução	
		Nº Proj. *	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	198	66 580 215	321 211	0.48%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	20	13 518 510	197 902	1.46%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento				
	<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>80 098 725</b>	<b>519 113</b>	<b>0.65%</b>

## Aprovações e Execução por Actividade Económica

Durante o ano de 2008, no que respeita à Actividade económica os montantes aprovados e executados encontram-se distribuídos no quadro seguinte:

Quadro 3-18: Aprovação/Execução por Actividade Económica

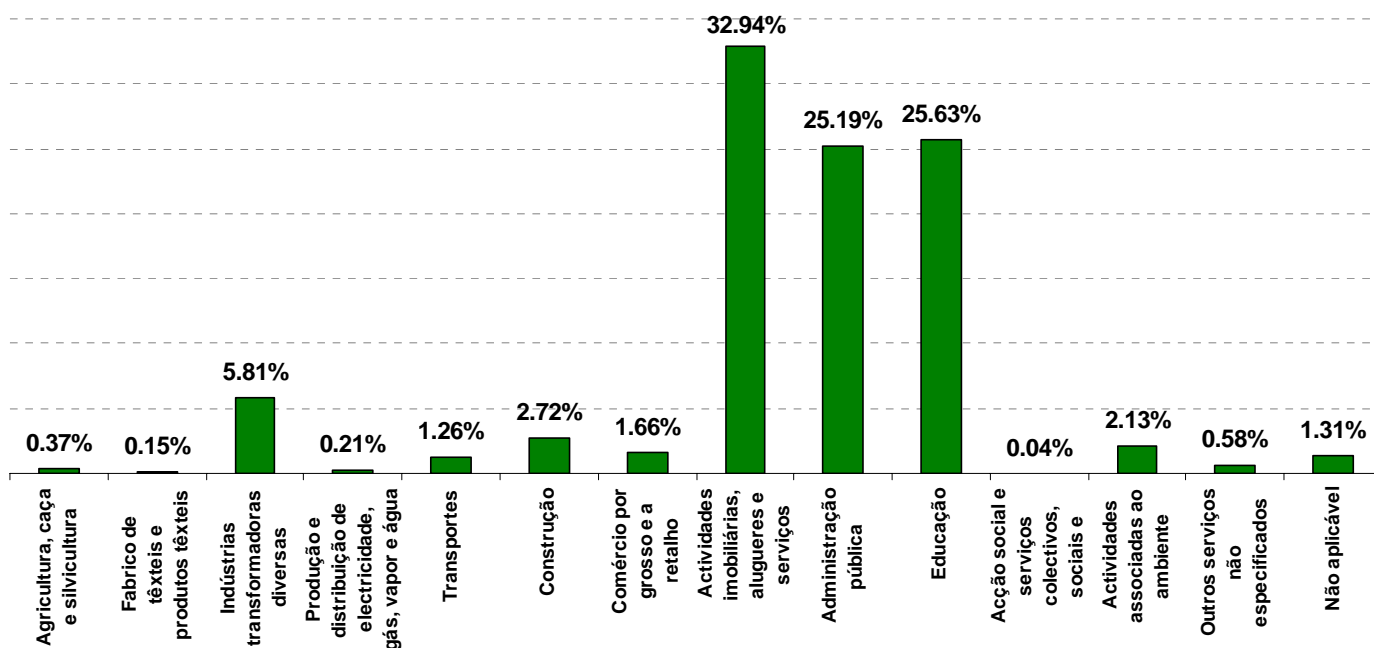
Euros

Código	Designação	Aprovação				Execução	
		Aprovação		Execução		Tx EX/AP	
		Nº Proj.	Montante	Montante			
01	Agricultura, caça e silvicultura						
02	Pesca						
03	Indústrias alimentares e das bebidas	2	298 149	64 224		21.54%	
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	1	118 538				
05	Construção de material de transporte						
06	Indústrias transformadoras diversas	17	4 655 746	78 841		1.69%	
07	Extracção de produtos energéticos						
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	1	171 497				
09	Captação, tratamento e distribuição de água						
10	Correios e telecomunicações						
11	Transportes	3	1 007 112				
12	Construção	3	2 178 934				
13	Comércio por grosso e a retalho	6	1 328 775				
14	Hotéis e restaurantes						
15	Actividades financeiras						
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	81	26 382 553	376 048		1.43%	
17	Administração pública	41	20 176 688				
18	Educação	36	20 529 095				
19	Actividades de saúde humana						
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	2	31 875				
21	Actividades associadas ao ambiente	18	1 708 909				
22	Outros serviços não especificados	6	460 853				
00	Não aplicável	1	1 050 000				
	<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>80 098 724</b>	<b>519 113</b>		<b>0.65%</b>	

Verificou-se a predominância nas seguintes actividades económicas:

- Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas – 33%;
- Educação – 26%;
- Administração Pública – 25%

Fig. 3-16: FEDER por Actividade Económica



Quanto à repartição da contribuição comunitária por dimensão tipo de Território é toda enquadrada em Aglomeração Urbana, com excepção da Assistência Técnica que é Não aplicável.

### 3.3 - Fluxos financeiros do Programa Operacional

No que respeita aos fluxos financeiros do Programa, é de referir que a Comissão Europeia transferiu para o IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., Entidade Pagadora, o valor total de 15 334 458,55 €, referentes à 1ª e 2ª fracção de pré-financiamento do Programa.

No decurso de 2008, o IFDR transferiu para os Organismos Intermédios (enquanto Organismos pagadores dos Sistemas de Incentivos) IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, I.P. o montante de 1 300 000 € e ITP – Turismo de Portugal, I.P., o montante de 250 000 €. Estas verbas são utilizadas para efectuar pagamentos directos aos beneficiários, conforme parágrafo seguinte.

Conforme Anexo XI - Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foram transferidos para os beneficiários:

- no eixo 1, o montante de 1 685 123€, dos quais 519 113 € foram transferidos pelos organismos intermédios e 1 166 010€ pelo IFDR;
- no eixo 4, o montante de 157 500€ transferido pelo IFDR.

### 3.4 - Execução Física

Quanto à execução física, tendo em consideração a data de assinatura dos contratos e o prazo de execução das operações aprovadas não se verificou a conclusão de nenhuma operação. Nesta perspectiva e face ao grau de execução do Programa, não é possível a 31/12/2008 apurar o grau de aproximação às metas de 2010.

Vai-se assim fazer alusão a alguns indicadores físicos aprovados a nível das operações (previstos em candidatura).

Nas Operações do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa prevê-se:

- % de reclamações face total pedidos – 55
- Acesso à utilização da assinatura digital certificada, por parte dos utilizadores de informática, através do Cartão do Cidadão – 100
- Administração electrónica - serviços online disponíveis - 20
- Balcão Único – 1
- Balcões Multiserviços – 5
- Disponibilidade de serviços on-line – 10 175
- Formulários submetidos através do portal – 250
- Instituições envolvidas em projectos de redução de custos públicos de contexto – 64
- N.º de acções de desmaterialização de procedimentos – 312 073
- Pagamentos efectuados on-line - 50
- Serviços disponíveis na Plataforma de Atendimento - 70

Nas Operações de Valorização do Litoral prevê-se:

- Área abrangida pelo Plano de Ordenamento (ha) - 345.5
- N.º de Praias intervencionadas - 1
- Planos de ordenamento da orla costeira – 3
- Planos de pormenor apoiados – 1
- Planos de praia intervencionados – 1
- Obras de requalificação e protecção da orla costeira – 1
- Estudos de diagnóstico e prospectiva - 1

Nas Operações de Valorização e Qualificação Ambiental prevê-se:

- N.º de acções de informação, sensibilização e de educação ambiental apoiadas – 512
- N.º de estudos e relatórios técnicos de avaliação, monitorização e qualificação ambiental, incluindo recursos hídricos apoiados - 3
- N.º de parceiros públicos e privados por projecto/acção - 7
- Área de cobertura das estações de medida da qualidade do ar: pré-projecto e pós-projecto (ha) - 116

Nas Operações de Mobilidade Territorial prevê-se:

- Ciclovias criadas – 9
- Corredores multimodais criados - 1
- N.º de projectos apoiados que promovam acções de gestão da mobilidade local susceptíveis de promover a redução da mobilidade motorizada – 3
- População abrangida pelos sistemas inteligentes de transportes – 205 000 hab.
- População abrangida por intervenções de regularização da circulação pedonal – 188 650 hab
- Sistemas inteligentes de apoio à exploração e de informação aos condutores e passageiros – 1
- Vias pedonais criadas - 2

Nas Operações de Prevenção de riscos naturais e Tecnológicos - acções imateriais:

- N.º de estudos de inventariação e cartografia das zonas de riscos relevantes – 17
- N.º de planos de emergência de protecção civil elaborados – 2
- N.º de planos de prevenção e gestão de riscos naturais por tipo de risco – 3
- População abrangida por acções de divulgação e sensibilização no âmbito da prevenção de riscos naturais ou tecnológicos – 2 389 850 hab
- População que beneficia de medidas contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos – 1 047 284 hab
- População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações – 256 883 hab.

Nas Operações de Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar:

- Alunos abrangidos em centro escolares ampliados/requalificados – 1 670
- Alunos abrangidos em centro escolares construídos – 7 920
- Área exterior intervencionada – 137 033.08 m<sup>2</sup>
- Bibliotecas construídas – 31
- Casas de banho construídas – 335
- Computadores adquiridos – 471
- Cozinhas construídas – 31
- Módulos fotovoltaicos instalados – 527
- Painéis solares instalados – 130
- Polivalentes/refeitórios construídos – 55
- Salas de aula do 1º ciclo ampliadas/requalificadas – 28
- Salas de aula do 1º ciclo construídas - 259
- Salas de aula do ensino pré-escolar ampliadas/requalificadas - 11
- Salas de aula do ensino pré-escolar construídas – 81
- Salas de professores construídas – 40
- Sistemas energéticos reestruturados - 6

Nas Operações de Assistência Técnica prevê-se:

- Acções de divulgação e Publicidade - 10
- Acções de verificação - 15
- Acções de verificação de candidaturas junto dos beneficiários – 10
- Apoio logístico e funcionamento da Comissão directiva e secretariado técnico – 23
- Comissões de acompanhamento - 2
- Congressos seminários e workshops - 3
- Criação do site do PO - 1
- Estudos, pareceres, projectos e consultoria – 6
- Nível de desmaterialização dos processos associados a programação e acompanhamento - 25
- Plano de comunicação - 1
- Tempo médio de apreciação das candidaturas – 60 dias

É de salientar que relativamente ao Eixo 3 – Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar as operações contratadas garantem a superação das metas previstas para 2010.

Quanto aos indicadores Comuns CE encontram-se patentes nos Anexos XII – Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 e XIII - Realização física dos Indicadores Comuns (CE) – tendo apenas sido preenchidos os de realização que dizem respeito essencialmente ao número de projectos contratados.

### **3.5 - Ponto de situação dos Grandes Projectos**

Não existem Grandes Projectos a nível do PORLisboa

### **3.6 - Instrumentos de Engenharia Financeira**

O POR Lisboa prevê no âmbito do Eixo I que o apoio aos agentes económicos da região se faça através de mecanismos de engenharia financeira, a par dos apoios disponíveis por via dos sistemas de incentivos de apoio às empresas.

Estes mecanismos são tanto mais importantes enquanto conformes com a estratégia regional de potenciação do investimento inovador e baseado na economia do conhecimento e potenciadores de recursos financeiros dos fundos estruturais, cada vez mais escassos na região de Lisboa enquanto inserida no Objectivo Competitividade e Emprego.

O Regulamento de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da



Inovação (SAFPRI) enquadra os objectivos e mecanismos de implementação dos instrumentos de engenharia financeira no âmbito do QREN.

O SAFPRI, através do FINOVA (Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação), ou da intervenção directa das entidades promotoras, poderá apoiar instrumentos de financiamento de empresas através do reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco) ou do reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contra garantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

O FINOVA foi criado através do Decreto-lei nº 175/2008, de 26 de Agosto, vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos de financiamento de empresas, em particular, no que se refere às PME e aos projectos de maior grau de inovação.

Nos termos do Regulamento SAFPRI, foram efectuados dois convites ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI) e ao Instituto de Turismo de Portugal (TP) para a apresentação de candidaturas ao POR Lisboa, para efeitos de financiamento no âmbito da linha de crédito PME Investe I e II.

Neste âmbito, foi aprovado um projecto promovido conjuntamente pelas entidades acima mencionadas, cujo investimento elegível ascende a 33.508 000 € e o montante de incentivo FEDER a 7.804 013 €, conforme constante do quadro: 3-10 “Aprovações por tipologia de Operação” do ponto 3.2 “Execução Financeira do Programa Operacional”.

O referido projecto visou o financiamento da participação do IAPMEI e do TP no capital do FINOVA tendo em vista o apoio às operações de financiamento de PME localizadas região de Lisboa, no âmbito das linhas de crédito PME Investe I e II.

De referir que estas linhas de crédito PME Investe I e II contaram ainda com o financiamento do PO Factores de Competitividade e do PO Algarve no âmbito respectivamente das regiões objectivo convergência e da região do Algarve.

Constituem objectivos do projecto facilitar o acesso das PME ao financiamento, aspecto especialmente importante no contexto da crise económico-financeira vivida durante o ano de 2008, para que estas possam concretizar os seus planos de investimento com vista à expansão da actividade e/ou à modernização/ inovação na estrutura produtiva, através:

- do reforço do sistema de garantia mútua e promoção do alargamento da sua intervenção às empresas e projectos que, pelo seu risco e cariz inovador, apresentem maiores dificuldades na obtenção de financiamento bancário;
- da promoção da contratualização, junto do sistema financeiro, de linhas de crédito com vista a facilitar o acesso ao financiamento por parte das PME.

A implementação dos objectivos acima identificados é efectuada através da constituição/reforço dos seguintes instrumentos de financiamento de empresas:

- constituição de linhas de crédito com mecanismos de garantia e bonificação de juros, imposto de selo e comissões de garantia associadas;
- reforço do Fundo de Contra-garantia Mútuo (FCGM).

Foram enquadradas 425 operações no montante global de 160 986 535 €. Os sectores do comércio e Industria representam cerca de 70% das operações enquadradas.

Quadro 3-19: Operações aprovadas pelas linhas de crédito PME Investe I e II e por sector de actividade

Euros

Sector de Actividade	PME Investe I		PME Investe II		Total		% (Valor Global)
	Nº Operações	Valor Global	Nº Operações	Valor Global	Nº Operações	Valor Global	
Comércio	33	25.018.182	200	38.596.074	233	63.614.256	40%
Industria	27	22.575.834	59	23.267.091	86	45.842.925	28%
Turismo	4	3.813.457	52	14.395.322	56	18.208.779	11%
Transportes e logística	15	8.971.056	12	5.829.470	27	14.800.526	9%
Construção	11	9.860.592			11	9.860.592	6%
Serviços	10	7.678.457			10	7.678.457	5%
Energia	2	980.000			2	980.000	1%
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>78.897.578</b>	<b>323</b>	<b>82.087.957</b>	<b>425</b>	<b>160.985.535</b>	<b>100%</b>

### 3.7 - Irregularidades – Reutilização de Verbas

Durante o ano de 2008 não se verificou esta situação.

### 3.8 - Durabilidade das Operações

Durante o ano de 2008 não se verificou esta situação.

### 3.9 - Assistência Técnica

Os montantes associados ao eixo 4 – Assistência Técnica do PORLisboa, não ultrapassam os limites regulamentares estabelecidos,

nos termos do nº 1, do artº 46º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, e compreendem uma dotação global para o período 25007-2013 de 9 967 398 €.

Durante o ano de 2008 do aviso de concurso decidido, foi submetida e aprovada uma operação, com um montante FEDER de 1 050 000 €.

A Operação envolve o conjunto de actividades indispensáveis à execução, acompanhamento, controlo e avaliação do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORL) e á garantia da concretização dos objectivos propostos, nas melhores condições de eficácia, eficiência e respeito pelos normativos comunitários e nacionais aplicáveis.

Os principais objectivos para esta fase são os seguintes:


- - Elaboração dos regulamentos específicos;
- - Elaboração do Manual de Procedimentos do Programa
- - Definição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa
- - Aprovação dos critérios de selecção
- - Publicação de avisos de abertura de candidaturas
- - Estruturação do Secretariado Técnico - Recepção e aprovação de projectos
- - Divulgação do PO junto dos potenciais beneficiários e do público em geral
- - Definição e implementação de um Sistema de Informação
- - Elaboração do Plano de Comunicação do Programa

As despesas a realizar com vista a alcançar estes objectivos respeitam a custos internos relacionados com pessoal, aquisição de equipamentos e de serviços especializados de informática, realização de acções de divulgação, controlo e acompanhamento das operações financiadas, reuniões da Comissão Directiva, da Comissão de Acompanhamento e do Conselho Estratégico e actividades correntes necessárias ao funcionamento da Autoridade de Gestão

No decorrer de 2008, não foi submetido nenhum pedido de pagamento relativo a esta operação, apenas foi solicitado o adiantamento dos 15% previstos.

Já em 2009, foi submetido o pedido de pagamento final, estando-se a aguardar o relatório de encerramento da operação.





## Acções de divulgação, informação e publicidade







#### 4. Acções de divulgação, informação e publicidade

O Plano e Estratégia de Comunicação para o Programa Operacional Regional de Lisboa foi aceite pela Comissão Europeia a 11/06/2008.

Este documento articula os objectivos que definem a Estratégia Regional Lisboa 2020, com os objectivos globais do QREN. Numa visão de longo prazo, a comunicação do PORLisboa encontra-se estruturada em três fases:

**Intervenção imediata, num horizonte de dois anos (2008/2009) para lançamento do PORL e incentivos à apresentação de candidaturas de qualidade**

**Intervenção ao longo do período de programação do PORL (até 2013)**

**Intervenção de continuidade no horizonte da estratégia regional, até 2020**

#### **Objectivos**

Os objectivos estratégicos globais de comunicação enunciam-se do seguinte modo:

- Que a comunidade regional se mobilize para a realização dos objectivos do QREN e do PORL;
- Que as acções desenvolvidas sejam claramente situadas pelos públicos alvo no contexto tri-axial:

EUROPA | PORTUGAL | REGIÃO DE LISBOA

- Que o Programa e as suas actividades sejam claramente identificadas com os objectivos de coesão e os Fundos Estruturais da União a eles afectados.

#### **Missão**

A execução do Plano impõe empenho e integridade pessoal, e a promoção do espírito de equipa com todos os stakeholders envolvidos para alcançar um objectivo que é comum e que visa resultados positivos concretos para a imagem da Região de Lisboa, de Portugal e da União Europeia.

A promoção do interesse público pelos objectivos do Programa Operacional é em simultâneo mobilizar energias criadoras entre destinatários do PORL, gerar confiança e a estabelecer uma boa imagem da União Europeia, da sua Política de Coesão e dos instrumentos ao serviço dessa política, nomeadamente os Fundos Estruturais.

### **Públicos Alvo**

A diversidade de públicos alvo: beneficiário (directos e indirectos), potenciais beneficiários e todos os agentes envolvidos no processo, alerta-nos para as diferenças de disponibilidade receptiva de uns e de outros. Para chamar a atenção e despertar interesse é necessário recorrer a mediadores como reforço dos suportes de canais directos.

Para efeitos de segmentação e especialização de acções mensagens, identificam-se como públicos-alvo do esforço de comunicação do PORL:

PÚBLICOS ALVO DO ESFORÇO DE COMUNICAÇÃO DO PORL	
<b>stakeholders e beneficiários</b>	<b>Cidadãos</b>
empresas, agentes de investigação e desenvolvimento tecnológico, agências de inovação, centros de investigação, centros de desenvolvimento de produto	que vivam e trabalhem na Região de Lisboa

PÚBLICOS ALVO POR SEGMENTOS
Potenciais Beneficiários e Beneficiários
Autarquias
Associações de municípios
Universidades e outras instituições de ensino
Empresas
Centros tecnológicos e de investigação e desenvolvimento
Associações empresariais
Instituições particulares de solidariedade social
Pessoas colectivas de direito público
ONG
Instituições particulares de interesse público
Administração Pública Central desconcentrada
Decisores políticos e institucionais
Estruturas de representação e coordenação da EU em Portugal
Jornalistas
Opinion makers
Serviços executivos e de acompanhamento do PORL, CCDDRLVT e QREN

## Estratégia

---

A implementação do Plano de Comunicação deve permitir:

<b>Planificar</b>  De forma contínua e sistemática, definir previamente as várias formas de actuação de modo a alcançar os objectivos fixados.	<b>Organizar</b>  Analisar, classificar e estruturar os meios humanos, financeiros e materiais ao dispor, com vista a alcançar com eficácia as metas previamente definidas.
<b>Dirigir</b>  Gerir com eficiência os recursos disponíveis, com vista a alcançar os resultados previstos com o mínimo de custos.	<b>Controlar e Avaliar</b>  Assegurar um acompanhamento e monitorização sistemática e crítica dos desvios eventualmente ocorridos entre o previsto e o realizado, e a avaliação desses desvios, de modo a se tomarem as necessárias medidas correctoras.

Assente neste pensamento estratégico e numa perspectiva de transparência e responsabilização, a comunicação do Programa foi planeada de forma a aferir, a todo o momento, as necessidades específicas e a eficácia dos meios e recursos aplicados na promoção da imagem institucional do PORLisboa tendo em conta o público alvo que se pretende atingir.

Os novos media assumem um papel estruturante na comunicação do Programa facilitando a disseminação da comunicação informativa e documental. Entende-se que o recurso às novas tecnologias de informação e comunicação permite maior divulgação e ampla acessibilidade aproximando o cidadão da estrutura do PO e assim, promover uma comunicação pró-activa que possibilita o desenvolvimento de relações de confiança.

#### Acções de Comunicação Desenvolvidas em 2008

*Fase 1 Lançamento /2007 – 2009/*

As acções e iniciativas realizadas e a realizar nesta fase, que teve início em 2007 e termina em 2009, direccionam-se particularmente para as seguintes áreas-chave de intervenção:

- Criação de uma identidade / imagem
- Comunicação mediática e publicitária
- Promoção e divulgação directa junto de públicos específicos
- Comunicação Editorial
- Ampla utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação

As acções de comunicação programadas para a fase de lançamento do Programa, estão vocacionadas para a promoção da notoriedade e reconhecimento do Programa junto do grande público [através da divulgação da imagem, comunicação mediática e publicitária] e para informar e mobilizar os potenciais beneficiários para o papel que os apoios atribuídos pelo Programa significam para o desenvolvimento económico e social para a Região [seminários, debates, sessões de sensibilização e divulgação].

- *Comunicação WEB*

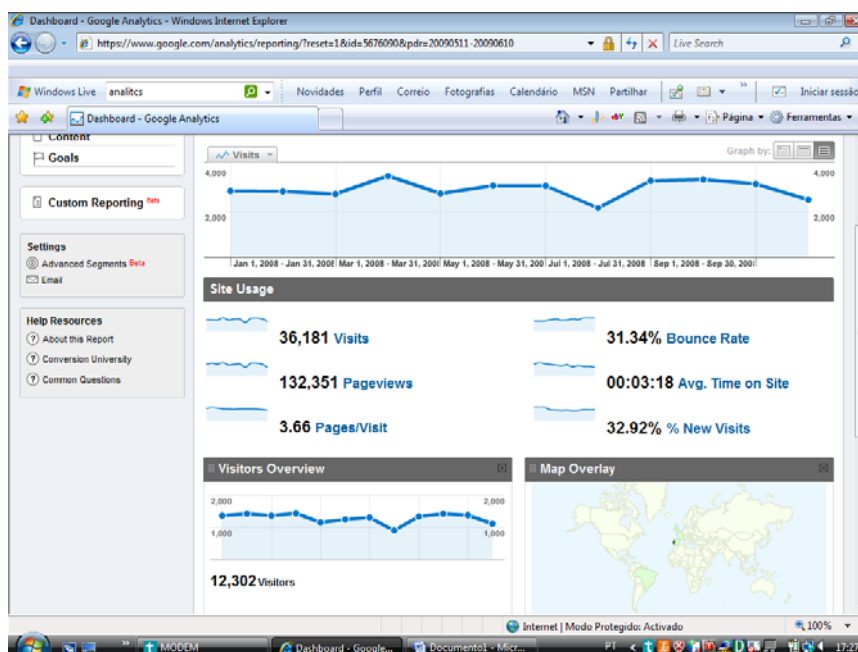
O sítio do PORLisboa na Web ([www.porlisboa.qren.pt](http://www.porlisboa.qren.pt)) desenvolvido com o objectivo de facilitar e incrementar a percepção que os cidadãos têm do papel do Programa Operacional e dos seus apoios, ocupa hoje um lugar comunicacional de destaque na difusão de informação e na criação de pontes de cooperação com actores que importa mobilizar.



[www.porlisboa.qren.pt](http://www.porlisboa.qren.pt)

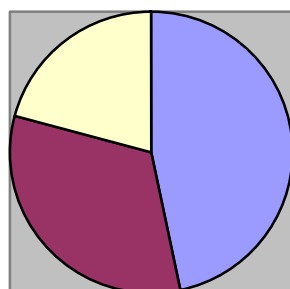
A informação no site é continuamente actualizada com informação considerada relevante para os públicos-alvo - legislação nacional e comunitária, regulamentos específicos, calendário de concursos, avisos de abertura de concursos (em 2008 foram disponibilizados 38), aprovações, divulgação das acções, lista de beneficiários (com actualização trimestral esta lista identifica os beneficiários, tipologias e montantes das operações aprovadas, etc..

Em 2008, o site teve 36 181 visitas de 37 países, o que evidencia a forte procura de informação através da “internet”. Foram visitadas 132 351 páginas, sendo de salientar: 10 595 páginas de formulários, 9 492 páginas de regulamentos e 8 820 páginas de avisos de concursos



Outro dado bastante significativo é que do total das visitas, 32,58% acederam directamente ao site do PORLisboa e 22,66% acederam via site do QREN.

### Indicadores de tráfego sob um total de 36,181 visitas



■ referência noutros sites 46,67%  
■ acesso directo 32,58%  
■ motores de busca 20,75%

Fontes	N.º de Visitas	% Visitas
porlisboa.qren.pt	11,787	32.58%
qren.pt	8,198	22.66%
google	7,110	19.65%
ccdr-lvt.pt	3,907	10.80%

- *Materiais de marketing e publicidade*

Reconhecida a importância destes veículos para a divulgação e reconhecimento da marca foram produzidos diversos produtos de **estacionário**: envelopes, cartões de visita e de cumprimentos, blocos e pastas para documentos, os contactos e o endereço do Programa na Web constam em todos estes produtos imprimindo-lhes um cunho informativo.



No plano da estratégia comunicacional do Programa é forçoso procurar formas e veículos para popularizar a marca tornando-o familiar, assim foram produzidos vários produtos de merchandising, tais como: régua flexível; caixa c/ 6 lápis de cores; ponteiro laser c/ controlo remoto de página; memória USB c/ 4 Gb; ergo pad; lanyard p/ identificador; chapéu de chuva.





- *Eventos*

A realização de eventos possibilitam que a mensagem tenha um resultado imediato junto do público a que se destina e ao mesmo tempo tem um efeito de impulsão mediática, suscitando o interesse dos media. Em 2008 foram efectuadas 2 sessões públicas de assinaturas de contratos, com uma média de 130 participantes e uma sessão de apresentação de Resultados em Dezembro 2008 que incluiu assinatura de contratos.

A média de participação nestas sessões públicas foi de cerca de 130 participantes.

O **grande evento anual**, realizado a 18 de Dezembro no auditório da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, teve como tema *Divulgação de Resultados* do Programa Operacional. Nesta sessão pública que contou com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional estiveram 150 participantes.

Além da apresentação de resultados este evento teve outras duas componentes: assinatura de contratos e debate sobre *Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana e Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação*.

Nas sessões públicas de divulgação e assinatura de contratos estiveram presentes os seguintes órgãos de comunicação social:

- Rádios nacionais – TSF e RDP/Antena 1;
- Agências noticiosas – Lusa – com difusão em jornais nacionais e canais de informação online – Diário Digital, RTP On-line, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Público;
- Imprensa regional – Sem Mais Jornal (representante da Rede Expresso no distrito de Setúbal);
- Imprensa especializada – jornal “Arquitecturas”.

Para assinalar o dia da Europa foi hasteada a bandeira da União Europeia.

Seguindo a tradição do quadro comunitário anterior no que respeita a intercâmbio de experiências, o PORLisboa recebeu duas delegações da Polónia.



## e.Newsletter

Durante o ano de 2008 não foi possível criar uma newsletter eletrónica própria do Programa, no entanto nas e.Newsletter da CCDRLVT, mensais, enviadas a cerca de 722 destinatários, foi feita referência ao PORLisboa (8 inserções de notícias)



### POR Lisboa: 30 contratos assinados

No âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa / QREN vão hoje ser assinados, às 17h00, os contratos de financiamento relativos a quatro concursos. A cerimónia decorrerá na Fundação Cidade de Lisboa (Campo Grande, 380) com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia.

Estarão ainda presentes o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, João Ferrão, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras, o Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, e o Secretário de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros, além do presidente da CCDR-LVT, António Fonseca Ferreira, e do presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, Carlos Humberto Carvalho.

Vão ser assinados com as entidades beneficiárias, na sua maior parte municípios, 30 contratos nas tipologias de:

- Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (14 Contratos)
- Parcerias para a Regeneração Urbana – Frentes Ribeirinhas e Marítimas (6 Contratos)
- Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos – Acções Imateriais (7 Contratos)
- Mobilidade Territorial (3 Contratos)

30-09-2008

Visualize as newsletters anteriores



### POR Lisboa com candidaturas abertas

O Programa Operacional Regional de Lisboa tem neste momento diversos concursos com candidaturas abertas. Até 29 de Dezembro será possível candidatar aos fundos do QREN projectos de Promoção e Capacitação Institucional, assim como para Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados.

Estão ainda a decorrer concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN. Podem ser apresentadas candidaturas de Projectos Individuais e de Cooperação, assim como Projectos Conjuntos - Internacionalização (Qualificação e Internacionalização de PME), até ao próximo dia 28 de Novembro. As candidaturas de Projectos de I&DT - Individuais e em Co-promoção – estão abertas até 16 de Janeiro de 2009.

Até 2 de Março do próximo ano está ainda a decorrer um concurso no âmbito dos Programas de Acção da Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana. Este concurso destina-se a programas integrados de valorização de áreas urbanas de excelência, inseridas em centros históricos.

Para mais informações sobre os concursos abertos e as candidaturas já aprovadas pode consultar a página de Internet do POR Lisboa:

<http://www.porlisboa.qren.pt>

18-11-2008

Visualize as newsletters anteriores



### Sessão Pública de Divulgação de Resultados do PORLIS



A CCDR-LVT promoveu a 16 de Dezembro uma sessão pública de divulgação de resultados do Programa Operacional Regional de Lisboa, dirigida à comunicação social, público em geral e entidades beneficiárias, em particular os municípios. O evento contou com a presença do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Rui Nuno Baleiras.

No âmbito desta iniciativa, foram assinados contratos referentes aos concursos de "Acções de Valorização do Litoral", "Promoção e Capacitação Institucional" e "Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo e Educação Pré-Escolar".

O objectivo do evento foi igualmente reflectir sobre as áreas que têm tido maior e menor êxito nos concursos do QREN na Região de Lisboa e incentivar a apresentação de melhores candidaturas.

A Política de Cidades foi o tema escolhido para um debate, que contou com a participação de José Reis, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, António Mendes Baptista, Adjunto do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Maria da Luz Rosinha, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Fernando Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, e Carlos Humberto Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro e da Junta Metropolitana de Lisboa.

Um ano depois do lançamento dos primeiros concursos do Sistema de Incentivos do QREN, mais de duas centenas de candidaturas foram aprovadas e 77 milhões de euros de FEDER atribuídos no âmbito do POR Lisboa, 25% do total previsto até 2013.

anteriores



### • Imprensa - anúncios

Para atingir o objectivo de notoriedade que é necessário conquistar o interesse e a confiança de opinion makers e de outras "autoridades mediáticas".

Para publicitar as iniciativas do PORLisboa, em 2008 foram concretizadas 10 inserções publicitárias em imprensa nacional e regional, relativos a abertura de concursos, aprovações e divulgação de sessões públicas.



Certos do papel que os media têm como mediadores estabelecendo pontes com os públicos-alvo foram, durante o ano de 2008, difundidos três comunicados de imprensa que se reflectiram na publicação de 38 notícias.



- **Execução do Plano e Estratégia de Comunicação**

A execução do Plano de Comunicação do PORLisboa está com uma taxa de execução de 81%, por motivo de restrição orçamental não foram concretizadas as acções que implicam um maior investimento.

O quadro seguinte apresenta os resultados alcançados durante o ano de 2008 e reflecte os principais indicadores do Plano de Comunicação.

## ACÇÕES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

## FASE 1 – LANÇAMENTO 2007/2009

	acções	Período de execução	Indicadores   memória descritiva	metas	resultados 2007   2008
1	Elaboração da Estratégia e do Plano de Comunicação	2007   2008		1	1
2	Validação da Estratégia e do Plano de Comunicação junto dos actores do desenvolvimento da Região de Lisboa	2008	A melhor forma de mobilizar para a participação é envolver os interessados na elaboração dos conceitos. A validação do plano de comunicação pelos actores regionais vai nesse sentido.		Executado
3	Identificação e selecção da Mensagem Essencial do PORL e das mensagens essenciais a associar a cada um dos eixos de intervenção	2008		1	Em curso
4	Elaboração da logomarca e manual de normas gráficas	2007   2008		1	1
5	Elaboração de grelhas gráficas para suportes de comunicação que serão produzidos ao longo do período de programação	2007   2008	O objectivo é dar unidade e dar identidade a todos os suportes gráficos que venham a ser necessários ao longo do PORL		Executado
5.1	Publicidade institucional	2008			Executado
5.2	Publicidade dirigida (anúncios, candidaturas, concursos, eventos)	2008			Executado
5.3	Apresentações em powerpoint	2008			Executado
5.4	Estacionário	2008			Executado
5.5	Sinalética	2008			Executado
5.6	Placas de publicitação de financiamento	2008			Executado
5.7	Website	2008		20 000 visitantes / ano	36.181
5.9	Convites	2008			800



	acções	Período de execução	Indicadores   memória descritiva	metas	resultados 2007   2008
5.10	Suplemento / encarte	2008			A executar em 2009
5.11	Videografismos	2008			Não executado
5.12	Materiais diversos de divulgação e oferta				8 Artigos num total de 4.700 unidades
5.13	Material promocional: Brochura	2008			1
6	Evento público de apresentação (sessão de esclarecimento) do PORL a nível regional	2007		1 regional	1
7	Evento público de apresentação (sessão de esclarecimento) do PORL a públicos segmentados	2008	Dar informação aprofundada a potenciais beneficiários e gerar interesse pelo PORL e pelo QREN (ex: sobre uma tipologia, antes de abrir concurso)	2 sub-regionais	2
8	Lançamento do website do PORL com drop-box para sugestões, pedidos, etc.	2008		100% de taxa de resposta aos pedidos / sugestões / reclamações efectuados através da drop box do PORL	Executado
9	Edição da regista LVT dedicada ao QREN e ao PORL	2008			Não executado
10	Acções especiais dirigidas a jornalistas	2008   2009	Criar oportunidades de notícia e promover a preparação específica dos mediadores		3 Comunicados e imprensa
10.1	Kit especial para jornalistas sobre o QREN e o PORL	2008			Executado
10.2	Visitas	2009			A executar
10.3	Reportagens	2008   2009			1
10.4	Entrevistas	2008   2009			2
10.5	Boas práticas (suplementos, documentários, séries temáticas)	2009			A executar

	acções	Período de execução	Indicadores   memória descritiva	metas	resultados 2007   2008
10.6	Sessões de formação e informação para estudantes de jornalismo	2009			A executar
11	Acções especiais para actores e parceiros: abertura de canais de cooperação e informação com os media institucionais de autarquias, universidades, empresas, sindicatos, ONG	2008   2009	Criação de sinergias de comunicação entre o PORL e os agentes no terreno. Mobilizar esforços e dedicar espaços aos temas do PORL e do QREN	não foi definido meta	Executado   Em curso
12	Publicação de publicidade institucional na imprensa	2008   2009		5 ano	5
13	Publicação de publicidade dirigida na imprensa	2008   2009		5 ano	5
14	Acções especiais em rádios locais	2008   2009			Não executado   A executar
15	Evento anual	2008   2009		1	1
16	Lista de beneficiários no website	2008   2009	Actualização trimestral		Executado
17	Identificação e localização geo-cartográfica de projectos do PORL	2009	Google Earth: localização cartográfica dos projectos apoiados no quadro do PORL	Operacional em 2009	Em curso
18	Dia da Europa	2008   2009	Colocação da bandeira da União Europeia na sede da Autoridade de Gestão e destaque no site do PORL		Executado
19	Elaboração de Manual de Gestão	2008	Ferramenta de comunicação interna	1	1
20	Avisos electrónicos destinados aos beneficiários e potenciais beneficiários registados no site	2008   2009	Sempre que ocorram novidades/ alterações no site, consideradas relevantes, tais como avisos de abertura de concursos e aprovações.	20 emissões / ano	33

	acções	Período de execução	Indicadores   memória descritiva	metas	resultados 2007   2008
21	Suplemento / encarte dedicado ao QREN e ao PORL	2008   2009	Dar a conhecer os projectos e a execução do PORL	1 / ano	A executar

Para algumas acções do Plano de Comunicação não foram definidas metas quantitativas a atingir.

- *Acções prioritárias para 2009*

Já em curso ou previstas, no ano de 2009 foram consideradas prioritárias as seguintes:

- Criação de um sistema de visualização geográfica das operações do POR Lisboa;
- Encarte dedicado à divulgação das operações do POR Lisboa
- Reportagem fotográfica das operações (estas fotografias vão alimentar os bancos de imagens do PO e do QREN);
- Candidatura aos RegioStars (divulgação de histórias promissoras);
- Acção de divulgação das obrigações dos beneficiários em matéria de informação e publicidade (este evento tem como objectivo esclarecer as dúvidas dos beneficiários e impulsionar a sua participação na divulgação do PO).
- Edição da Revista LVT dedicada ao POR Lisboa e ao QREN;
- Participação nos Open Days 2009.





## Compatibilidade com as Políticas Comunitárias





## 5. Compatibilidade com as políticas comunitárias

As instruções e orientação aos beneficiários sobre as disposições aplicáveis aos concursos públicos, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais constam no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, nos respectivos Regulamentos Específicos, nos artigos relativos às *condições gerais de admissão e aceitação dos beneficiários e das operações e obrigações dos beneficiários*, bem como nos respectivos avisos de abertura de concursos, quando aplicável.

O Beneficiário, no momento da apresentação da sua candidatura, declara ainda de modo expresso e inequívoco a conformidade das operações abrangidas pela sua candidatura com os procedimentos legais nacionais e comunitários aplicáveis em matéria de concursos públicos, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais.

Por último, também o contrato de financiamento obriga o beneficiário ao cumprimento da legislação nacional e comunitária sobre contratação pública, auxílios estatais, igualdade de oportunidades e regras ambientais.

### ◆ Concursos Públicos

Relativamente à contratação pública, em fase de análise das candidaturas<sup>8</sup> ou em fase de análise de pedidos de pagamento, aplica-se a *check-list* da contratação pública, uma *check list* para os procedimentos abrangidos pela legislação nacional em vigor até 29 de Julho de 2008 (Decreto Lei n.º 59/99, de 2 de Março e Decreto Lei n.º 197/99, de 8 de Junho) e uma *check list* para os procedimentos abrangidos pelo novo Código da Contratação Pública (aprovado pelo

---

<sup>8</sup> Caso o procedimento já esteja adjudicado

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que transpõe as Directivas números 2004/17/CE e 2004/18/CE).

As referidas *check list* encontram-se disponíveis para download no sítio do PORLisboa, na área reservada de acesso aos beneficiários, bem como as respectivas orientações e instruções de preenchimento.

A *check-list* deve ser apresentada aquando da apresentação candidatura e/ou dos pedidos de pagamento, devidamente preenchida para cada procedimento de contratação pública. Deve ainda ser acompanhada dos documentos que atestem o cumprimento do procedimento contratual adequado, quando a despesa em causa o envolver.

Esta *check-list*, em conjunto com os elementos documentais nela solicitados, constitui um elemento facilitador da elaboração da *check-list* a preencher pela Autoridade de Gestão / Organismos Intermédios<sup>9</sup>, que se destina a verificar se a informação prestada e os elementos anexos à *check list* enviados pelo beneficiário, permitem confirmar o procedimento adoptado em cada etapa e se existe ou não a apresentação, por parte deste, do fundamento para as eventuais excepções aplicáveis.

#### ◆ Auxílios Estatais

No âmbito da Agenda da Competitividade do Programa Temático POFC e dos PO Regionais, foram criados três Sistemas de Incentivos: SI I&DT - Sistema de incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico nas empresas, SI PME - Sistema de incentivos à qualificação e internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de incentivos à inovação.

<sup>9</sup> No caso dos Sistemas de Incentivos aplicam-se as Orientações de Gestão do POFC n.º 03/POFC/2008 e n.º 04/POFC/2008 relativas aos Procedimentos de Contratação Pública (antes 30 Julho 2008 e após 30 Julho 2008, respectivamente).

Os sistemas de incentivos têm os seguintes enquadramentos comunitários em função das tipologias de despesas previstas:

Quadro 5-1: Regime de Auxílios

<b>Regime de Auxílios</b>	<b>Nº Auxílio de Estado</b>	<b>Enquadramento Comunitário</b>
<b>SI I&amp;DT</b> <b>SI PME (Vale Inovação)</b>	<b>N 780/07</b>	<b>Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C323/01)</b>
<b>SI I&amp;DT (Núcleos e Centros de I&amp;DT)</b> <b>SI PME</b> <b>SI Inovação (Consultoria)</b>	<b>XS 73/2008</b>	<b>Regulamento (CE) Nº 70/2001 relativo aos auxílios a favor das pequenas e médias empresas.</b> <b>Regulamento (CE) Nº 800/2008 – Regulamento Geral de Isenção por Categoria</b>
<b>SI Inovação</b>	<b>X 60/2008</b>	<b>Regulamento (CE) n.º 1628/2006 relativo a auxílios com finalidade regional</b>
<b>SI PME (formação)</b> <b>SI Inovação (formação)</b>	<b>XT 70/2008</b>	<b>Regulamento (CE) Nº 68/2001 relativo aos auxílios à formação profissional</b>
<b>SI I&amp;DT <sup>1)</sup></b> <b>SI PME <sup>1)</sup></b> <b>SI Inovação <sup>1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>Regulamento (CE) Nº 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i></b>
<b>SAFARI – Linhas de crédito PME Investe I e II</b>	<b>-</b>	<b>Regulamento (CE) Nº 1998/2006 relativo aos auxílios <i>de minimis</i></b>
<b>SAFARI – Capital de Risco</b>		<b>Regulamento (CE) Nº 800/2008 – Regulamento Geral de Isenção por Categoria</b>

1) Refere-se a componentes de projectos cujas despesas não são enquadráveis nos anteriores regulamentos comunitários

O Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI) tem os seguintes enquadramentos comunitários em função dos instrumentos de financiamento de empresas apoiados:

- No âmbito do capital de risco – As Orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais e capital de risco a pequenas e médias empresas (2006/C 194/02) e Regulamento (CE) n.º 800/ 2008 publicado em 9 de Agosto de 2008 (Regulamento geral de isenção por categoria);
- No âmbito das garantias – Comunicação da Comissão relativa à aplicação dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE aos auxílios estatais sob a forma de garantias (2008/C 155/02);
- Bonificação de juros no âmbito de linhas de crédito especiais – Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro, relativo aos auxílios de minimis.

A compatibilidade das regras da concorrência está garantida pelo facto dos regulamentos nacionais estarem em conformidade com as regras comunitárias da concorrência.

Deste modo, encontra-se assegurado o cumprimento das regras comunitárias em termos de auxílios de estado para todos os projectos desde que os mesmos cumpram o disposto nos respectivos regulamentos (SI Inovação, SI I&DT ou SI Qualificação PME) nomeadamente no que se refere às restrições sectoriais, despesas elegíveis, limites máximos de apoio, cumprimento do efeito de incentivo.

A verificação do cumprimento dos requisitos regulamentares é efectuada pelo OI em ferramenta informática que permite validações automáticas, e posteriormente submetida à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validada pela Autoridade de Gestão.

Em relação aos auxílios de minimis, a Comissão Europeia autoriza a sua aplicação desde que os mesmos sejam transparentes e que o Estado-Membro assegure o cumprimento dos limites máximos de apoio.

Assim, a verificação da compatibilidade dos auxílios de minimis é efectuada pelo IFDR, entidade responsável pela base de dados nacional dos auxílios de minimis, antes da contratualização dos incentivos.

Os procedimentos a observar são os seguintes:

- O parecer do OI a apresentar à Comissão de Selecção, no incentivo proposto, identifica a componente de minimis.
- A Autoridade de Gestão do POFC envia a informação relevante para o Organismo Nacional responsável pela base de dados nacional dos auxílios de minimis, após decisão do projecto, que fica condicionada ao respeito dos auxílios de minimis.
- Sempre que o referido Organismo Nacional comunique que o incentivo proposto ultrapassa o limite de minimis, o incentivo é alterado em conformidade.

Para determinar se um auxílio é ou não compatível com o mercado comum ao abrigo do Regulamento n.º 1628/2006, é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio e, por conseguinte, o montante do auxílio expresso em equivalente-subvenção.

Para determinar se um auxílio é ou não enquadrado nos auxílios regionais é necessário tomar em consideração a intensidade do auxílio a atribuir. A unidade de medida comum da intensidade do auxílio é o equivalente-subvenção bruto, que permite comparar a intensidade dos auxílios concedidos de diferentes formas.

Esta verificação é feita pelo OI, fazendo parte integrante do seu parecer, sendo este submetido à Comissão de Selecção do SI QREN, que emite parecer sobre o cumprimento daqueles requisitos e posteriormente validados pela Autoridade de Gestão.

#### ◆ Igualdade de Oportunidades

Uma das dimensões estratégicas da política comunitária é a igualdade de oportunidades entre todas as pessoas, sejam estas homens ou mulheres, portadoras ou não de deficiência ou de diferentes raças ou etnias, religiões e credos, idade ou orientação sexual.

No que respeita ao PORLisboa, em matéria de igualdade de oportunidades, destaca-se a um nível mais global a intervenção dos representantes da CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género na Comissão de Acompanhamento do Programa e a definição no Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão e nos Regulamentos Específicos, da obrigatoriedade do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre igualdade de oportunidades.

Relativamente à forma como os princípios acima referidos se reflectem em concreto nas tipologias de operações abrangidas pelo PORLisboa, destacam-se os seguintes aspectos:

- Nos Sistemas de Incentivos às Empresas inseridos no Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, o apoio ao empreendedorismo qualificado contempla a atribuição de uma majoração para os projectos promovidos por empresárias e jovens (sempre que esteja assegurado que estes detêm uma participação de pelo menos 50% no capital da empresa);
- No SI Qualificação PME é financiado o apoio à definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e para a facilitação do mercado de trabalho inclusivo;
- No objectivo específico “*Apoiar a criação e o desenvolvimento de serviços de proximidade dirigidos à população com necessidades especiais de apoio e promover a qualidade de vida e o bem-estar urbano potenciadores da conciliação entre a vida profissional, a vida pessoal e a vida familiar*”, do Eixo 3 – Coesão Social, está contemplado o financiamento de equipamentos e acções de desenvolvimento social, no âmbito da prevenção da exclusão



social e do apoio aos imigrantes, designadamente, Centros de Apoio aos Imigrantes;

- Ainda no Eixo 3 – Coesão Social, as tipologias de operações abrangidas pelas Parcerias para a Regeneração Urbana incluem a Requalificação socio-urbanística, focalizada na vertente da inclusão social,

Na fase de apreciação da candidatura, a análise relativa à igualdade de oportunidades será efectuada com base nos indicadores constantes do formulário de candidatura – Indicadores face ao Emprego Candidatura – no qual o beneficiário menciona o número/duração de relações contratuais a preencher em função do género. Assim, existe um cuidado ao nível da apreciação de candidaturas no sentido de observar se existe algum constrangimento ou limitação à plena observação desta política comunitária.

Posteriormente, ao nível das verificações de gestão, nomeadamente, as verificações no local, existe um campo específico na respectiva *check list* dedicado a esta matéria onde são garantidas evidências da observação desta política comunitária.

#### ◆ Regras Ambientais

O Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão estabelece para as operações, como condição geral de admissão, o dever de cumprirem as disposições legais, nacionais e comunitárias, em matéria de licenciamentos ou autorizações prévias, aplicáveis ao arranque da operação e, como condição geral de aceitação, o Regulamento refere ainda o dever de verificarem a conformidade com a legislação nacional e comunitária que lhes seja aplicável, incluindo a legislação ambiental.

Em termos de regras ambientais, no processo da admissibilidade das operações, ou fase de apresentação do 1º pedido de pagamento, os beneficiários já deverão dispor dos pareceres de entidades externas à AG, exigíveis de acordo com a tipologia da operação e previstos em

regulamentos específico ou em orientações técnicas gerais e específicos do PO, quando aplicável.

Paralelamente, além da exigência de que as operações disponham de toda a informação requerida no Regulamento Específico, deverão ainda demonstrar um grau de maturidade adequado. Neste contexto, destaca-se também que a própria avaliação de mérito das candidaturas submetidas no âmbito dos regulamentos específicos que regulam as intervenções de preservação, reabilitação ambiental e gestão do património natural, inclui como critério de selecção o enquadramento do projecto apresentado nos planos de ordenamento do território e documentos estratégicos de enquadramento ambiental aplicáveis na área de implementação do mesmo.

No âmbito do financiamento de operações da preservação do património natural, em particular nas áreas abrangidas pela Rede Natura, o PORLisboa, no seu Eixo 2 – Sustentabilidade Territorial, prevê o apoio a acções de gestão activa da Rede Natura e da biodiversidade, enquadrado pelo Regulamento Especifico “Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados”.

## Conclusão





## 6. Conclusão

O arranque no novo período de programação dos Fundos Estruturais 2007-2013 (QREN) ficou marcado por um novo modelo de governação, a saída do objectivo “Convergência” para o objectivo “Competitividade Regional e Emprego” com uma nova configuração territorial – a Região de Lisboa (NUTsII), que passa a ser constituída por duas NUTs III – Grande Lisboa e Península de Setúbal e com uma redução significativa dos fundos Estruturais para o período 2007-2013.

O PORLisboa dispõe de uma dotação FEDER de 306,7 milhões de euros, a que se associa uma comparticipação pública nacional de cerca de 165,8 milhões, um financiamento privado nacional de cerca de 208,9 milhões de euros, alavancando um investimento total de 681,4 milhões de euros.

Até 31/12/2008, foi aberto um total de 33 concursos (incluindo um convite) para operações e 4 de Planos de Acção/Programas Estratégicos.

Foram aprovadas 218 operações com um investimento elegível 186 197 518 €, a que corresponde uma comparticipação de FEDER de 80 098 724 €, e 8 Planos de Acção relativos à Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, implicando um investimento elegível de total de 49 513 845 €, a que corresponde uma comparticipação de FEDER de 20 943 597 €.

No final do ano de 2008 o PORL tinha já comprometido 26% da dotação FEDER disponível (sem planos de Acção). Foi no Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento que se verificou uma maior taxa de compromisso, atingindo os 35% da dotação do Eixo. A taxa de compromisso obtida no Eixo II – Sustentabilidade Territorial no foi de 7%, no Eixo III – Coesão Social foi de 29% e no Eixo IV – Assistência Técnica de 11%.

Entre as Operações aprovadas, cabe destacar as de requalificação da rede do 1º ciclo do ensino básico e da Educação pré-escolar, onde se encontram 36 Centros escolares apoiados, envolvendo 15 municípios e representando um investimento elegível de cerca de 41 058 190 €, o dos Sistemas de Incentivos, onde se encontram 118 operações aprovadas, representando um investimento elegível cerca de 68 608 910 €, 8 Planos de Acção, 2 relativos à Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração (Bairros Críticos), com um investimento total elegível de 10 250 224 € e 6 relativos à Política das Cidades – Parcerias para a Regeneração (Frentes Ribeirinhas e Marítimas), com um investimento elegível total de 39 263 621 €

É expectável que no decorrer de 2009, ultrapassada que está a fase de implementação do PORLisboa, com encerramento do QCAIII, a crise económica que tem afectado de forma negativa o investimento, se venha a verificar uma realização física e financeira do Programa bastante mais significativa.

Assim perspectiva-se para 2009:

- Aprovação da “Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do PORLisboa”
- Interoperabilidade dos sistemas de informação
- Realização da “Avaliação do PORLisboa”, o qual irá permitir disponibilizar até ao final do ano uma primeira apreciação sobre as condições de implementação do Programa
- Continuação da implementação do Plano de Comunicação, nomeadamente a criação da geo-referenciação dos Projectos, criação da e newsletter
- Apresentação da 1ª certificação de despesa (1º pedido de pagamento intermédio).
- Definição do Plano de Acompanhamento das operações aprovadas, a realizar pelo Secretariado Técnico.







Anexos



A





## Anexo I



ficha de programa







PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo I - Ficha de programa

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Abertura	Fecho
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais de I&DT	07-11-2007	LISBOA-02-2007-01	15-Nov-07	01-Fev-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em co-promoção de I&DT	07-11-2007	LISBOA-02-2007-02	15-Nov-07	29-Fev-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Criação e Reforço de Competências Internas de I&DT (Núcleos e Centros de I&DT)	07-11-2007	LISBOA-02-2008-03	17-Mar-08	15-Mai-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos Individuais de I&DT	07-11-2007	LISBOA-02-2008-04	17-Mar-08	15-Mai-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Projectos em co-promoção de I&DT	07-11-2007	LISBOA-02-2008-05	03-Abr-08	15-Jul-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Vale I&DT	07-11-2007	LISBOA-02-2008-06	02-Mai-08	16-Jun-08
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Proj I&DT Empresas Individuais	07-11-2007	LISBOA-02-2008-07	03-Nov-08	16-Jan-09
LISBOA-01	Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT) - Proj I&DT Empresas Co-promoção	07-11-2007	LISBOA-02-2008-08	03-Nov-08	16-Jan-09
LISBOA-01	Economia Digital e Sociedade do Conhecimento	11-04-2008	LISBOA-66-2008-1	25-09-2008	24-10-2008
LISBOA-01	Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas	11/04/2008 e 22/10/2008	LISBOA-62-2008-1	25-09-2008	24-10-2008
LISBOA-01	Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica	28-03-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Projectos de Empreendedorismo Qualificado	07-11-2007	LISBOA-03-2007-01	15-Nov-07	30-Jan-08
LISBOA-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Projectos de produção de novos bens e serviços (inovação geral)	07-11-2007	LISBOA-03-2007-02	15-Nov-07	29-Jan-08
LISBOA-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Projectos de Empreendedorismo Qualificado	07-11-2007	LISBOA-03-2008-03	10-Mar-08	23-Mai-08
LISBOA-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Projectos de produção de novos bens e serviços (inovação geral)	07-11-2007	LISBOA-03-2008-04	10-Mar-08	23-Mai-08
LISBOA-01	Incentivos à Inovação (SI Inovação) - Empreendedorismo feminino	07-11-2007	LISBOA-03-2008-05	02-Dez-08	02-Mar-09
LISBOA-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e em Cooperação	07-11-2007	LISBOA-01-2008-01	15-Fev-08	16-Abr-08
LISBOA-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos	07-11-2007	LISBOA-01-2008-02	15-Fev-08	16-Abr-08



PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo I - Ficha de programa

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Abertura	Fecho
LISBOA-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Individuais e em Cooperação	07-11-2007	LISBOA-01-2008-03	30-Set-08	28-Nov-08
LISBOA-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Projectos Conjuntos - Internacionalização	07-11-2007	LISBOA-01-2008-04	30-Set-08	28-Nov-08
LISBOA-01	Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME) - Vale Inovação	07-11-2007	LISBOA-01-2008-05	02-Mai-08	16-Jun-08
LISBOA-01	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	05-11-2008	LISBOA-23-2008-1	03-12-2008	10-12-2008
LISBOA-01	Sistema de Apoio a Acções Colectivas	11-04-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-01	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa	07-11-2007	LISBOA-26-2008-1	04-01-2008	31-03-2008
LISBOA-01	Promoção e capacitação institucional	11-04-2008	LISBOA-27-2008-1	24-06-2008	14-08-2008
LISBOA-01	Promoção e capacitação institucional	11-04-2008	LISBOA-27-2008-2	07-11-2008	29-12-2008
LISBOA-01	Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	07-11-2007	LISBOA-40-2008-1	23-04-2008	15-10-2008
LISBOA-02	Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	07-11-2007	LISBOA-30-2008-1	03-11-2008	29-12-2008
LISBOA-02	Acções de Valorização e Qualificação Ambiental	07-11-2007	LISBOA-31-2008-1	17-03-2008	30-04-2008
LISBOA-02	Acções de Valorização do Litoral	07-11-2007	LISBOA-32-2008-1	17-03-2008	31-07-2008
LISBOA-02	Prevenção de riscos naturais e Tecnológicos - acções imateriais	11-04-2008	LISBOA-37-2008-1	09-05-2008	16-06-2008
LISBOA-02	Mobilidade Territorial	11-04-2008	LISBOA-50-2008-1	23-04-2008	30-06-2008
LISBOA-02	Optimização da Gestão de Resíduos	11-04-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-02	Energia	11-04-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-02	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana (Frentes Ribeirinhas e Marítimas)	07-11-2007	LISBOA-41-2008-2	21-02-2008	15-05-2008
LISBOA-03	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana ( Bairros Críticos)	07-11-2007	LISBOA-41-2008-1	04-01-2008	30-04-2008



PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo I - Ficha de programa

Eixo Prioritário	Regulamentação Específica / Tipologia de operação	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento de	Concurso do ano		
			Cód. Concurso / refª concurso	Abertura	Fecho
LISBOA-03	Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana (Centros Historicos)	07-11-2007	LISBOA-41-2008-3	03-11-2008	02-03-2009
LISBOA-03	Req. da Rede Escolar 1º Ciclo Edu. Pré-Escolar	03-01-2008	LISBOA-44-2008-1	02-03-2008	30-06-2008
LISBOA-03	Req. da Rede Escolar 1º Ciclo Edu. Pré-Escolar	11-04-2008	LISBOA-44-2008-2	19-09-2008	16-11-2008
LISBOA-03	Equipamentos para a Coesão Local	11-04-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-03	Rede de Equipamentos Culturais	11-04-2008	sem concurso aberto		
LISBOA-03	Saúde Lisboa	07-11-2007	sem concurso aberto		
LISBOA-04	Assistência Técnica	11-04-2008	LISBOA-73-2008-1	17-04-2008	30-04-2008
LISBOA-04	Assistência Técnica	11-04-2008	LISBOA-73-2008-2	17-12-2008	29-01-2009





## Anexo II



processo de selecção por Eixo

Prioritário







PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REI

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário

Designação de Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura											Candidaturas apresentadas*			Candidaturas admitidas		
		Total até 31-12-2008			em aberto a 31-12-2008		Encerrados a 31-12-2008				Tempos médios de decisão							
		Nº	Fundo		Nº	Fundo	Nº	Fundo concurso	dos quais Decididos		Previsto	efectivo						
									Nº	Fundo em candidaturas aprovadas								
	euros	Nº	euros	% do PO	Nº	euros	Nº	euros	Nº	euros	dias	dias	Nº	euros	euros	Nº	euros	euros
Total	306.689.171	33	103.554.013	34%	4	10.000.000	29	93.554.013	25	80.098.724	-	-	793	1.097.358.236	1.383.806	360	429.547.996	1.193.189
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	155.273.945	24	66.554.013	43%	3	7.500.000	21	59.054.013	18	53.578.565	84	79	644	899.295.504	1.396.422	255	257.312.953	1.009.070
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	70.723.914	5	9.000.000	13%	0	0	5	9.000.000	4	4.941.063	83	81	70	36.041.828	514.883	28	13.414.139	479.076
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	70.723.914	2	24.000.000	34%	0	0	2	24.000.000	2	20.529.095	60	55	78	160.520.904	2.057.960	76	157.320.904	2.070.012
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	9.967.398	2	4.000.000	40%	1	2.500.000	1	1.500.000	1	1.050.000	29	29	1	1.500.000	1.500.000	1	1500000	1.500.000

\* Inclui desistências, anulações e concursos não decididos em 2008

(continuação)																		
Designação de Eixo Prioritário	Dotação de Fundo	Candidaturas aprovadas							Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas) **		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas) **		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)	
		Nº	Custo total	Custo total elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo	Invest. Médio por candidatura	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Candidaturas	Custo total	Nº	Fundo	Candidaturas	Fundo
	mil euros	Nº	euros	euros	euros	euros	euros	euros	%	%	%	%	%	%	Nº	euros	%	%
<b>Total</b>	<b>151.570.500</b>	<b>218</b>	<b>261.296.267</b>	<b>186.197.518</b>	<b>151.080.485</b>	<b>35.117.032</b>	<b>80.098.724</b>	<b>854.117</b>	<b>45%</b>	<b>39%</b>	<b>27%</b>	<b>24%</b>	<b>61%</b>	<b>61%</b>	<b>154</b>	<b>42.269.237</b>	<b>71%</b>	<b>53%</b>
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	155.274	158	177.576.927	133.757.201	98.640.169	35.117.032	53.578.565	846.565	72%	40%	45%	28%	62%	69%	116	27.947.333	73%	52%
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	70.723.914	23	11.302.608	9.882.126	9.882.126	0	4.941.063	429.658	43%	43%	35%	36%	82%	84%	23	4.941.063	100%	100%
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	70.723.914	36	70.916.732	41.058.190	41.058.190	0	20.529.095	1.140.505	97%	98%	46%	44%	47%	45%	14	8.330.841	39%	41%
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	9.967.398	1	1.500.000	1500000	1500000	0	1.050.000	1.500.000	100%	100%	100%	100%	100%	100%	1	1.050.000	100%	100%

\*\* A taxa de admissibilidade foi calculada apenas com as candidaturas apresentadas correspondentes a concursos cuja análise de admissibilidade estava concluída, ou no caso dos sistemas de incentivos, correspondentes a concursos com decisão. A taxa de aprovação bruta foi calculada apenas com as candidaturas apresentadas correspondentes a concursos cuja análise de mérito estava concluída, ou no caso dos sistemas de incentivos, correspondentes a concursos com decisão.



## Anexo III

programação financeira, aprovação e  
execução por Eixo Prioritário







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA

**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo III - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário**

unid: euro

Designação de Eixo Prioritário	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)					Execução (EX)				Fundo Comunitário pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário		Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)	Taxa de reembolso (PG/EX)
<b>Total Programa Operacional</b>	<b>681.363.708</b>	<b>472.478.790</b>	<b>306.689.171</b>	<b>261.265.695</b>	<b>186.197.518</b>	<b>151.080.485</b>	<b>35.117.032</b>	<b>80.098.724</b>	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>0</b>	<b>519.113</b>	<b>1.842.623</b>	<b>26%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>355%</b>
<b>FEDER</b>	<b>681.363.708</b>	<b>472.478.790</b>	<b>306.689.171</b>	<b>261.265.695</b>	<b>186.197.518</b>	<b>151.080.485</b>	<b>35.117.032</b>	<b>80.098.724</b>	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>0</b>	<b>519.113</b>	<b>1.842.623</b>	<b>26%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>355%</b>
<b>(Fundo de Coesão)</b>																		
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	388.184.859	194.328.697	155.273.945	177.546.354	133.757.201	98.640.169	35.117.032	53.578.565	519.113	519.113	0	519.113	1.685.123	35%	0%	1%	3%	325%
Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial	139.469.854	131.955.476	70.723.914	11.302.608	9.882.126	9.882.126	0	4.941.063	0	0	0	0	0	7%	0%	0%	0%	#DIV/0!
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social	139.469.855	131.955.477	70.723.914	70.916.732	41.058.190	41.058.190	0	20.529.095	0	0	0	0	0	29%	0%	0%	0%	#DIV/0!
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica	14.239.140	14.239.140	9.967.398	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0	1.050.000	0	0	0	0	157.500	11%	0%	0%	15%	#DIV/0!





## Anexo IV



projectos aprovados por Eixo







PROGRAMA: GIONAL DE LISBOA  
OBJECTIVO: ADE REGIONAL E EMPREGO  
CÓDIGO CCI: I07PT162PO001  
DECISÃO DE APROVAÇÃO: ) 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid:euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III) <sup>3</sup>	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
Total									186.197.518	151.080.485	35.117.032	80.098.724	
Eixo Prioritário 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento									133.757.201	98.640.169	35.117.032	53.578.565	
Sistema de Incentivos de Apoio à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico									43.681.788	24.106.455	19.575.332	24.106.455	
	001492	CONSTRUCTION OF HUMANE AUTONOMOUS MACHINES EMBODIED IN LIVING ENVIRONMENTS OF NATURE	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	504901575	YDREAMS - INFORMÁTICA, SA	763.017	572.263	190.754	572.263	
	001521	APLICAÇÃO DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL EM EQUIPAMENTOS PARA A INDUSTRIA AUTOMOVEL	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	504383833	MDU MECÂNICA, LDA	431.917	225.099	206.819	225.099	
	001467	DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS PARA TERAPIA DE DIABETES E DOENÇAS DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504473379	ECBIO - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA, SA	832.086	588.604	243.482	588.604	
	001425	SISTEMA DE NAVEGAÇÃO HÍBRIDO GNSS/INERCIAL COM ACOPLAMENTO ULTRA-JUSTO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506245179	DEIMOS ENGENHARIA SA	242.505	169.753	72.751	169.753	
	001346	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COM LUZ SOLAR CONCENTRADA	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	508434297	WAVEYEAR-LDA	151.519	98.487	53.032	98.487	
	001462	SURFACE PLASMON RESONANCE DETECTION ON SPINNING ARRAYS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507503031	BIOSURFIT, SA	658.352	369.198	289.155	369.198	
	001416	DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA TECNOLÓGICA PARA EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS EM TELEFONES M	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507148878	M-INSIGHT TECHNOLOGIES, LDA	529.781	211.912	317.869	211.912	
	001433	DESCOBERTA E DESENVOLVIMENTO DE COMPOSTOS PARA TERAPIA DE CANCRO DE COLON	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504473379	ECBIO - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA, SA	550.805	274.580	276.225	274.580	
	001513	PLATAFORMA INTEGRADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES SOBRE EQUIPAMENTOS COM TECNOLOGIA NFC	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505065010	MOVENSIS-SERVIÇOS DE APOIO A COMUNICAÇÕES, SA	192.835	125.343	67.492	125.343	
	001454	CRIAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA DETECÇÃO DE SPAM	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507524845	NSEC - SISTEMAS INFORMÁTICOS, S.A	763.553	267.244	496.310	267.244	
	001413	DESCOBERTA E DESENVOLVIMENTO DE DROGAS @ BIOALVO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506657990	BIOALVO - SERVIÇOS, INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM BIOTECNOLOGIA, SA	674.403	387.292	287.111	387.292	
	001394	SYNAPSE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505149400	BRAINWARE - SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, SA	340.431	192.958	147.472	192.958	
	001486	PLATAFORMA DE GESTÃO DE INCENTIVOS DE FORÇAS DE VENDAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505116812	CELFOCUS- SOLUÇÕES INFORMÁTICAS PARA TELECOMUNICAÇÕES, S.A	510.690	320.141	190.549	320.141	
	001476	DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA METODOLÓGICA PARA DETECÇÃO DE ESPÉCIES ANIMAIS EM ALIMENTOS PROCES	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506604233	BIOPREMIER - INOVAÇÃO E SERVIÇOS EM BIOTECNOLOGIA, SA	199.332	49.833	149.499	49.833	
	001487	TESTE DOS PARÂMETROS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS DA PLATAFORMA CORM PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS FÁRMACOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505979098	ALFAMA - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA	3.252.732	2.046.674	1.206.058	2.046.674	
	001527	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ESTÃO DA RECOLHA SELECTIVA AMARSUL	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	503876321	AMARSUL - VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO RESÍDUOS SÓLIDOS, SA	456.164	296.507	159.657	296.507	
	001431	FABRICAÇÃO DE BIOMATERIAIS À BASE DE QUITOSANO/HIDROXIAPATITE PARA REGENERAÇÃO DOS TECIDOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507208030	CERAMED - CERAMICOS PARA APLICAÇÕES MEDICAS, LDA	728.089	509.662	218.427	509.662	
	001475	SOLUÇÃO COLABORATIVA PARA DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES DE SUPORTE AO NEGÓCIO ATRAVÉS DA INTERNET	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504995634	OUTSYSTEMS - SOFTWARE EM REDE, SA	640.516	416.335	224.181	416.335	
	001447	CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS, ATRAVÉS DA REENGENHARIA DE PRODUTOS EXISTENTES E DA C	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	511147236	SCC - SOC. CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, SA	4.402.788	1.127.225	3.275.563	1.127.225	
	001375	DESENVOLVIMENTO DE PRECURSORES DE FIBRA DE CARBONO E FIBRA OXIDADA	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	500116822	FISIPE - FIBRAS SINTÉTICAS DE PORTUGAL, SA	1.047.370	344.592	702.779	344.592	
	002539	DESENVOLVIMENTO DE UMA SOLUÇÃO ANALÍTICA DE RETENÇÃO DE CLIENTES PARA O SECTOR DAS TELCO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504787101	NOVABASE BUSINESS INTELIGENCE, SA	1.037.510	401.243	636.267	401.243	
	002583	DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TIPOLOGIAS DE FIBRA DE CARBONO	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	500116822	FISIPE - FIBRAS SINTÉTICAS DE PORTUGAL, SA	3.047.748	1.453.361	1.594.387	1.453.361	
	002609	ACTIVES FOR DRY POWDER INHALATION	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500135495	HOVIONE - FARMACIÊNCIA, SA	949.721	562.701	387.020	562.701	
	002576	BUILDING STUDIO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507079248	CXS COMPUTING SA	744.789	508.157	236.631	508.157	
	002519	DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MEDICAMENTOS ANTIBIÓTICOS PARA INFECÇÕES MULTI-RESISTENTES	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500162085	LABORATÓRIOS ATRAL, SA	1.081.421	395.237	686.184	395.237	
	001419	REOLOGIA DE SILICATOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500227861	RAUSCHERT PORTUGUESA, SA	270.578	158.946	111.632	158.946	
	001453	TECNOLOGIA AVANÇADA DE MOTOR DE BUSCA ORIENTADO A RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO LOCAL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506374416	NOVAGEO SOLUTIONS	339.120	133.993	205.127	133.993	
	001464	PROJECTO WSENERGIA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507859146	WS ENERGIA, LDA	408.644	265.619	143.025	265.619	



OBJECTIVO:

ADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI:

007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III <sup>3</sup> )	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
	001535	INPOS - POSICIONAMENTO EM INTERIORES USANDO TÉCNICAS DE GNSS AUXILIADAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506245179	DEIMOS ENGENHARIA SA	383.592	245.057	138.534	245.057	
	001560	AQUASAFE - AQUASAFE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	502810777	HIDROMOD, MODELAÇÃO EM ENGENHARIA, LDA	570.676	385.914	184.762	385.914	
	001597	RTI-CD - INFECCÕES RESPIRATÓRIAS: DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO MÉTODO DE DIAGNÓSTICO MOLECULAR PARA DE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506604233	BIOPREMIER - INOVAÇÃO E SERVIÇOS EM BIOTECNOLOGIA, SA	775.213	438.930	336.283	438.930	
	001590	PET II-B - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PET EM MULTIMODALIDADE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508105137	PETSYS - MEDICAL PET IMAGING SYSTEMS, S. A.	1.381.350	1.023.663	357.687	1.023.663	
	001552	OLIVE OIL SPREAD - TEXTURIZAÇÃO DE AZEITE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505223260	CONSULAI, CONSULTORIA AGRO-INDUSTRIAL, LDA	112.357	73.719	38.637	73.719	
	001614	ECOCOMBUSTIVEL - PRODUÇÃO, UTILIZAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DERIVADOS DE RESÍDUOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	502444010	TRATOLIXO - TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EIM	675.852	446.161	229.691	446.161	
	001600	A2P2 - APLICAÇÕES AVANÇADAS COM POTÊNCIA PULSADA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	501969225	LUSOFORMA, INDUSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS, SA	900.685	617.895	282.791	617.895	
	001610	NOVAINTELL - INSIGHTS PARA A COMPETITIVIDADE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503743259	MANCHETE - ESTUDOS E TRATAMENTO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO, SA	286.715	192.661	94.053	192.661	
	003384	TYPHIVAC - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO EM CONDIÇÕES GMP DE UMA VACINA CONTRA A FEBRE TIF	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507710983	GENIBET BIOPHARMACEUTICALS, SA	531.810	395.228	136.582	395.228	
	003500	VIRTU - VIRTUALIZAÇÃO APLICACIONAL NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507035003	EVOLVESPACE SOLUTIONS, LDA	165.828	124.741	41.088	124.741	
	003466	AIRTICI - TÉCNICAS DE INSPECÇÃO AVANÇADAS PARA A MONITORIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS CRÍTICAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500265445	SOC. DE CONSTRUÇÕES H. HAGEN, SA	1.360.498	948.343	412.155	948.343	
	003487	SIDEWORKS - PROCESSADOR RECONFIGURÁVEL, COMPILADOR E APLICAÇÕES	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505298503	COREWORKS, S.A	1.111.962	814.034	297.928	814.034	
	003485	HERMES - SOLUÇÃO GLOBAL DE COMPRAS ELECTRONICAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505046555	DIGITMARKET - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	1.883.452	949.802	933.650	949.802	
	003101	OMNIVIEW-SISPORTO WEB - OMNIVIEW-SISPORTO WEB - CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO FETAL COM ANÁLISE COMPUTOR	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	502996323	SPECULUM, ARTIGOS MÉDICOS SA	388.695	293.548	95.147	293.548	
	003078	MODONDAS - SISTEMA MODULAR OPTIMIZADO PARA APROVEITAMENTO DA ENERGIA DAS ONDAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507040368	KYMANER, TECNOLOGIAS ENERGÉTICAS, LDA	1.783.746	1.246.431	537.314	1.246.431	
	003498	YINVISIBLE PRÉ - INDUSTRIALIZAÇÃO - ESTUDO E ANÁLISE DE VIABILIDADE DA INDUSTRIALIZAÇÃO DA TECNOLOGI	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	504901575	YDREAMS - INFORMÁTICA, SA	1.633.001	943.252	689.750	943.252	
	003111	LIFE ENGINE - DESENVOLVIMENTO DE REALISMO BIOLÓGICO EM JOGOS DE COMPUTADOR	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508274583	BIODROID PRODUCTIONS, LDA	1.452.584	1.062.417	390.166	1.062.417	
	003504	RTB NG4 - REALTIMEBIZ NEXT GENERATION ANALYTICS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506219763	VILT - PORTUGAL SA	385.467	283.287	102.180	283.287	
	003279	CARACTERIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO ELÉCTRICO E TESTE DE BATERIAS DE LIFEPO4.	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500520437	A. A. SILVA, SA - IMÓVEIS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, SA	25.000	18.750	6.250	18.750	
	002859	MONITORIZAÇÃO EM TEMPO REAL DE APLICAÇÕES DE SOFTWARE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503585491	INFOSISTEMA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	35.000	25.000	10.000	25.000	
	003330	INERTIZAÇÃO DE UM RESÍDUO INDUSTRIAL EM COMPOSIÇÃO CERÂMICA E DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO CERÂMICO	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	502414847	AMBICARE INDUSTRIAL - TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA	12.100	9.075	3.025	9.075	
	003151	MAQUINAÇÃO AUTOMÁTICA DE PUNHOS DE CORTIÇA ERGONÓMICOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500273120	SOMSEN & POOLE DA COSTA, LDA	20.000	15.000	5.000	15.000	
	003233	HOTEL TRACE - CONTROLE DE ACESSOS E RASTREABILIDADE EM HOTÉIS	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	505490315	DYNASYS - ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES, SA	33.000	24.750	8.250	24.750	
	003081	AMPLIADOR AUTOMÁTICO PARA CIDADÃOS PORTADORES DE BAIXA VISÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505459671	ATARAXIA - ESTUDOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	35.000	25.000	10.000	25.000	
	003305	PONTE PEDONAL EM MATERIAL COMPOSITO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA INFUSÃO POR VÁCUO (VI)	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503172383	IDEIAS DO FUTURO, PROJECTOS E EMPREENDIMENTOS SA	25.000	18.750	6.250	18.750	
	003149	SICAMM - SISTEMA INTEGRADO PARA A COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA MOBILIDADE E MANIPULAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	502551097	ANDITEC - TECNOLOGIAS DE REABILITAÇÃO, LDA	30.000	22.500	7.500	22.500	
	003364	WIZI AUTOMOTIVE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507917880	TIMEBI, LDA	30.000	22.500	7.500	22.500	
	002573	NUCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SISTEMAS MODULARES PARA CARROÇARIAS DE AUTOCAR	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503847992	ALMADESIGN, CONCEITO E DESENVOLVIMENTO DE DESIGN UNIPessoal, LDA	202.581	101.291	101.291	101.291	
	002556	NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA LONGO PRAZO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	502056517	LONGO PRAZO CONSULTORES DE GESTÃO, SA	607.831	200.000	407.831	200.000	
	002644	NEXINOTEL - LABORATÓRIO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506320863	NEXINOTEL - COMÉRCIO E SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES, SA	501.585	200.000	301.585	200.000	
	002525	SOLUÇÕES INOVADORAS CENTRADAS NAS TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DA FALA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508561922	VOICEINTERACTION - TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DA FALA, SA	324.133	162.066	162.066	162.066	
	002574	CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE I&DT PARA DESENVOLVIMENTO DE UMA FERRAMENTA DE SIMULAÇÃO DE ESCOAMENTO DE FL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507032047	BLUECAPE - CONSULTORES DE COMPUTAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA, LDA	358.008	179.004	179.004	179.004	



OBJECTIVO:

ADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI:

I07PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

) 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid:euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III <sup>3</sup> )	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
	002557	criação do núcleo de IDT em tecnologias de informação e comunicação aplicadas à gestão da CONTACTUS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503567582	CONTACTUS INFORMÁTICA, LDA	410.652	124.725	285.927	124.725	
Sistema de Incentivos de Apoio à Inovação									14.333.331	4.699.990	9.633.341	4.699.990	
	001135	MOBBIT - SI INOVAÇÃO GERAL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506576329	MOBBIT SYSTEMS INFOCOMUNICAÇÃO, LDA	215.523	118.538	96.985	118.538	
	001155	AMBISIG - SI INOVAÇÃO GERAL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503239917	AMBISIG-AMBIENTE E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA, LDA	409.562	225.259	184.303	225.259	
	001131	NOVAGEO - SI INOVAÇÃO GERAL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506374416	NOVAGEO SOLUTIONS	208.458	114.652	93.806	114.652	
	002890	LANÇAMENTO DE NOVOS PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	503463060	SAPEC AGRO, SA	1.366.000	478.100	887.900	478.100	
	002812	LÍDER MUNDIAL DE INSTALAÇÕES INTERACTIVAS	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	504901575	YDREAMS - INFORMÁTICA, SA	1.026.598	548.745	477.853	548.745	X
	002651	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E EXPORTAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500162220	LABORATÓRIOS VITÓRIA, SA	706.829	251.639	455.190	251.639	X
	001967	GLOBAL SERVICES NOKIA SIEMENS NETWORKS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507834763	NOKIA SIEMENS NETWORKS PORTUGAL, SA	6.718.841	918.000	5.800.841	918.000	
	001324	TIMEBI - EMPREENDEDORISMO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507917880	TIMEBI, LDA	343.950	189.173	154.778	189.173	
	001261	criacao e comercializacao de viagens culturais tematicas em Portugal	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508138515	CARVALHO & D'INTINO, LDA	262.871	170.866	92.005	170.866	
	001340	AUMENTO DE CAPACIDADE PRODUTIVA E INTERNACIONALIZAÇÃO DA ENGIMIND	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507783727	ENGIMIND - CONSULTORES DE ENGENHARIA E PLANEAMENTO, LDA	143.899	93.534	50.365	93.534	
	000226	criação de empresa dotada de recursos humanos qualificados	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508430607	BTS PG - CONSULTORIA, LDA	282.304	183.497	98.806	183.497	
	002942	criação de empresa de base tecnológica dotada de recursos humanos qualificados	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508561922	VOICEINTERACTION - TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DA FALA, SA	280.500	129.612	150.888	129.612	X
	002908	SI INOVAÇÃO - EMPREENDEDORISMO - FROTCOM	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508336775	FROTCOM, LDA	311.812	171.497	140.315	171.497	
	002741	criação de uma empresa de desenvolvimento de software por empreendedores qualificados	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508474957	WEESI - ELECTRÓNICA, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES, LDA	171.317	77.933	93.384	77.933	X
	002786	E TURISMO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508588502	JUMPBOARDER, LDA	389.278	253.031	136.247	253.031	
	001319	OFERTA DE PASSEIOS TURÍSTICOS REGULARES NO RIO TEJO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508454549	BARCO D'AVENTURA -, LDA	969.000	532.950	436.050	532.950	
	001280	MIND SOURCE / PROJECTO TICA - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	508123585	MIND SOURCE - SOLUÇÕES INTEGRADAS DE OUTSOURCING, LDA	170.950	76.928	94.023	76.928	
	002801	NOSHAPE MOBILE SAS	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	508385946	NOSHAPE - MOBILITY SOLUTIONS, LDA	355.640	166.038	189.602	166.038	X
Sistema de Incentivos de Apoio à Qualificação e Internacionalização de PME									10.593.791	4.685.432	5.908.359	4.685.432	
	002426	EXPANSÃO INTERNACIONAL PARA OS EUA E ENTRADA NO REINO UNIDO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503444898	PAPO D'ANJO, COFECÇÕES TEXTEIS, LDA	2.040.719	918.324	1.122.395	918.324	
	001953	WIN QUALIDADE E MERCADO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508071690	WINRESOURCES, LDA	121.000	54.450	66.550	54.450	
	001979	TECNOLOGIAS INTEGRADAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507846095	PROSITEONLINE, LDA	215.575	97.009	118.566	97.009	
	002054	NEWVISION - INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIAS COMPETITIVAS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504983474	NEWVISION SIST.INTEL. PARA SOLUÇÕES DE ATENDIMENTO, LDA	460.697	208.324	252.374	208.324	X
	002083	EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO NOS MERCADOS EUROPEUS - ESPANHA, ITÁLIA E ALEMANHA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507356640	FLEETGLOBAL - SERVIÇOS GLOBAIS A EMPRESAS NA ÁREA DAS FROTAS, SA	102.550	46.148	56.403	46.148	
	002126	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECHIRON PARA O MERCADO ESPANHOL	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505081318	E-CHIRON, GESTÃO DE APLICAÇÕES DE SOFTWARE SA	461.903	161.666	300.237	161.666	
	002131	INTERNACIONALIZAÇÃO PINTO BASTO NAVEGAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	500690685	PINTO BASTO NAVEGAÇÃO, SA	96.168	33.659	62.509	33.659	
	002144	LEADERSHIP - PLAYER INTERNACIONAL CONSOLIDADO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505355108	LEADERSHIP BUSINESS CONSULTING - CONSULTORIA E SERVIÇOS, SA	389.088	175.089	213.998	175.089	X
	002311	DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL DO FOREST FIRE FINDER	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505931079	NGNS-INGENIOUS SOLUTIONS	257.213	115.746	141.467	115.746	
	002395	DINAMIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA SISCOG.	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	501707336	SISCOG - SISTEMAS COGNITIVOS, LDA	332.691	116.442	216.249	116.442	
	002410	INTERNACIONALIZAÇÃO DO WIZI	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507917880	TIMEBI, LDA	954.434	429.495	524.939	429.495	

OBJETIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

ADE REGIONAL E EMPREGO

I07PT162P0001

J 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III) <sup>3</sup>	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
	002429	PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504914685	TECHFRAME - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	104.122	46.855	57.267	46.855	
	002434	POTENCIAÇÃO DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA VIATECLA NO MERCADO GLOBAL	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	503468681	VIATECLA, SOLUÇÕES INFORMÁTICAS E COMUNICAÇÕES, SA	820.054	391.784	428.270	391.784	X
	002415	PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO EM HABITAÇÃO SUSTENTÁVEL E INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503172383	IDEIAS DO FUTURO, PROJECTOS E EMPREENDIMENTOS SA	446.200	200.790	245.410	200.790	
	002451	INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECOPROGRESSO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506273873	ECOPROGRESSO, CONSULTORES EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, SA	494.610	222.575	272.036	222.575	
	002124	APERFEIÇOAMENTO DOS FLUXOS PRODUTIVOS E POSICIONAMENTO EFICAZ, DIVERSIFICADO E SUSTENTÁVEL NO MERCAD	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503940070	VIAPONTE - PROJECTOS E CONSULTORIA DE ENGENHARIA, SA	73.038	32.867	40.171	32.867	
	001993	VISION BOX - SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505350173	VISION BOX SA	410.010	185.555	224.456	185.555	X
	001973	INTERNACIONALIZAÇÃO EUROTIALS, CONSULTORES CIENTÍFICOS, S.A.	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503316636	EUROTIALS, CONSULTORES CIENTÍFICOS SA	566.265	250.000	316.265	250.000	
	001980	GLOBAL STAY IN SPAIN AND ÁFRICA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	508112648	GLOBAL SQ, LDA	206.900	93.105	113.795	93.105	
	002001	WRIGHTIA - REFORÇO DE MEIOS DE DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DO SERVICE P	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507812212	WRIGHTIA, SA	69.730	31.379	38.352	31.379	
	002161	PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MELHORIA DA COMERCIALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	501744720	EUROCABOS - CONDUTORES ELÉCTRICOS TECNOLOGIA AVANÇADA, SA	64.780	22.673	42.107	22.673	
	002108	IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLO DE GESTÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	501439110	BAPTISTA MARQUES - DIAGNÓSTICA E REAGENTES, LDA	54.460	24.507	29.953	24.507	
	002052	INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506183726	MKARIN INTERNATIONAL - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E TÊXTEIS, LDA	493.126	221.907	271.219	221.907	
	002221	INTERNACIONALIZAÇÃO ESTRUTURADA DA PROFITABILITY NA EUROPA, ANGOLA E PENINSULA ARÁBICA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504576828	PROFITABILITY ENGINEERS - MÉTODOS E PRÁTICAS PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE, LDA	117.465	52.859	64.606	52.859	X
	002380	COMERCIAL E MARKETING E INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503618780	MERCAL - GESTÃO E MARKETING INTERNACIONAL, LDA	46.500	20.925	25.575	20.925	
	002049	INTERNACIONALIZAÇÃO SUSTENTADA PARA ANGOLA	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	501834290	L.P.M. - COMUNICAÇÃO, SA	146.475	51.266	95.209	51.266	
	002305	DESENVOLVIMENTO E ENGENHARIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E PROCESSOS (ARTº 5 ALÍNEA C)	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503899879	COMPULAB INFORMÁTICA E ENGENHARIA DE SISTEMAS, LDA	143.875	64.744	79.131	64.744	
	002129	INTERNACIONALIZAÇÃO DOSAG	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503688401	DOSAG - EQUIPMANETO DE DOSAGENS, LDA	119.143	41.700	77.443	41.700	
	002132	CONCEPÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO SOFTWARE CARDIOBASE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	503586293	INFORTUCANO - SISTEMAS INFORMÁTICOS, LDA	74.903	33.706	41.197	33.706	
	002145	IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504098721	REYMON - IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO UNIPESOAL, LDA	224.704	101.117	123.587	101.117	
	002148	REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO; INOVAÇÃO	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504009346	DDN - GESTÃO, COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO OBRAS PUBLICAS E PRIVADAS	70.580	31.761	38.819	31.761	
	002177	MELHORIA DA EFICIÊNCIA, COMPETITIVIDADE E QUALIFICAÇÃO	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	501741380	CARMONA - SOC. DE LIMPEZA E TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEIS SA	173.420	61.403	112.017	61.403	X
	002173	DESENVOLVIMENTO DA COMPETITIVIDADE, EFICIÊNCIA E QUALIFICAÇÃO	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	502592460	CARMONA - GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS SA	90.394	32.480	57.914	32.480	X
	003134	IMPLEMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE MELHORES TÉCNICAS DISPONÍVEIS (MTDS) NA GESTÃO AMBIENTAL DA CERÂMICA D	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	500020698	CERÂMICA DE PEGÕES - J. G. SILVA, SA	10.500	7.875	2.625	7.875	
	003331	DESENVOLVIMENTO E CONCEPÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA COM PROPRIEDADES DE ISOLAMENTO TÉRMICO	AE	Aprovado	Península de Setúbal	Privados	502414847	AMBICARE INDUSTRIAL - TRATAMENTO DE RESÍDUOS, SA	25.000	18.750	6.250	18.750	
	003139	ESTUDO DE VIABILIDADE TECNICA E FINANCEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE UM OCR(OPTICAL CHARACTER RECOGNITION	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	505459671	ATARAXIA - ESTUDOS E SERVIÇOS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, LDA	32.000	24.000	8.000	24.000	
	003376	IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001:2000 E NP4457	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	504517724	GLOBAL CHANGE CONSULTORES INTERNACIONAIS ASSOCIADOS, LDA	25.000	18.750	6.250	18.750	
	003201	MELHORIA DE PROCESSOS E SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO DE INCIDENTES DE SUPORTE	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	506945901	CAIXA MÁGICA SOFTWARE, LDA	25.000	18.750	6.250	18.750	
	003338	CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PROTOTIPAGEM DE CAIXAS DE TRANSPORTE PARA DISPOSITIVOS MÉDICOS	AE	Aprovado	Grande Lisboa	Privados	507208030	CERAMED - CERAMICOS PARA APLICAÇÕES MEDICAS, LDA	33.500	25.000	8.500	25.000	
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento									15.525.491	15.525.491	0	6.210.196	
	LISBOA-01-0001-FEDER-000159	Operação - Escola em Rede	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600053008	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	15.525.491	15.525.491	0	6.210.196	
Sistema de Apoio a Infraestruturas Científicas e Tecnológicas									5.646.018	5.646.018	0	2.258.407	
	LISBOA-01-5601-FEDER-000160	Operação - Escol@segura	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600053008	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação	5.646.018	5.646.018	0	2.258.407	





OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

ADE REGIONAL E EMPREGO

I07PT162P0001

J 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III <sup>3</sup> )	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação									33.508.000	33.508.000	0	7.804.013	
	LISBOA-01-2302-FEDER-000206	Linhas crédito PME Investe I e II	Público	Aprovado	Grande Lisboa; Península de Setúbal	Administração Pública	501373357	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, IP	33.508.000	33.508.000	0	7.804.013	
Sistema de Apoio à Modernização Administrativa									8.416.156	8.416.156	0	2.993.021	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000018	1.831-T206964657-00002252 - Autenticação electrónica de utentes e funcionários	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	267.942	267.942	0	93.780	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000019	1.821-T206871757-00002242 - Seixal Digital Balcão Único	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	342.857	342.857	0	120.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000020	1.839 -T206974089-00002260 - Balcão Único de Atendimento da CCDR-LVT	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	141.737	141.737	0	49.608	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000021	1.896-T206995353-00002318 - Multicanal	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506673626	Município do Barreiro	331.820	331.820	0	116.137	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000022	1.895-T206995169-00002317 - Balcão Único	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506673626	Município do Barreiro	251.228	251.228	0	87.930	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000023	1.898-T206995711-00002320 - Câmara Municipal de Setúbal - Uma Autarquia mais próxima do Cidadão	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501294104	Município de Setúbal	149.180	149.180	0	59.672	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000024	1.824-T206955928-00002245 - Unidade de Compras Electrónicas da Área Metropolitana de Lisboa	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502826126	Grande Área Metropolitana de LisboaGrande Área Metropolitana de Lisboa	198.144	198.144	0	79.258	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000025	1.836-T206970435-00002257 - Reengenharia e desmaterialização de processos	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501380574	Associação de Municípios da Região de Setúbal	600.000	600.000	0	240.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000026	1.813-T206722344-00002234 - Gestão Integrada do Relacionamento com o Cidadão e Empresas - Uma Autarquia Mais Próxima dos Municípes	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	502834846	Município de Montijo	182.557	182.557	0	63.895	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000027	1.857-T206983588-00002278 - Desenvolvimento do canal de atendimento electrónico	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Município de Loures	238.022	238.022	0	83.308	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000028	1.856-T206982949-00002277 -Qualificação do atendimento e digitalização dos arquivos do Urbanismo	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Município de Loures	341.557	341.557	0	119.545	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000029	1.914-T207000613-00002336 - Desenvolvimento de Plataforma Digital de Atendimento	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506862747	Freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel)	250.000	250.000	0	87.500	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000030	1.908-T206999098-00002330 - Desenvolvimento de Plataforma Digital de Atendimento	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506856704	Freguesia de Casal de Cambra	30.000	30.000	0	10.500	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000031	1.925-T207003618-00002347 - Reengenharia e desmaterialização de processos	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506605752	Freguesia de Odivelas	300.000	300.000	0	105.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000032	1.855-T206982367-00002276 - Balcão Único Multicanal de Atendimento ao Muncípe (GUIA)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506614913	Município de Vila Franca de Xira	182.651	182.651	0	63.928	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000033	1.849-T206981038-00002270 - Modernização do atendimento e digitalização dos arquivos do urbanismo	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506614913	Município de Vila Franca de Xira	176.480	176.480	0	61.768	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000034	1.854-T206981739-00002275 - Atendimento Municipal Multicanal	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	342.857	342.857	0	120.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000035	1.853-T206981625-00002274 - Reengenharia de Processos Municipais	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	305.583	305.583	0	106.954	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000036	1.85-T206981355-00002271 - Autenticação electrónica em Almada	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	127.860	127.860	0	44.751	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000037	1.92-T207002053-00002342 - Desenvolvimento de Plataforma Digital de Atendimento	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506605752	Freguesia de Odivelas	300.000	300.000	0	105.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000038	1.827-T206962962-00002248 - Projecto de Optimização de Processos de Licenciamento das Actividades Económicas	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051062	Município de Sintra	342.857	342.857	0	120.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000039	1.902-T206997486-00002324 - Desenvolvimento de Plataforma Digital de Atendimento	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	507027248	Freguesia de São Julião do Tojal	100.000	100.000	0	35.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000040	1.792-T206609948-00002210 - Gestão de Relacionamento com o cidadão	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051062	Município de Sintra	325.246	325.246	0	113.836	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000060	1.915-T207000652-00002337 - Plataforma de Interoperabilidade e Sistema Central de Referências comuns, de identificação & Autenticação	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051070	Município de Lisboa	340.568	340.568	0	119.199	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000061	1.91-T206999805-00002332 - Reengenharia URBANISMO & Gestão Documental	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051070	Município de Lisboa	184.826	184.826	0	64.689	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000063	1.889-T206993582-00002311- Projecto de Qualificação do Atendimento do Município de Palmela - 2ª fase	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506187543	Município de Palmela	233.866	233.866	0	81.853	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000064	1.885-T206992397-00002307 - Sistema de Gestão de Atendimento, Portal e Guichet Electrónico do Muncípe, Empresa e Entidades	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051070	Município de Lisboa	223.161	223.161	0	78.106	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000066	1.87-T206987525-00002292 - Reorganização dos Serviços da Junta de Freguesia	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505827646	Freguesia de São Marcos	22.726	22.726	0	7.954	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000068	1.861-T206984645-00002282 - Implementação do "Balcão Único" de Atendimento ao Muncípe na Câmara Municipal de Mafra	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502177080	Município de Mafra	342.857	342.857	0	120.000	





OBJECTIVO:  
CÓDIGO CCI:  
DECISÃO DE APROVAÇÃO:

ADE REGIONAL E EMPREGO  
I07PT162PO001  
) 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III <sup>3</sup> )	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
	LISBOA-01-2105-FEDER-000069	1.858-T206983678-00002279 - Reorganização dos Serviços da Junta de Freguesia	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505827689	Freguesia de Aqualva	59.866	59.866	0	20.953	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000070	1.846-T206980677-00002267 - Reengenharia de Processos de Urbanismo	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	502834846	Município de Montijo	342.857	342.857	0	120.000	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000073	1.835-T206970177-00002256 - Programa CASCAIS MAIS- Cascais Mais Inovador	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Município de Cascais	172.486	172.486	0	60.370	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000074	1.811-T206720569-00002232 - Programa CASCAIS MAIS - Cascais Mais Perto	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Município de Cascais	338.650	338.650	0	118.528	
	LISBOA-01-2105-FEDER-000075	1.81-T206719779-00002231 - Programa Mais Cascais	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Município de Cascais	325.714	325.714	0	114.000	
Promoção e Capacitação Institucional									2.052.627	2.052.627	0	821.051	
	LISBOA-01-2205-FEDER-000144	Posicionar Palmela na Europa e no Mundo - Uma Região de Excelência da Indústria Automóvel	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506187543	Câmara Municipal de Palmela	227.500	227.500	0	91.000	
	LISBOA-01-2205-FEDER-000146	Promoção e Cooperação da RLVT 2009/2010	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	1.461.942	1.461.942	0	584.777	
	LISBOA-01-2205-FEDER-000153	Observatório de Desenvolvimento Económico e Social da Área Metropolitana de Lisboa (ODES-AML)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502826126	GRANDE ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	363.185	363.185	0	145.274	



OBJECTIVO:

ADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI:

J07PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

J 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid:euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III) <sup>3</sup>	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
<b>Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial</b>									<b>9.882.126</b>	<b>9.882.126</b>	<b>0</b>	<b>4.941.063</b>	
<b>Mobilidade Territorial</b>									<b>4.992.248</b>	<b>4.992.248</b>	<b>0</b>	<b>2.496.124</b>	
	LISBOA-02-4406-FEDER-000085	Percursos e Corredores Cicláveis	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051070	Câmara Municipal de Lisboa	1.794.030	1.794.030	0	897.015	
	LISBOA-02-4406-FEDER-000125	LINHAZUL	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Câmara Municipal de Loures	1.355.000	1.355.000	0	677.500	
	LISBOA-02-4406-FEDER-000130	BICLA TEJO – Percurso Intermodal Bicicleta + Barco Costa de Caparica – Lisboa	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	1.843.218	1.843.218	0	921.609	
<b>Ações de Valorização e Qualificação Ambiental</b>									<b>1.215.950</b>	<b>1.215.950</b>	<b>0</b>	<b>607.975</b>	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000002	Programa de Educação Ambiental nas Escolas	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500745943	Câmara Municipal de Oeiras	180.000	180.000	0	90.000	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000003	Desenvolvimento de acções para a elaboração da carta do ruído branco	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505456010	MUNICIPIO DA AMADORA	87.716	87.716	0	43.858	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000005	AquaSig Cascais- Carta de Sensibilidade e Potencialidade da zona costeira de Cascais e seu programa de Monitorização	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	507957431	Agência Cascais Atlântico	312.300	312.300	0	156.150	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000009	Caracterização e Valorização da Baía do Seixal.	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	213.721	213.721	0	106.860	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000011	Pólo Ambiental do Sítio das Hortas	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506788490	Município de Alcochete	43.270	43.270	0	21.635	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000013	Desenvolvimento de Ferramentas para Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar na Região de Lisboa	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	215.512	215.512	0	107.756	
	LISBOA-02-2607-FEDER-000017	O NaturaObserva é um programa de voluntariado jovem na área do ambiente e da preservação da natureza, promovido pela Cascais Natura, Agência Municipal de	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	507941616	Agência Cascais Natura	163.431	163.431	0	81.715	
<b>Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais</b>									<b>587.612</b>	<b>587.612</b>	<b>0</b>	<b>293.806</b>	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000042	Prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos - Município de Cascais	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Câmara Municipal de Cascais	121.746	121.746	0	60.873	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000043	Carta de Riscos, Naturais e Tecnológicos, da Área Metropolitana de Lisboa	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	72.000	72.000	0	36.000	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000044	Avaliação de Riscos Naturais e Tecnológicos na Cidade de Lisboa	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	503183504	Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	214.334	214.334	0	107.167	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000046	Plano Municipal de Emergência do Seixal	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	88.172	88.172	0	44.086	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000048	Elaboração da "Avaliação de risco de cheias e inundações" para o concelho de Mafra (Avaliação do risco)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502177080	Câmara Municipal de Mafra	32.000	32.000	0	16.000	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000049	Carta de ocupação de solo (avaliação do risco)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502177080	Câmara Municipal de Mafra	40.000	40.000	0	20.000	
	LISBOA-02-3207-FEDER-000050	Plano de emergência para sismos (Avaliação da sustentabilidade)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	502177080	Câmara Municipal de Mafra	19.360	19.360	0	9.680	
<b>Ações de Valorização do Litoral</b>									<b>3.086.316</b>	<b>3.086.316</b>	<b>0</b>	<b>1.543.158</b>	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000134	Estudo de Caracterização e Diagnóstico Prospectivo e Plano de Pormenor para a zona da Fonte da Telha	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	144.000	144.000	0	72.000	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000136	Implementação do POOC Sintra-Sado/Requalificação da praia do Moinho de Baixo	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501144218	Câmara Municipal de Sesimbra	1.891.914	1.891.914	0	945.957	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000139	Requalificação da Praia das Avencas- Cascais	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	504853635	ESUC-Empresa de Serviços Urbanos de Cascais - EM	720.619	720.619	0	360.310	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000141	Projecto de alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.	89.783	89.783	0	44.891	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000142	Projecto de reabilitação e valorização do Cabo da Roca, concelho de Sintra	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.	120.000	120.000	0	60.000	
	LISBOA-02-2707-FEDER-000143	Projecto de reabilitação e valorização do Portinho da Arrábida/Creiro, concelho de Setúbal	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501171592	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.	120.000	120.000	0	60.000	



OBJECTIVO:

ADJUDICAÇÃO DE OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CÓDIGO CCI:

107PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III) <sup>3</sup>	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
Eixo Prioritário 3 - Coesão Social									41.058.190	41.058.190	0	20.529.095	
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar									41.058.190	41.058.190	0	20.529.095	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000016	EB1/JI de Alverca (Malva Rosa)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506614913	Município de Vila Franca de Xira	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000055	Escola 1º ciclo + Jardim Infancia do Pinhal General	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501144218	Câmara Municipal de Sesimbra	1.500.000	1.500.000	0	750.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000078	Escola do 1º CEB nº 3 de Birre	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Câmara Municipal de Cascais	629.600	629.600	0	314.800	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000079	Município do Seixal	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	455.296	455.296	0	227.648	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000096	Escola Básica de Vila Chã	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505456010	Município da Amadora	1.585.480	1.585.480	0	792.740	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000098	EBI 2,3 LUÍSA TODI	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501294104	Câmara Municipal de Setúbal	1.353.999	1.353.999	0	677.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000099	Escola Básica 1 de Varge Mondar	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051062	Município de Sintra	1.468.125	1.468.125	0	734.063	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000100	Escola Básica do 1.º Ciclo do Ensino Básico com Jardim de Infância em Val' Flores, Pinhal Novo	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506187543	Câmara Municipal de Palmela	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000101	Escola Básica do 1.º Ciclo de Pinhal Novo 2	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506187543	Câmara Municipal de Palmela	1.300.000	1.300.000	0	650.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000103	Jardim-de-infância da EB/JI n.º1 da Moita (Palheirão)	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506791220	Município da Moita	357.439	357.439	0	178.720	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000104	Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Pragal nº2	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	1.293.783	1.293.783	0	646.892	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000107	2.ª Fase da EB1 n.º 9 de Odivelas - Arroja	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	504293125	Município de Odivelas	894.858	894.858	0	447.429	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000115	Remodelação e ampliação da EB1 n.º 3 de Loures para integração do JI do Fanqueiro	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Município de Loures	1.166.928	1.166.928	0	583.464	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000119	Antiga Escola Mendonça Furtado - Centro Escolar	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506673626	Município do Barreiro	1.456.173	1.456.173	0	728.087	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000163	Centro Escolar do Bairro do Armador (Zona M de Chelas)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	500051070	Município de Lisboa	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000165	EB1/JI da Penalva	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506673626	Município do Barreiro	472.980	472.980	0	236.490	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000166	EB1/JI de Nun'Álvares	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	1.152.900	1.152.900	0	576.450	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000167	Escola Básica Integrada do Poceirão	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506187543	Câmara Municipal de Palmela	629.878	629.878	0	314.939	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000168	Escola do 1º CEB nº 3 de Alcabideche	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Câmara Municipal de Cascais	1.092.436	1.092.436	0	546.218	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000170	Escola do 1º CEB n.º2 de São Domingos de Rana	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Câmara Municipal de Cascais	729.722	729.722	0	364.861	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000171	Escola do 1ºCEB nº2 e Jardim de Infância da Galiza	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505187531	Câmara Municipal de Cascais	496.400	496.400	0	248.200	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000180	Escola 1º ciclo +Jardim Infancia Sampaio	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501144218	Câmara Municipal de Sesimbra	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000181	Construção da EB1/JI da Quinta dos Franceses	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	506173968	Município do Seixal	1.427.609	1.427.609	0	713.804	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000182	Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Costa de Caparica nº 2	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	1.280.035	1.280.035	0	640.018	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000183	ESCOLA BÁSICA DA BREJOEIRA	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	501294104	Câmara Municipal de Setúbal	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000184	Escola Básica Mina	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	505456010	Município da Amadora	1.200.000	1.200.000	0	600.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000185	Remodelação e Ampliação da EB1 / JI n.º 3 da Póvoa de Sto. Adrião	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	504293125	Município de Odivelas	840.796	840.796	0	420.398	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000186	Escola EB1_JI do Porto Pinheiro - Odivelas	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	504293125	Município de Odivelas	1.600.000	1.600.000	0	800.000	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000187	Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Vale Figueira nº 1	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	1.280.035	1.280.035	0	640.018	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000188	Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Almada nº 2	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	1.305.049	1.305.049	0	652.525	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000189	Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Trafaria nº 2	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	500051054	Município de Almada	541.077	541.077	0	270.538	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000194	Ampliação e Requalificação da EB1/JI do Afonsoeiro	Público	Aprovado	Península de Setúbal	Administração Pública	502834846	Câmara Municipal do Montijo	316.642	316.642	0	158.321	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000199	EB1 Dr. Sousa Martins	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506614913	Município de Vila Franca de Xira	1.198.525	1.198.525	0	599.262	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000200	EB1/JI de Vialonga	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	506614913	Município de Vila Franca de Xira	1.333.494	1.333.494	0	666.747	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000201	Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta das Mós (Loures)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Município de Loures	1.343.509	1.343.509	0	671.754	
	LISBOA-03-3809-FEDER-000202	Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta do Conventinho (Loures)	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	501294996	Município de Loures	1.355.423	1.355.423	0	677.712	



OBJECTIVO: ADE REGIONAL E EMPREGO  
CÓDIGO CCI: J07PT162PO001  
DECISÃO DE APROVAÇÃO: J 5100 DE 12-10-2007

Anexo IV - Projectos aprovados por Eixo Prioritário

Unid: euro

Designação do Eixo Prioritário / Tipologia intervenção	Candidatura / Operação					Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados				
	Código	Designação	Tipo <sup>1</sup>	Estado <sup>2</sup>	Localização (NUT II/NUT III <sup>3</sup> )	Tipologia <sup>4</sup>	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Privado	Fundo Comunitário	Tipologia FSE <sup>6</sup>
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10		11	12
Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica									1.500.000	1.500.000	0	1.050.000	
Assistência Técnica									1.500.000	1.500.000	0	1.050.000	
	LISBOA-04-6710-FEDER-000001	Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional de Lisboa - 2008	Público	Aprovado	Grande Lisboa	Administração Pública	600076849	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	1.500.000	1.500.000	0	1.050.000	

1 "Cód SIQREN Tipo de Operação" = Público; Público GP; Público GR; AE; AE GP; Eng Financeira  
2 Aprovado / Concluído  
3 por NUT III nos PO regionais do continente  
4 "Cód SIQREN Tipologia de Entidades (Privados) e Tipologia de Entidades (Administração Pública) "  
5 Identificar montantes financeiros aprovados da parcela do projecto de tipologia FSE quando aplicável  
6 Assinalar a existência desta tipologia no projecto ( X )



## Anexo V



Combinação das dimensões 1 a 5

(anexo II do Reg. 1828/2006)







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Specify Objective (required only in the case of Multi Obj programmes)	Code - Dimension 1 - Priority Theme	Code - Dimension 2 - Form of Finance	Code - Dimension 3 - Territory	Code - Dimension 4 - Economic Activity	Code - Dimension 5 - Location	EU contribution in € - allocated to selected operations
	03	1	01	3	PT 171	73.719
	03	1	01	6	PT 171	1.827.157
	03	1	01	8	PT 171	1.246.431
	03	1	01	16	PT 171	5.755.704
	03	1	01	16	PT 171	943.252
	03	1	01	20	PT 171	192.661
	03	1	01	21	PT 171	446.161
	04	1	01	3	PT 171	1.127.225
	04	1	01	6	PT 171	2.029.494
	04	1	01	6	PT 172	1.909.711
	04	1	01	13	PT 171	22.500
	04	1	01	16	PT 171	6.189.263
	04	1	01	16	PT 172	695.500
	04	1	01	21	PT 172	305.582
	04	2	01	6	PT 172	113.340
	04	2	01	16	PT 171	261.669
	06	1	01	21	PT 172	93.883
	07	1	01	6	PT 171	78.466
	07	1	01	16	PT 171	992.741
	07	1	01	16	PT 172	245.985
	07	2	01	6	PT 171	651.273
	07	2	01	11	PT 171	170.866
	07	2	01	16	PT 171	2.449.069
	07	2	01	19	PT 172	545.726
	07	2	01	20	PT 171	532.950
	08	1	01	4	PT 171	250.000
	08	1	01	6	PT 171	25.000
	08	1	01	6	PT 172	7.875
	08	1	01	11	PT 171	33.659
	08	1	01	13	PT 171	411.904
	08	1	01	16	PT 171	2.854.759
	08	1	01	21	PT 172	18.750
	08	1	02	4	PT 171	668.324
	08	1	02	16	PT 171	321.279
	9	2	01	17	PT 17	7.804.013
	13	1	01	17	PT 171	10.300.433
	13	1	01	17	PT 172	1.161.192
	26	1	01	11	PT 171	677.500
	26	1	01	12	PT 172	921.609
	47	1	01	21	PT 171	107.756
	52	1	01	12	PT 171	897.015
	53	1	01	21	PT 171	36.000
	53	1	01	21	PT 172	44.086
	53	1	01	22	PT 171	213.720
	54	1	01	17	PT 171	90.000
	54	1	01	21	PT 171	341.723
	54	1	01	21	PT 172	233.387
	54	1	01	22	PT 172	72.000
	55	1	01	12	PT 171	360.310
	55	1	01	21	PT 172	945.957
	75	1	01	18	PT 171	10.067.648
	75	1	01	18	PT 172	10.461.448
	81	1	01	17	PT 171	730.051
	81	1	01	17	PT 172	91.000
	85	1	00	0	PT 171	1.050.000

**80.098.724**





## Anexo VI



programação financeira, aprovações e  
execução por dimensão Tema Prioritário







PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA  
OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001  
DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo VI - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário

unid: euro

Actividades culturais		0	0	0	
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural				
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais				
60	Outras ajudas para melhorar os serviços culturais				
Reabilitação urbana e rural		0	0	0	
61	Projectos integrados de recuperação urbana e rural				
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários		0	0	0	
62	Desenvolvimento de sistemas e estratégias de aprendizagem ao longo...				
63	Concepção e divulgação de formas inovadoras e mais produtivas...				
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		0	0	0	
67	Medidas de incentivo ao envelhecimento em actividade e...				
69	Medidas para melhorar o acesso ao emprego e aumentar a participação...				
70	Ações específicas para fomentar a participação dos migrantes...				
Melhorar o capital humano		0	0	0	
74	Desenvolver o potencial humano no domínio da investigação e inovação...				
Investimento em infra-estruturas sociais		36	20.529.095	0	
75	Infra-estruturas educativas	36	20.529.095		
77	Infra-estruturas de assistência à criança				
78	Infra-estrutura de habitação				
79	Outras infra-estruturas sociais				
Mobilização para as reformas nos domínios do emprego e da inclusão		0	0	0	
80	Promoção de parcerias, pactos e iniciativas através da criação de redes...				
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		3	821.051	0	
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	3	821.051		
Assistência técnica		1	1.050.000	0	
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	1	1.050.000		
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação				
Total Temas Prioritários		218	80.098.724	519.113	0,6%
Total EARMARKING			74.477.431	519.113	9,9%



PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA  
OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001  
DECISÃO DE APROVAÇÃO: C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo VI - Aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário

unid: euro

Código	Designação	Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo		119	41.295.890	519.113	1,3%
1	Actividades de I&DT em centros de investigação				
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia				
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	18	10.485.085		
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços.....	37	12.654.284	59.414	0,5%
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais				
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	2	93.883	0	
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	24	5.667.075	143.065	2,5%
8	Outros investimentos nas empresas	37	4.591.549	316.635	6,9%
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	1	7.804.013		
Sociedade da Informação		36	11.461.624	0	
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	36	11.461.624		
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...				
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...				
Transportes		2	1.599.109	0	
26	Transportes multimodais	2	1.599.109		
28	Sistemas de transportes inteligentes				
Energia		0	0	0	
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia				
Protecção do ambiente e prevenção de riscos		19	2.035.688	0	
44	Gestão dos resíduos privados e industriais				
47	Qualidade do ar	1	107.756		
50	Reabilitação de sítios industriais e áreas contaminadas				
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...				
52	Promoção de transportes urbanos limpos	1	897.015		
53	Prevenção de riscos (...)	7	293.806		
54	Outras medidas para preservar o ambiente e prevenir riscos	10	737.110		
Turismo		2	1.306.267	0	
55	Promoção dos recursos naturais	2	1.306.267		
56	Protecção e desenvolvimento do património natural				
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo				

## Anexo VII



aprovações e execução por NUT III







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA

**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

## Anexo VII - Aprovações e execução por NUT III

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
<b>Total Programa Operacional</b>								
<b>FEDER</b>								
<b>LISBOA</b>	<b>218</b>	<b>186.197.518</b>	<b>151.080.485</b>	<b>80.098.724</b>	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>0,6%</b>
Grande Lisboa	160	112.279.986	83.027.859	52.614.544	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>519.113</b>	<b>1,0%</b>
Península de Setúbal	57	40.409.532	34.544.626	19.680.166				
<b>Não regionalizável</b>	<b>1</b>	<b>33.508.000</b>	<b>33.508.000</b>	<b>7.804.013</b>				





## Anexo VIII



repartição da contribuição comunitária por  
dimensão Formas de Financiamento







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA

**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001

**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo VIII - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento**

unid: euro

Código	Designação				
		Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	198	66.580.215	321.211	0,48%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	20	13.518.510	197.902	1,46%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)				
4	Outras formas de financiamento				
	<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>80.098.725</b>	<b>519.113</b>	<b>0,65%</b>



## Anexo IX



repartição da contribuição comunitária por  
dimensão Tipo de Território







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo IX - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território**

unid: euro

Código	Designação	Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Aglomeração urbana	217	79.048.724	519.113	0,7%
02	Zona de montanha				
03	Ilhas				
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional				
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)				
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.04.2004)				
07	Região ultraperiférica				
08	Zona de cooperação transfronteiriça				
09	Zona de cooperação transnacional				
10	Zona de cooperação inter-regional				
00	Não aplicável	1	1.050.000		
	<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>80.098.724</b>	<b>519.113</b>	<b>0,6%</b>





## Anexo X



repartição da contribuição comunitária por  
dimensão Actividade Económica







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo X - Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica**

unid: euro

Código	Designação	Aprovação		Execução	
		Nº Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura				
02	Pesca				
03	Indústrias alimentares e das bebidas	2	298.149	64.224	21,54%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	1	118.538		
05	Construção de material de transporte				
06	Indústrias transformadoras diversas	17	4.655.746	78.841	1,69%
07	Extracção de produtos energéticos				
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	1	171.497		
09	Captação, tratamento e distribuição de água				
10	Correios e telecomunicações				
11	Transportes	3	1.007.112		
12	Construção	3	2.178.934		
13	Comércio por grosso e a retalho	6	1.328.775		
14	Hotéis e restaurantes				
15	Actividades financeiras				
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	81	26.382.553	376.048	1,43%
17	Administração pública	41	20.176.688		
18	Educação	36	20.529.095		
19	Actividades de saúde humana				
20	Ação social e serviços colectivos, sociais e pessoais	2	31.875		
21	Actividades associadas ao ambiente	18	1.708.909		
22	Outros serviços não especificados	6	460.853		
00	Não aplicável	1	1.050.000		
	<b>TOTAL</b>	<b>218</b>	<b>80.098.724</b>	<b>519.113</b>	<b>0,65%</b>



## Anexo XI



pagamentos aos beneficiários e  
pagamentos da Comissão Europeia







PROGRAMA: PO REGIONAL DE LISBOA

OBJECTIVO: COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO

CÓDIGO CCI: 2007PT162PO001

DECISÃO DE APROVAÇÃO C(2007) 5100 DE 12-10-2007

Anexo XI - Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

unidade: euro

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão *	Contribuição pública correspondente	Despesas Privadas	Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
<b>Eixo Prioritário 1</b>	0			1.685.123	
FEDER / Fundo de Coesão				1.685.123	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 2 - Sustentabilidade Territorial</b>	0	0	0	0	
FEDER / Fundo de Coesão	0				
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 3 - Coesão Social</b>	0	0	0	0	
FEDER / Fundo de Coesão	0				
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Eixo Prioritário 4 - Assistência Técnica</b>	0	0	0	157.500	
FEDER / Fundo de Coesão	0			157.500	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
<b>Total PO</b>	0	0	0	1.842.623	15.334.458,55
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral					

\* Corresponde a Custo Total Elegível Executado





## Anexo XII



### Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006







PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006											
Eixo Prioritário 1	Relevância de I&D empresarial (variação)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			5%					10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	1% (média de 97 a 2001 em termos gerais para a região)								
Eixo Prioritário 1	Relevância do I&D empresarial	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			45%					55%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	37% (média regional em 2001)								
Eixo Prioritário 1	Estímulo à participação de empresas nos Programas de Iniciativas Comunitárias	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			10%					10%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Peso de I&D no total do Programa	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			8%					12,50%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Nº de projectos comuns de I&D	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		7							
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>		18							
		Metas			50					100	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Nº de projectos de IDT apoiados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		35							
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>		61							
		Metas			150					500	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Índice de sobrevivência de start-ups apoiadas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			60%					65%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	58,50%								
Eixo Prioritário 1	Orientação para Mercados Internacionais	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			1,50%					1,50%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Contributo da inovação financeira para a intensidade tecnológica da base económica	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			50%					50%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	41,20%								



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 1	Apoio a start-ups nos sectores de média/alta e alta tecnologia e nos sectores intensivos em conhecimento	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>		n.d.							
		Metas			40%					100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Investimento em iniciativas apoiadas de promoção da região no exterior	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			0,50%					1%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Redes apoiadas de iniciativa regional de partilha de experiências e de transferência de instrumentos e know-how enquadradas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			2					4	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Projectos acolhidos no âmbito da R FEC	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>			3					6	
		Metas									
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Atracção turística	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			14%					43%	
		Valor de Referência / Situação de Partida	4,7% (2004-2005)								
Eixo Prioritário 1	Nº de eventos apoiados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			2					4	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 1	Envolvimento institucional	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			15					25	
		Valor de Referência / Situação de Partida									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 1	Projectos e Parcerias	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	37								
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>	37								
		Metas			3					6	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Grau de satisfação da população abrangida por intervenções de regularização da circulação pedonal	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			50%					75%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Grau de satisfação dos utentes beneficiados pelos Sistemas Inteligentes de Transportes	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			50%					75%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Car-pooling	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			5					10	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Acções de gestão da mobilidade local susceptíveis de promover a redução da mobilidade motorizada	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			10					18	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Instrumentos de planeamento da mobilidade	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			2					3	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Relevância das acções demonstrativas eco-bairros	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			300					1000	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Eco-bairros	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			2					5	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Promoção da eficiência energética	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			8					15	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Controle da qualidade do ar	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			3					8	
		Valor de Referência / Situação de Partida									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 2	Relevância das acções de valorização de áreas costeiras e estuarinas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas								10	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Prevenção e gestão de riscos naturais ou tecnológicos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			2					4	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Plano do Ordenamento da Orla Costeira	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			7					8	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 2	Requalificação dos Arcos Ribeirinhos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			3					7	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Relevância dos projectos de regeneração urbana	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		2							
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>		2							
		Metas			10000					35000	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Requalificação de espaço público	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas								600 hectares	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Parcerias institucionais para a regeneração urbana	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			10					10	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Regeneração urbana integrada	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas								6	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Construção de centros escolares do 1º CEB	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		14							
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>		36							
		Metas			2750					5500	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Construção de centros escolares do 1º CEB	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			9					18	
		Valor de Referência / Situação de Partida									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Eixo Prioritário 3	Remodelação/ampliação de centros escolares do 1º CEB	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			450					900	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Remodelação/ampliação de centros escolares do 1º CEB	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			5					10	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Equipamentos sociais	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			3					6	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Utentes com necessidades especiais de apoio abrangidos por serviços de proximidade apoiados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			1500					5000	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 3	Apoio a populações com dificuldades especiais	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			9					18	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 4	Taxa de execução da despesa Fundo (N+3)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			100%						
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 4	Taxa de execução da despesa Fundo (N+2)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas								100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 4	Tempo médio de apreciação de candidaturas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			90 dias					90 dias	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 4	Nível de desmaterialização de processos associados a programação e acompanhamento	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			80%					100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									
Eixo Prioritário 4	Acções de verificação	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Realização Prevista (aprovações) <sup>(1)</sup>									
		Metas			40%					100%	
		Valor de Referência / Situação de Partida									





PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
Áreas Temáticas											
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Emprego Criado	2. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro): dos quais homens	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Emprego Criado	3. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro): dos quais mulheres	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Investigação e Desenvolvimento	4. Nº de projectos de I&DT	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		35							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Investigação e Desenvolvimento	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		7							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Investigação e Desenvolvimento	6. Empregos na investigação criados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		311							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ajudas directas ao investimento nas PME	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		9							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ajudas directas ao investimento nas PME	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ajudas directas ao investimento nas PME	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		116,2							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	24								
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Sociedade de Informação	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	13. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	1								
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	14. Nº de Km de novas estradas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	15. Nº de Km de novas estradas nas RTE (*)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	18. Nº de Km de novas ferrovias nas RTE (*)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos nos tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Transportes	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Transportes	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	1								
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ambiente	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ambiente	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ambiente	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	1								
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Ambiente	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>	7								
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									



PROGRAMA:

OBJECTIVO:

CÓDIGO CCI:

DECISÃO DE APROVAÇÃO:

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Prevenção de Riscos	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Prevenção de Riscos	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Turismo	34. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		1							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Turismo	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Educação	36. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		14							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Educação	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Saúde	38. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atratividade das cidades	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		2							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>									
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Efectiva (execução) <sup>(3)</sup>		14							
		Metas <sup>(2)</sup>									
		Valor de Referência / Situação de Partida <sup>(2)</sup>									

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efectiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais.

(2) Core indicators: na fase de negociação do QREN e dos Programas Operacionais foi acordado entre Portugal e a Comissão Europeia que não seriam definidas nem "metas" nem "valores de referência / situações de partida" para estes indicadores.

(3) Realização efectiva (execução) - consideraram-se os valores dos projectos contratados como aproximação à realização efectiva



## Anexo XIII



realização física dos indicadores

Comuns (CE)







**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo XIII - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)**

INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos Relevantes <sup>(1)</sup>	Unidade	Realização Efectiva 2008 (valores acumulados) *	Método de Cálculo	Observações
Emprego Criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	TOTAL PO	ETI		Postos de trabalho criados como resultado directo da exploração dos projectos apoiados	
	2. dos quais: homens	TOTAL PO	ETI		Postos de trabalho criados como resultado directo da exploração dos projectos apoiados, do género masculino	
	3. dos quais: mulheres	TOTAL PO	ETI		Postos de trabalho criados como resultado directo da exploração dos projectos apoiados, do género feminino	
Áreas Temáticas						
Investigação e Desenvolvimento	4. N° de projectos de I&DT	Eixo 1	N°	35	Σ do n° de projectos de I&DT com contrato celebrado	
	5. N° de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Eixo 1	N°	7	Σ de projectos de cooperação entre empresas e instituições de investigação com contrato celebrado	
	6. Empregos na investigação criados	Eixo 1	ETI			
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N° de projectos	Eixo 1	N°	311	Σ do n° de Projectos de PME apoiados com contratos celebrados no âmbito dos sistemas de incentivos + Σ do n° de Projectos de PME apoiados através de Instrumentos de Engenharia Financeira	
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas	Eixo 1	N°	9	Σ do n° PME com contrato celebrado apoiadas no início da sua actividade no âmbito dos sistemas de incentivos + Σ do PME apoiadas no início da sua actividade através de Instrumentos de Engenharia Financeira	
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixo 1	ETI			
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixo 1	Milhões de Euros	116,2	Σ Investimento privado em projectos de PME com contrato celebrado (sistemas de Incentivos e engenharia financeira)	
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	Eixo 1	N°	24	Σ do n° de projectos na área da sociedade de informação com contrato celebrado (Temas Prioritários 10-15) + projectos das CAE identificadas na lista anexa (quando não incluídos nos temas prioritários).	
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	NA	N°			
Transportes	13. N° de projectos	Eixo 2	N°	1	Σ do n° de projectos realizados no sector dos transportes com contrato celebrado	
	14. N° de Km de novas estradas	NA	KM			
	15. N° de Km de novas estradas nas RTE (*)	NA	KM			
	16. N° de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	NA	KM			
	17. N° de Km de novas ferrovias	NA	KM			
	18. N° de Km de novas ferrovias nas RTE (*)	NA	KM			
	19. N° de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	NA	KM			
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos	NA	Euros/Ano			
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos	NA	Euros/Ano			





**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

**Anexo XIII - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)**

INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos Relevantes <sup>(1)</sup>	Unidade	Realização Efectiva 2008 (valores acumulados) *	Método de Cálculo	Observações
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas	NA	Nº			
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Eixo 2	Nº	1	Σ do nº de projectos de aumento da produção de energias renováveis com contratos celebrados. Incluem-se os projectos inscritos nos Temas Prioritários 39-42, bem como os projectos das CAE 35111, 35112, 35113 (quando não incluídos nos temas prior	
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	Eixo 2	MWh	0	Σ dos MWh adicionais de produção de energia das instalações utilizando fontes de energia renováveis construídas/equipadas pelos projectos	
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	NA	Nº			
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	NA	Nº			
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	NA	Nº			
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Eixo 2	Nº	1	Σ de projectos visando a melhoria da qualidade do ar com contrato celebrado	
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	NA	KM2			
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo 2	CO2 equivalentes, kt	0		
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Eixo 2	Nº	7	Σ dos projectos de prevenção de riscos com contrato celebrado	
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Eixo 2	Nº	0	Σ do nº de habitantes dos concelhos beneficiados pelas medidas de protecção contra cheias e inundações	
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Eixo 2	Nº	0	Σ do nº de habitantes dos concelhos beneficiados pelas medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	
Turismo	34. Nº de projectos	Eixo 1	Nº	1	Σ do nº de projectos do sector do Turismo com contrato celebrado. Incluem-se os projectos cujos códigos CAE são identificados como de Turismo no Regulamento Geral dos Sistemas de Incentivos (no caso dos PO do continente) e nos Regulamentos Específicos pr	
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixo 1	Nº			
Educação	36. Nº de projectos	Eixo 3	Nº	14	Σ do nº de projectos na área das infra-estruturas da educação/formação com contrato celebrado	
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Eixo 3	Nº	0	Σ do nº de alunos que utilizam os edifícios ou equipamentos promovidos pelo projecto para a sua educação/formação (utilizadores médios por ano)	
Saúde	38. Nº de projectos	NA	Nº			
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Eixo 3	Nº	2	Σ nº de projectos de reabilitação urbana com contrato celebrado (inclui regeneração, requalificação, etc.)	São dois Programas de Acção



**PROGRAMA:** PO REGIONAL DE LISBOA  
**OBJECTIVO:** COMPETITIVIDADE REGIONAL E EMPREGO  
**CÓDIGO CCI:** 2007PT162PO001  
**DECISÃO DE APROVAÇÃO:** C(2007) 5100 DE 12-10-2007

#### Anexo XIII - Realização física dos Indicadores Comuns (CE)

INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos Relevantes <sup>(1)</sup>	Unidade	Realização Efectiva 2008 (valores acumulados) *	Método de Cálculo	Observações
Competitividade das Cidades	40. N° de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Eixo 1	N°			
Inclusão Social	41. N° de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Eixo 3	N°	14	Σ n° de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social com contrato celebrado	Os mesmos que indicados no indicador 36.

\* Realização efectiva 2008 - consideraram-se os valores dos projectos contratados como aproximação à realização efectiva

